

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN

TIAGO DANTAS - UNESP, UNICAMP E PUC-SP

CAROLINA FERREIRA GALDINO

MOÇAMBIQUE E ANGOLA NA VISÃO D'O *ESTADO DE S. PAULO*
(1975-1996)

SÃO PAULO

2017

CAROLINA FERREIRA GALDINO

MOÇAMBIQUE E ANGOLA NA VISÃO D'O ESTADO DE S.
PAULO (1975-1996)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Segurança Regional”.
Orientadora: Dra. Suzeley Kalil Mathias.

SÃO PAULO

2017

Galdino, Carolina Ferreira.

G131 Moçambique e Angola na visão d'O Estado de S. Paulo (1975-1996)
/ Carolina Ferreira Galdino. – São Paulo, 2017.
174 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Suzeley Kalil Mathias.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais San Tiago Dantas, 2017.

1. Brasil – Relações exteriores – África. 2. Brasil – Relações
exteriores – Angola. 3. Brasil – Relações exteriores – Moçambique. 4.
Notícias internacionais – Angola. 5. Notícias internacionais –
Moçambique. 6. Moçambique – História. 7. Angola – História. 8. O Estado
de S. Paulo (Jornal). I. Título.

CDD 327.6

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (UNESP)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UNESP, UNICAMP E PUC-SP

CAROLINA FERREIRA GALDINO

MOÇAMBIQUE E ANGOLA NA VISÃO D'O ESTADO DE S. PAULO (1975-1996)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Segurança Regional”.
Orientador: Dra. Suzeley Kalil Mathias.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Acácio Sidinei Almeida Santos (Universidade Federal do ABC)

Prof. Dr. José Miguel Arias Neto (Universidade Estadual de Londrina)

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto (Universidade Estadual de Campinas)

Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

Profa. Dra Marina Gisela Vitelli (Programa San Tiago Dantas)

Prof. Dr. Eduardo Mei (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

São Paulo, 25 de agosto de 2017

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Professora Suzeley Kalil Mathias, muito mais do que minha orientadora: uma grande referência profissional, intelectual e de vida. Sinto-me eternamente grata e honrada pelo profissionalismo, total atenção, paciência e todo apoio dedicado a mim no mestrado e no doutorado. Foi um privilégio poder tê-la como importante personagem em minha história.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida.

Agradeço aos meus pais: Mirtes e Luís, por todo carinho, pelo apoio incondicional e por me darem totais condições para que eu realizasse tranquilamente e continue realizando tudo aquilo que eu acredito. Agradeço especialmente à minha mãe, Mirtes, a quem dedico este trabalho. Agradeço por todo amor, parceria irrestrita e por ter, desde sempre, me ensinado o valor e a importância do conhecimento, da ética e da dignidade.

Agradeço a todos os professores do Programa San Tiago Dantas, em especial ao Professor Héctor Luís Saint-Pierre pela convivência e por todo aprendizado adquirido na execução do projeto Pró-Estratégia e ao Professor Samuel Alves Soares. Agradeço à Isabela Silvestre e à Giovana Vieira por toda atenção e contribuição. Agradeço também à Graziela.

Agradeço ao grande amigo e parceiro de todas as horas Paulo Daniel Watanabe, cuja presença foi fundamental no decorrer de todos esses anos, e continuará sendo por incontáveis eras. Agradeço também pela troca de conhecimento e pelos diversos acessos de risos que nos acometem cotidianamente. Agradeço ao Bruno Montenegro, ao querido amigo Antônio Marcos Roseira pela amizade e companheirismo. Eu não poderia deixar de agradecer à Rosa Soramenho pela amizade, pelos grandes ensinamentos e parceria. Agradeço também à grande amiga e mestra Rosa, pela presença constante. Certa de que agora mais uma estrela brilha no firmamento, agradeço eternamente à senhora Lourdes, por todos os ensinamentos e por ter sido essencial nesta minha existência.

Agradeço aos membros da banca, Doutores Shiguenoli Miyamoto, Samuel Alves Soares, José Miguel Arias Neto, Acácio Almeida, Marina Vitelli, e Eduardo Mei pela leitura da tese e disposição para participar de sua defesa.

*Até que os leões inventem as suas próprias histórias,
os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça.*

*Provérbio africano
(Mia Couto - A confissão da leoa)*

RESUMO

A redução de vulnerabilidades frente ao exterior, a elevação dos saldos das exportações, bem como, o significativo aumento dos investimentos externos diretos são os principais componentes da nova conjuntura vivenciada por diversos países emergentes de conflito situados do outro lado do Atlântico. Dentre os países africanos de língua portuguesa, Moçambique e Angola possuem papel de destaque nas relações bilaterais empreendidas pelo Brasil com o continente africano, sendo estes os principais receptores das iniciativas de cooperação empreendidas pelo Brasil. Não raramente, os meios de comunicação apresentam parte do continente africano através de uma perspectiva eurocentrada, cedendo especial atenção à suas vulnerabilidades em detrimento de suas potencialidades e impossibilitando o conhecimento efetivo da realidade daqueles países. A forma como o continente africano é apresentado pelos meios de comunicação contribui para a perpetuação de uma visão e um discurso específico. Todo discurso tem o poder de dialogar com múltiplos discursos, razão pela qual a grande imprensa exerce papel fundamental na representação da realidade. A presente tese objetiva analisar como a grande imprensa paulistana, representada nesta pesquisa pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, apresentou Moçambique e Angola entre 1975 e 1996.

Palavras-chave: África, Moçambique, Angola, Imprensa, Cooperação.

ABSTRACT

Reducing vulnerabilities to the outside world, rising export balances, as well as the significant increase in direct foreign investment are the main components of the new situation experienced in several emerging countries of conflict located on the other side of the Atlantic. Among the Portuguese-speaking African countries, Mozambique and Angola play a prominent role in the bilateral relations undertaken by Brazil with the African continent, which are the main recipients of the cooperation initiatives undertaken by Brazil. Not infrequently, the media presents a part of the African continent through a Eurocentric perspective, giving special attention to its vulnerabilities to the detriment of its potentialities and making it impossible to know effectively the reality of those countries. Every speech has the power to dialogue with multiple discourses, which is why the major press plays a fundamental role in the representation of reality. This thesis aims to analyze how the press in Sao Paulo, represented in this research by *O Estado de S. Paulo* newspaper, presented Mozambique and Angola between 1975 and 1996.

Keywords: Africa, Mozambique, Angola, Press, Cooperation.

TABELAS

TABELA I: Dados Quantitativos Notícias Moçambique e Angola na Grande Imprensa Paulistana.....	142
TABELA II: PIB Per Capita.....	144
TABELA III: Índice de desenvolvimento Humano IDH.....	145
TABELA IV: Investimento Estrangeiro Direto.....	146

Lista de Ilustrações

Ilustração I – Cobertura jornalística sobre ato terrorista ocorrido na Nigéria	64
Ilustração II – Cobertura jornalística sobre ato terrorista ocorrido na França	64
Ilustração III – Características jornais de referência	80
Ilustração IV – Atributos do Jornalismo de Referência	82
Ilustração V – Cronologia da Política em Moçambique.....	92
Ilustração VI – Cronologia da Política em Angola	92
Ilustração VII – Editoriais dedicados a Moçambique	95
Ilustração VIII – Editoriais dedicados a Moçambique	97
Ilustração IX – Editoriais dedicados a Moçambique	98
Ilustração X – Editoriais dedicados a Moçambique	99
Ilustração XI – Editoriais dedicados a Moçambique	100
Ilustração XII – Editoriais dedicados a Angola	103
Ilustração XIII – Editoriais dedicados a Angola.....	105
Ilustração XIV – Editoriais dedicados a Angola.....	105
Ilustração XV – Editoriais dedicados a Angola.	107
Ilustração XVI – Cronologia das Relações Brasil - Moçambique	128
Ilustração XVII – Cronologia das Relações Brasil Angola – Pautas de Atos Internacionais	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
FNLA	Frente Nacional para a Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IVC	Instituto Verificador de Circulação
MONUA	Missão de Observação das Nações Unidas em Angola
MPLA	Movimento Popular de Libertação da Angola
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUDI	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
PAIGC	Partido Africano Para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PNUD	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
SENAC	Serviço Nacional de aprendizagem Comercial
UNAVEM I	<i>United Nations Angola Verification Mission</i>
UNAVEM II	<i>United Nations Angola Verification Mission II</i>
UNAVEM III	<i>United Nations Angola Verification Mission III</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNITA	União Nacional para a Libertação Total de Angola
ZANU	<i>Zimbabwe African National Union</i>
ZAPU	<i>Zimbabwe African People's Union</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ÁFRICA LUSÓFONA EM PERSPECTIVA.....	17
2.1	Sob o manto de Irôko: O continente africano.....	17
2.2	A África de Portugal	27
2.3	O Nacionalismo na África Lusófona.....	32
2.4	Independência e conflito em Moçambique.....	34
2.5	Independência e Conflito em Angola.....	42
3	O ERÓ DE MABOQUE: A GRANDE IMPRENSA E SUAS REPRESENTAÇÕES	53
3.1	O surgimento da Grande Imprensa no Brasil	53
3.2	Mídia impressa e relações de poder.....	56
3.3	A grande imprensa e suas representações	62
3.4	Colonialidade do poder, colonialidade do saber e comunicação	65
4	NAS ROTAS DE EWA: O PAPEL DA GRANDE IMPRENSA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	69
4.1	Meios de Comunicação e relações internacionais.....	70
4.2	Opinião pública nas relações internacionais.....	75
4.3	A importância do Jornalismo de Referência.....	79
4.4	A tradição editorialista no Brasil: <i>O Estado de S. Paulo</i>	83
4.5	Os editoriais do Jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> frente aos conflitos em Moçambique e Angola.....	89
5	UBUNTO: AS RELAÇÕES BRASIL, MOÇAMBIQUE E ANGOLA	112
5.1	As primeiras investidas brasileiras em Angola e Moçambique.....	112
5.2	Múltiplos temas: Moçambique nos editoriais do <i>O Estado de S. Paulo</i>	116
5.3	Múltiplos temas: Angola nos editoriais do <i>O Estado de S. Paulo</i>	133
5.4	Indicadores socioeconômicos.....	143
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
	<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>154</u>
	ANEXO A - MAPA DE MOÇAMBIQUE.....	175
	ANEXO B - MAPA DE ANGOLA.....	176

1 INTRODUÇÃO

A África subsaariana assistiu nos últimos anos a uma importante aceleração econômica. Dentre os aspectos mais notórios deste crescimento, encontram-se, por exemplo, a redução de vulnerabilidades frente ao exterior, propiciadas pela elevação dos saldos exportadores e pelo significativo aumento dos investimentos externos diretos.

Habitualmente, os meios de comunicação apresentam parte do continente africano de forma pejorativa, trazendo à tona a conotação própria de que se trata de uma região onde inexistia a possibilidade de uma atuação que seja desvinculada da imagem de incapacidade. A região é vista e difundida de forma singular, especificamente como palco de conflitos internos e de pobreza extrema; e não como ambiente de oportunidades econômicas, ou algo semelhante ao cotidiano de outros países em processo de desenvolvimento. Nos meios de comunicação, quando o assunto em pauta diz respeito à África, em especial à região subsaariana, são as tragédias e os genocídios que possuem maior notoriedade. Experiências de estabilização, crescimento econômico e as iniciativas políticas de redução da pobreza e de redução das doenças endêmicas são silenciadas (SARAIVA, 2008).

Conforme Munanga (2015), a África, assim como as demais regiões do mundo, possui passado, presente e continuidade. A história do continente não é limítrofe, mas foi construída como tal. Ou seja, o continente considerado berço da humanidade, que possui culturas e tradições imemoráveis, teve a difusão de sua história feita não por si mesma, mas pelos detentores do poder e do espaço de fala privilegiados, consequentemente, apresentando a realidade de forma deturpada.

Chegou-se até a negar que o continente africano tinha uma história antes das invasões coloniais. Evidentemente, o tráfico negreiro e em consequência a escravidão e depois a ocupação colonial foram acontecimentos de grande envergadura que mudaram a história original da África, mas isto não quer dizer que essa história não existiu antes ou começou a existir apenas a partir do tráfico ou a partir da Conferência de Berlim (MUNANGA, 2015, p. 25).

Muitas vezes, os países pertencentes ao continente africano são relegados ao patamar de inferioridade, e a estes países são creditadas as mais negativas características;

ou, conforme afirma Bayart (2000), frequentemente é dito que tal região consiste no limbo do sistema internacional. A história da África foi construída como tal, favorecendo as mais diversas generalizações que não se coadunam com sua realidade e história milenares, senão, vão ao encontro do imaginário ocidental edificado para o alcance dos mais diversos interesses.

A atuação da mídia impressa no processo de difusão de ideias a respeito dos países inseridos no outro lado do Atlântico fornece a possibilidade de uma análise sobre a representação e, como resultado, uma análise da inserção destes países no âmbito internacional. Grande parte destes países não obteve sucesso na superação de sua herança colonial, e nem encontrou ambiente inteiramente propício para sua devida promoção política e econômica no sistema internacional.

Entre as décadas 1950 e 1960, no bojo do processo de emancipação empreendido pelos países africanos, surgiram na África portuguesa diversas organizações anticoloniais, tais como: o Movimento Popular de Libertação da Angola (MPLA), em 1956; Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em 1962; e o Partido Africano Para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 1961. Objetivando a independência, diversos territórios que ainda se encontravam sob a égide de Portugal transitaram rapidamente de relativa instabilidade interna à situação de conflito armado. As proporções desses conflitos logo se tornaram grandiosas, iniciou-se, então, a Guerra Colonial na África.

A insistência na manutenção do regime colonial trouxe à tona uma série de implicações negativas para Portugal, como, por exemplo, sucessivas pressões de organizações internacionais para a concessão da independência aos territórios ultramarinos. Excessivos gastos para a manutenção da guerra colonial, alto fluxo de migrações dos cidadãos portugueses que objetivavam não se envolver na Guerra e conflitos entre o oficialato do exército português, contribuíram substantivamente para a derrubada do Regime Salazarista.

Angola e Moçambique possuem suas histórias entrelaçadas pelo colonialismo e luta pela emancipação. No entanto, significativas peculiaridades na formação da identidade e construção da nação marcaram as trajetórias desses países. A presente pesquisa visa analisar como a grande imprensa brasileira apresentou Moçambique e Angola imediatamente após a sua inserção no sistema internacional como Estados independentes,

os conflitos que se seguiram em ambos os países, bem como o desenvolvimento das relações bilaterais a partir do processo de cooperação.

A indagação fundamental da presente pesquisa é: como a mídia impressa brasileira representada por um jornal de referência – *O Estado de S. Paulo*, difundiu as informações e contribuiu para a representação de dois dos principais parceiros comerciais do Brasil situados no continente africano? Por meio da análise dos editoriais e de notícias veiculadas pelo periódico entre 1975, ano de independência de Angola e Moçambique e 1996, ano de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa existe a possibilidade de verificar a existência de uma tendência em privilegiar a difusão de “*notícias duras*”, aquelas referentes às questões de cunho político e militar, em detrimento de notícias relacionadas às potencialidades e benefícios das relações bilaterais do Brasil com Moçambique e Angola.

A presente pesquisa encontra-se dividida em quatro capítulos que analisam desde os fatores históricos do continente africano até a representação realizada pela imprensa e as relações bilaterais com o Brasil.

O primeiro capítulo busca apresentar o continente africano, visando permitir uma compreensão melhor relativa à sua história. Em seguida, analisam-se a inserção e a permanência portuguesa na região, bem como seus impactos e o advento do nacionalismo. Ainda no presente capítulo, são apresentados os processos de independência de Moçambique e de Angola para que nos capítulos subsequentes seja possível a análise arrobustada de como a imprensa apresentou e difundiu as informações referentes a estes atores internacionais.

No capítulo seguinte, apresenta-se a evolução do processo comunicacional no Brasil e a sua relação com a África Lusófona. O papel exercido pela grande imprensa e as relações de poder advindas da atuação midiática também são expostas neste capítulo, que analisa ainda as representações no âmbito da grande imprensa e as necessidades de se descolonizar o poder e o saber, para que sejam possíveis a emergência de um discurso diverso, autônomo, desvinculado da construção e a difusão do conhecimento eurocentrada.

Posteriormente, apresenta-se o capítulo que constitui o *ethos* da presente pesquisa, ou seja, o capítulo dedicado à análise da imprensa nas relações internacionais, buscando verificar a atuação dos meios de comunicação, a opinião pública e a importância do jornalismo de referência. Além da análise da tradição editorialista no Brasil, são

apresentados também os aspectos técnicos concernentes à análise dos editoriais, ou seja, seu *estilo e natureza*, exemplificados pelos editoriais sobre Moçambique e sobre Angola.

O último capítulo dedica-se à análise das relações bilaterais Brasil-Moçambique e Brasil-Angola. Nele, os editoriais são apresentados e também analisados, seguidos pela verificação dos indicadores socioeconômicos dos dois países. Por fim, são apresentadas as Considerações Finais.

2 ÁFRICA LUSÓFONA EM PERSPECTIVA

2.1 Sob o manto de Irôko¹: O continente africano

Inserindo-se no discurso lusitano a partir do século XIV, o continente africano foi efetivamente incorporado à realidade dos portugueses no século XV. O primeiro foco de interesse e de exploração dos portugueses eram as regiões árabes que eram acusadas de serem heréticas. A primeira justificativa, portanto, para inserção portuguesa no continente tinha como base o aspecto religioso que, posteriormente, foi substituído pelo fator comercial, quando ocorreu a expansão das navegações portuguesas à costa africana ocidental. Essa expansão tinha como objetivo o tráfico escravo e a busca por metais preciosos no século XV. Esse processo foi possibilitado pela inserção na região africana por meio do rio Zaire, em 1482.

Segundo Mourão (1996), durante anos chegou-se a afirmar que a história da África teve início no século XV, sendo a “descoberta” do continente o marco-padrão. No entanto, por conta da fundamentação em alguns documentos, diversos autores passaram a aceitar o início anterior da história do continente, valendo-se dos nomes de Ibn Khaldun e Ibn Batouta.

Nas palavras de Jean Ziegler (1972), a história das sociedades modernas e também das sociedades africanas tradicionais é uma captação do passado feita em moldes imaginários. É uma visualização hipotética do que se passou consistindo na construção coerente da história. Dessa forma, o passado designa uma produção social do grupo. O passado de um país é também a imagem que este país forma a respeito de seu passado. Os grupos populacionais descendentes de africanos desconhecem suas origens africanas e a própria história do continente. A história de parte da África não foi construída por si. Ao contrário, foram as referências e as imagens de seu passado edificadas por aqueles que os dominaram.

¹ Irôko é uma árvore africana e também um orixá cultuado nas religiões de matriz africana. Os orixás são divindades africanas que correspondem aos pontos de força presentes na natureza. A tradição religiosa que cultua os orixás considera essa árvore a primeira plantada no começo dos tempos, representando a ancestralidade. O culto de Irôko é norteado por diversos mistérios e, algumas linhas dos cultos aos orixás o consideram o primeiro e mais expressivo orixá.

Segundo Ziégler (1972, p. 7) durante mais de um milênio e meio, os conhecimentos a respeito da África permaneceram sob a égide de um grego de Alexandria, o *Traité de Géographie* de Ptolomeu. Selma Pantoja (2011, p. 17) lembra que Ptolomeu, geógrafo grego, do século II d.C., cujos escritos serviram, até o período do Renascimento, como fontes para os estudiosos ocidentais descreverem o mundo, dizia que, abaixo da região da Floresta Tropical, era impossível existirem seres humanos.

O mundo ocidental caracterizava o continente africano como terras tórridas, onde viviam homens deformados, monstruosidades resultantes do clima. Tanto gregos como romanos possuíam ideias deturpadas e confusas acerca dos limites geográficos do continente africano, bem como sobre as diferenças sociais, econômicas e culturais ali existentes. Posteriormente, tal ignorância foi perpetuada na Idade Média Ocidental. Esse cenário contribuiu para a construção de uma percepção especulativa e pejorativa, que se traduziu em estereótipos que contaminavam o entendimento dos europeus sobre as sociedades inseridas no continente africano (PANTOJA, 2011). De forma mais objetiva, as imagens criadas sobre a África sempre foram fantasiosas, construídas sem respaldo e conhecimento objetivo sobre a realidade do povo africano.

O explorador Diógenes foi quem empreendeu a exploração no interior do continente, fazendo cair por terra as insuficientes informações de Ptolomeu. De L'Isle foi o primeiro cartógrafo a omitir os dois mares interiores nos quais o alexandrino via as nascentes do rio Nilo. Foi neste momento e por De L'Isle que foram determinadas ineditamente as latitudes e as longitudes do continente. Os dois franceses foram os primeiros a inserir em seus mapas as manchas brancas² (ZIEGLER, 1972).

Excetuando o norte da África, o restante do território sempre foi, desde a era antiga, considerado como uma região de atributos peculiares, mais especificamente, considerado abundante em recursos, nocivo e maléfico. À época da idade média cristã, pairava o temor sobre este mundo considerado pagão e aterrorizador (COQUERY- VIDROVITCH, 1965).

Se os árabes exploraram o Níger motivados pela expansão comercial terrestre, valendo-se do comércio por caravanas, o Islã foi disseminado em Gana, Mali e Songai entre 800 e 1300, quando a receptividade à assimilação de pressupostos dogmáticos não

² Regiões ocultadas na antiga cartografia. As manchas brancas das antigas cartografias ainda são encontradas no século XIX, que recordavam as zonas inexploradas (TIBERGHEN, 2013, p.241).

encontrava a oposição de outras correntes religiosas. Entretanto, havia ainda a região da Guiné, que não havia estabelecido contato com outros povos antes dos portugueses (COQUERY-VIDROVITCH, 1965).

Inicialmente, a posse do Alto Níger pertenceu aos malinquês. De acordo com Costa e Silva (2012), os malinquês, também conhecidos por mandingas e mandes, pertencem à Alta Guiné e são grandes comerciantes muçulmanos. No decorrer da história, formaram diversos reinos, sendo o mais proeminente o Reino do Mali. Posteriormente, foram os fulanis que passaram a ter controle sobre a região, sob o comando de Futa Jallon, durante o século XVI.

O contato com os europeus ocorreu por meio dos portugueses, que foram os primeiros a se inserirem na região através das campanhas de Pedro de Sintra e de Alvise Cadamosto, em 1460. Os portugueses foram responsáveis pela edificação do mercado escravo na região e, no século XIX, a Guiné foi explorada pelos franceses, em especial por René Caillié em 1827, e parte da região declarada possessão francesa por L.E. Bouët Willaumez, em 1849. Nuno Tristão chegou à região que hoje compreende a Guiné-Bissau em 1446, região que também se tornou polo ativo de tráfico escravo. A penetração lusitana a partir do século XV no continente africano alterou todo o sistema de organização social existente. A configuração de poder dos impérios e os sistemas de trocas comerciais foram abalados de forma irrevogável. Séculos antes, uma estrutura de relações de poder já havia sido consolidada nas comunidades que compunham a região. A existência dos impérios africanos e a consolidação das relações político-sociais entre os mesmos demonstram a sofisticação de sua organização política, social e comercial.

A exploração sistemática do Atlântico deveu-se às condições propícias a tal investimento. No século XV, com o advento das novas tecnologias, foi possível a inserção portuguesa na região, que logo se traduziu na exploração predatória dos recursos minerais e mão de obra (ESOAVELOMANDROSO, 2010).

Por conta das dimensões geográficas do continente africano, a política de governança tradicional antes do processo de colonização foi bastante variada, não havendo um padrão homogêneo de organização e de sistema político. Segundo Khapoya (2012, p. 82) antes da colonização no continente africano, “há [havia] muitos tipos de sistemas políticos, variando desde as pequenas chefaturas, nas quais cada um estava relacionado com

cada um (e, portanto, o poder e autoridade estavam baseados no parentesco), até os enormes impérios.”

Gonçalves (2009, p. 71) atenta para o fato de que compunham a realidade dos povos africanos os seguintes elementos: a divisão social do trabalho, instituições próprias de governo, produção e circulação de riquezas na agricultura, pecuária e artesanato, além de sistemas de troca e de representação de valor nos negócios de médio e longo alcance, centros administrativos e religiosos.

A chegada dos europeus não foi simplória e muito menos isenta de resistência, pois, com as suas embarcações pesadas, o acesso às “vias de comércio” seria impossibilitada. Aos africanos, não pareceu atraente a perda de sua rede comercial, razão pela qual os primeiros navios europeus foram atacados e suas tripulações abatidas. Já no processo comercial que envolvia os barcos rústicos que permitia o comércio no entorno dos países, era possível a ágil mobilidade pela costa. Embora os europeus tenham utilizado o seu poder naval para acessar o Atlântico, por exemplo, foi necessário trazer para si, por meio da persuasão, os africanos para partilharem o seu negócio (PANTOJA, 2011). A hegemonia africana na região da África Central se manteve em muitos pontos ao longo do século XII e, de forma mais segmentada, no século XVIII, quanto ao litoral. O interior do continente se manteve intacto e restrito até o final do século XIX (PANTOJA, 2011, p. 43).

Em termos econômicos, o fator que possibilitava a criação dos centros econômicos eram as rotas de intercâmbio comercial. A partir do momento que um reino ou uma cidade era constituída, tornava-se possível captar comerciantes. Essas cidades se formaram em meio às hostilidades e rivalidades, dada a necessidade de sua expansão.

As cidades mais combativas aumentaram seu território absorvendo outras cidades e outros territórios. No entanto, a floresta, além de frear o expansionismo, contribuiu para limitar os domínios da cidade, poucas foram as que tiveram um raio de ação para além de 60 km; as que ultrapassaram esse limite, dependiam de “vassalos” ou de chefes de linhagem (RYDER, 2010, p. 886-387).

Uma generalização que pode ser feita a respeito da África pré-colonial é que havia dois tipos essenciais de sistemas políticos: sociedades com Estados e sociedades “sem Estado” (KHAPOYA, 2015, p. 82). As sociedades com Estado constituído possuíam uma estrutura burocrática que permitia a cobrança de impostos, supervisão de cerimônias e a

imposição das vontades do rei ou do chefe à comunidade. As sociedades “sem Estado” eram descentralizadas, baseavam-se no sistema de parentesco, nos quais havia o sistema de linhagem e de famílias extensas (KHAPOYA, 2015).

Segundo o africanista guineense Djibril Tamsir Niani, ainda no século XIV, houve o predomínio significativo dos italianos no processo de expansão marítima, pois Portugal não dispunha de comerciantes e banqueiros capazes de desembolsar o capital necessário para a empreitada comercial.

Segundo o mesmo autor, a busca pelo ouro era um fator de extrema relevância, mas, a expectativa de se obter a ampla produção de determinadas colheitas, tais como cana de açúcar, trigo e uva nas ilhas do atlântico, também eram de suma importância.

Inicialmente, a “descoberta” do continente africano reteve pouca atenção dos portugueses. A África foi reduzida ao papel de fornecedora de mão de obra. Os ganhos econômicos na Ásia e na América ofuscaram o continente negro das preocupações dos europeus (NIANI, 2010). O fato de relegar ao continente africano um papel secundário (excetuando-se a mão de obra escrava) ocasionou o não desenvolvimento infraestrutural, político e econômico dos países colonizados.

Na África negra, antes da imposição da economia monetária, a terra era considerada um bem indiviso da coletividade. Os reis ou imperadores tinham “domínios humanos”, ou seja, terras exploradas por coletividades escravizadas; mas, um exame mais atento, mostra que se tratava mais de servidão do que de escravidão (NIANI, 2010, p. 773).

No século XVI, foi instaurado na região um cenário conflituoso que reorganizou o padrão de vida local. Tratava-se da escravização dos povos africanos. Essa escravidão dos povos africanos, por seu caráter capitalista, diferenciava-se dos regimes de escravidão e servidão existentes até aquele momento naquela região.

Não só o trabalho produtivo, mas também a história da África negra foi expropriada pelo processo de colonização, impedindo a difusão da história de parte do segundo maior continente do mundo. Não foram possíveis a criação e a manutenção da imagem que estes países poderiam fazer a respeito de seu próprio passado de forma integral.

No decorrer dos séculos XVI e XVIII, os processos de trocas comerciais aprofundaram-se entre os portugueses e a região situada na Guiné, que, nesta época, diferente do início do processo de expansão na região, apresentava dois fatores abundantes,

homens e metais preciosos, nomeadamente, o ouro. De acordo com Gonçalves (2009, p.83), abaixo do golfo da Guiné e do Gabão, as formações sociais e estatais litorâneas de maior expressão situavam-se na África Central, grosso modo, entre a foz do rio Zaire ao Norte e a foz do Rio Cuanza ao Sul.

Segundo Malowist (2010, p. 3) durante todo o século XV e início do século XVI, os portugueses conseguiram estabelecer numerosas feitorias na costa ocidental.

Portugal foi atraído inicialmente para a África Negra pelo ouro, que era anteriormente exportado pelos países islâmicos. Não obstante, eles não tardaram a perceber que a África possuía uma outra mercadoria, também fortemente procurada pelos Europeus: os escravos. Ainda que a escravidão na África fosse diferente da escravidão praticada pelos europeus, a tradição de exportar escravos para os países árabes era muito antiga em grandes partes do continente, em particular do Sudão (MALOWIST, 2010, p. 8).

Os portugueses engajaram-se no processo de cooperação com os chefes e mercadores locais, tentando envolvê-los no tráfico de escravos. Ainda que os portugueses soubessem que essa atuação poderia desencadear conflitos entre os diversos povos e Estados, o objeto deste comércio seriam os prisioneiros de guerra. A ideologia portuguesa referente ao tráfico de escravos possuía as seguintes justificativas: o fato de os negros não serem cristãos e a permanência em seus países condená-los eternamente; principalmente pelo argumento de que os negros descendiam de *Ham*, que foi amaldiçoado e, por isso, estariam condenados à escravidão perpétua (MALOWIST, 2010).

A distinção racial da humanidade é anterior à chegada dos europeus ao continente africano. Tal distinção aparece com referência nos aspectos teológicos, mais especificamente no *Talmud* babilônico, uma coleção de escritos rabínicos que recuam ao século V (HAMEL, 2004, p. 24). Tal linha de pensamento defende que os descendentes de *Ham* foram condenados a serem negros. Essa perspectiva caracteriza *Ham* como pecador e a sua linhagem como degenerada. Neste sentido, a Teologia e a Política convergem para justificar o injustificável, ou seja, classificação e exclusão a partir de características anatômicas. Acredita-se também que esse pensamento seja originário dos árabes, mas de toda forma, os posicionamentos raciais acerca dos negros africanos possuíam grandes adesões. Nas palavras de Chouki Hamel (2004), as atitudes raciais com relação aos negros africanos eram uma percepção comum na orla meridional do Mediterrâneo, e essa tradição

do *Talmud* parece ser a articulação das divisões raciais em uma voz religiosa (HAMEL, 2004, p. 24).

Ibn Qutayba (828 d.c - 889 d.c) foi um dos primeiros escritores árabes a abordar a questão racial, também se voltando à história de *Ham*. Segundo a tese hamítica, Noé teria amaldiçoado Ham (um de seus filhos), que partiu para o Sudão. Tanto *Ham* como seus descendentes se tornariam negros e, e estes últimos seriam também escravos.

No mundo árabe, no século IX, duas versões sobre a criação do mundo eram amplamente difundidas. A primeira versão considerava que Adão foi criado a partir de três tipos de pó: preto, branco e um escuro. A segunda versão considerava que Adão foi criado a partir de um punhado de terra originário de todo o mundo, esta última versão, era a que possuía maior popularidade. Segundo a versão amplamente difundida, aceita e incorporada pela sociedade, dos filhos de Adão surgiram três tipos de homens: os homens vermelhos, os homens brancos e os homens negros – entre esses homens, existiam aqueles considerados suaves, ásperos, comuns e, por fim, os homens bons. Com o passar do tempo, as duas tradições discursivas deram lugar à lenda de *Ham* (HOFBAUER, 2006).

Na prática discursiva, os descendentes de *Ham* apareciam sempre como os povos de pele escura, sendo estes os grupos mais desprezados, pois havia uma forte tendência em relacionar os descendentes de *Ham* à cor que caracterizava a imoralidade e a falta de fé.

Ham gerou todos os negros e crespos, Iefét todos aqueles com rostos largos e olhos pequenos e Shem todos aqueles com rostos e cabelos bonitos; Noé jogou em Ham uma maldição: que o cabelo de seus descendentes não ultrapassaria as orelhas e que, sempre que encontrassem com os descendentes de Shem, se transformassem em escravos deles (ROTTER, 1967, p. 147 apud HOFBAUER, 2006, p.59).

O discurso religioso, neste sentido, foi fundamental para a criação das práticas de exclusão social fundamentadas em características anatômicas, servindo como base de justificção para o injustificável.

Considerando o posicionamento adotado pelos acadêmicos que antecederam a Guerra Civil norte-americana, David Chappell (2008. p. 87) nos lembra da importância das referências bíblicas hamídicas e não-hamídicas na propaganda pró-escravidão. Com o passar do tempo, este tipo de referência expandiu-se e consolidou-se, compondo, ainda

hoje, a essência ideológica existente no preconceito racial e os estigmas que permeiam parte do continente africano – a África Negra.

Em 1353, Ibn Battuta apontou elementos que estigmatizaram a cultura da África Ocidental. Entre os elementos considerados pagãos, pode-se citar: poligamia, ausência de boas maneiras e ausência de vestimentas. Ibn Battuta questionava os costumes sociais, e não as diferenças raciais. O determinante para Ibn Battuta não era a cor da pele, senão a adesão ao Islã (HAMEL, 2004). Entre a perspectiva árabe sobre o sul do continente africano, foi Ibn Khaldun quem contestou a tradicional teoria hamítica de que os povos negros do Sudão são negros por descenderem de Ham. Os intelectuais árabes que se seguiram e contrapunham à visão tradicionalista hamítica não foram capazes de alterar o estigma negativo que fora criado sobre os negros no continente africano.

As pressões históricas, os discursos religiosos que se seguiram e os fatores comerciais e políticos edificaram e mantiveram o pensamento e as atitudes raciais brancas, uma realidade que não se alterou. Da antiguidade à contemporaneidade, o fato de caracterizar os aspectos físicos e os hábitos culturais dos negros de forma negativa e inferior construíram a ideia de que estes estavam destinados a serem escravos.

Os berberes, vítimas de sucessivas invasões dos romanos, dos vândalos e dos bizantinos, foram forçados a migrar para o sul, para áreas habitadas predominantemente por negros. Tecnicamente superiores, nos resultados de seu contato com diferentes culturas e do uso do camelo, os berberes muito provavelmente conquistaram as populações negras do Saara e assumiram uma condição superior, colocando os negros em um *status* menor, subordinado (HAMEL, 2004, p.29).

Os negros que viviam nas terras dos berberes eram marginalizados. Pelo fato de terem sofrido inúmeras invasões pelos romanos e também bizantinos, os berberes foram obrigados a se deslocar. Essa migração condicionou os berberes a zelarem pelos fatores identitários. Em outras palavras, se nas terras dos berberes os negros eram marginalizados, em sua própria terra, os negros vão passar a ser inferiorizados. O distanciamento com os negros e a busca pela preservação identitária reforçavam a ideia de pureza entre os berberes e o repúdio à miscigenação.

No Marrocos, não foi diferente, a instabilidade interna e ameaça externa (ocupação europeia em regiões próximas) fizeram Mawlay Isma'il constituir um exército de homens

negros. Nesse sentido, a necessidade de conter a insegurança interna e externa justificava a escravidão de homens negros. Em Marraquexe, por exemplo, o grupo militar era composto por três mil homens negros em 1672, que eram alistados compulsoriamente. A cor da pele era a justificativa para a escravidão e o alistamento no exército.

Entre os séculos XV e XVI, Portugal exerceu sua supremacia mundial no contexto político-econômico. Com a abertura da rota do Cabo, uma nova conjuntura comercial se estabeleceu e houve a rearticulação das forças econômicas, políticas e sociais em todo o mundo. Essa rearticulação permitiu a aproximação dos europeus de organizações econômicas, políticas e sociais distintas das europeias. Para as sociedades com as quais os europeus desenvolveram essa proximidade, esse contato traduziu-se em desestabilização, expropriação e marginalização.

A partir do século XV, as comunidades politicamente organizadas foram desestabilizadas; até o século XIX foram expropriadas as riquezas minerais desses países, e suas populações foram transformadas em capital humano por meio da escravidão. Posteriormente, essas comunidades politicamente organizadas tornaram-se atores marginalizados no sistema internacional.

A principal motivação da aquisição de escravos angolanos e moçambicanos pelos portugueses era a produção do açúcar no Brasil. Segundo Carvalho (1999), antes da chegada dos portugueses em Angola já havia uma estrutura escravista naquele país, assim como em outras localidades do continente africano, visto que o processo de escravidão no continente africano possui diversas especificidades relacionadas à estrutura social.

No caso de Angola, em 1836 foi proibida a exportação de escravos e começou o período chamado comércio “legítimo” com a cera, o marfim e mais tarde a borracha como produtos principais, que, no entanto, ainda se sobrepuseram e se misturaram anos a fio com o comércio ilegal, principalmente, de humanos (HEINNTZE, 2010, p. 54).

A partir de 1870, os luso-africanos, pessoas nascidas em Portugal, residentes no continente africano, bem como os africanos, abriram de forma relativamente violenta os novos caminhos comerciais no interior, levando novos produtos para o ocidente e para a costa. Os portugueses, por sua vez, investiam em um controle administrativo cada vez maior, configurando a fase de ocupação “efetiva” na qual eram cobrados impostos e vigorava o trabalho forçado. Entre 1878 e 1898, o número de comerciantes brancos em

Angola cresceu substancialmente, passando de seiscentos para 6000. Estes comerciantes rivalizavam com os chefes locais africanos, e com os comerciantes luso-africanos, que, por muito tempo, possuíram e dominaram o interior africano (HEINNTZE, 2010).

O intenso comércio de escravos havia possibilitado o aprofundamento das relações com o Atlântico, também no que se refere aos processos comunicacionais. A troca de informações era intensa no tráfico de escravos, e não havia desconhecimento relativo aos fatos que ocorriam no Brasil ou nos países originários do comércio de escravos. Processo semelhante acontecia do Brasil para a África:

A independência do Brasil, por exemplo, não ficou despercebida na África – e o prova terem sido dois africanos os primeiros reis a reconhecê-la, o Obá Ósemwede, do Benim, e o Ologum Ajan, de Eko, Onim ou Lagos. Em Angola, os acontecimentos de 1822 tiveram enorme impacto, chegando a gerar uma corrente favorável à separação de Portugal e à união ao Brasil (COSTA E SILVA, 1994, p. 22).

Já a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX foram marcadas pelo distanciamento do Brasil em relação à África. Foram afetados não só a política externa e a economia, mas também as relações culturais, pessoais e o imaginário a respeito do outro lado do atlântico (OLIVA, 2009).

O distanciamento da África afastou o Brasil de suas raízes culturais. Como principais fatores desse distanciamento é possível elencar o fim do tráfico de africanos escravizados para o Brasil, o estabelecimento das principais relações comerciais com os Estados Unidos, Europa e América do Sul, e também as releituras das teorias raciais assumidas pelos intelectuais brasileiros (OLIVA, 2009).

Esse distanciamento repercutiu também nos meios de comunicação e, conseqüentemente, na representação que se faz dos países africanos. Em outras palavras, as informações recebidas sobre esses países não necessariamente correspondem com a realidade. As influências de países como Angola e Moçambique são diversas, não só no Brasil, mas no cenário internacional como um todo

Do ponto de vista político, Angola foi suscetivelmente peça fundamental na construção do Império Português e na formação do Brasil nos séculos XVII e XVIII; ponto de divergência entre aliados (Portugal e Reino Unido) na fixação das fronteiras coloniais do século XIX; e ponto de combate entre os aliados e a Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Mais

recentemente, Angola foi palco do último grande confronto da antiga Guerra Fria e país decisivo para a queda do *apartheid* (GONÇALVES, 2009, p. 91).

A história do continente africano geralmente é construída de fora para dentro com base nos interesses que buscaram (e ainda buscam) dominar a África e os africanos (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2014, p. 21). Importa ressaltar que, quando africanos se espelham e vivem à imagem dos povos que os dominaram, sem referência ao seu passado histórico, também está se perpetuando uma forma de dominação (PEREIRA, 2009).

Alexis Wick (2012, p. 72) argumenta que a história da África foi negligenciada, posta de lado e deformada no Ocidente durante muito tempo. Para retomar a expressão de Moniot: “Havia a Europa, e era toda a história”. Neste sentido, ainda na visão de Wick (2012), a África como um todo, seus habitantes e sua história são metodicamente apresentados como essência monolítica, diferente, estranha e sobretudo, ininteligível.

As interpretações são forjadas segundo muitos interesses que circundam o mundo em cada momento. Cada interpretação estaria a serviço de grupos, de classes e de instituições das mais diversas (PANTOJA, 2011, p. 19). A África não se apresenta ao mundo: a África foi e continua sendo apresentada ao mundo. Da antiguidade à contemporaneidade, o continente foi apresentado e representado seguindo a lógica de percepções, interesses e conveniências eurocêntricos.

2.2 A África de Portugal

Os anseios econômicos europeus que perduraram por quatro séculos e se traduziram na exploração sistemática do continente africano refletem até os dias atuais na realidade econômica, política e social dos países que pertencem à região. Relativamente aos países que foram colonizados por Portugal, em todos, sem exceção, foi construído um sistema que, à época dos processos de independência, impediu a população de construir um projeto político social emancipatório, mesmo contando com a existência de elites intelectuais nestes países.

Winford Masanjala (2007) mapeou os elementos-chave que diferenciam o crescimento dos países africanos do crescimento dos demais países do mundo, e constatou que, relativamente ao ano de 1960, o PIB na África foi de metade do PIB *per capita* no mundo; a expectativa de vida era de 41 anos contra 61 anos no mundo; as matrículas no ensino primário 41%, comparado a 89% no mundo; as economias africanas eram quase três vezes mais dependentes da atividade de mineração do que as economias europeias, etc. Enquanto as matérias-primas representavam cerca de 61% das exportações no resto do mundo, na África representavam 88%. Um dos fatores mais relevantes constatado foi o nível de desenvolvimento humano muito baixo. Em todos os países em desenvolvimento, 11% da população com 25 anos ou mais tiveram acesso ao nível secundário, enquanto na África, era de apenas 2%; enquanto um percentual de 2-4% da população em outras partes do mundo tiveram acesso ao ensino superior, neste período, na África, quase ninguém tinha esse acesso.

As dotações geográficas e ecológicas da África também a colocam em desvantagem econômica relativamente às demais regiões do mundo. Tais países se beneficiam menos da economia de escala por serem menores em termos de área. Entre outros fatores, importa ressaltar a baixa competitividade das exportações dos países de parte do continente africano. Ademais, a maioria destes países não possui acesso direto ao mar, em contraste com cerca de 20% dos países de outras regiões.

Os dados da investigação apontam aumento de 1% na matrícula do ensino primário após 1960, e esse é um dado relevante, pois a grande maioria das investigações relaciona desenvolvimento com educação. O segundo elemento apontado na pesquisa de Masanjala revela o crescimento da população em centros urbanos (ainda que setores não agrícolas sejam escassos) o que deveria ser uma constatação positiva no sentido de que existe uma clara relação entre urbanização e mudança estrutural da economia. Ao menos no caso da África Lusófona, se faz necessário resgatar os intensos conflitos internos com que condicionaram aos altos fluxos de migração e, portanto, sua economia e evolução social.

Além do fator educacional e urbano, Masanjala chama atenção para o tradicional fator geográfico. Se existe uma correlação entre fatores de crescimento global e fatores de crescimento agrícolas, a região sofre com as especificidades climáticas mais do que países de outras regiões, dada a ocorrência de baixa fertilidade e fragilidade do solo, somada aos

períodos de seca, considerando ainda a falta de oportunidade e capacidade de adotar tecnologias que minorem os efeitos climáticos sobre a produção. O fator geográfico também se coloca como “limitador” da integração cultural, visto que apenas 3% da população local fala língua europeia, contrastando com 33% das demais colônias.

A Ditadura Salazarista (1933-1974) nunca desejou transformar os territórios ultramarinos portugueses em Estados independentes, não autorizando a autonomia efetiva de suas colônias. Portugal pretendia edificar uma nova missão civilizatória, na qual prevaleceria um Estado único universal, promovendo a interação entre Metrópole e colônias. Os territórios ultramarinos deveriam ser nacionalizados em termos políticos, econômicos e culturais.

No decorrer do século XX, o objetivo de Portugal consistia em desterritorializar a nação. Dessa forma, pensava-se a ideia fundamental de uma comunidade constituída por Portugal e suas colônias. De acordo com Peixoto (2010, p. 6), o Estado Novo português investiu numa realidade imperial que se queria a tradução da nação.

Portugal, entretanto, não tinha condições econômicas de viabilizar investimentos, inovações e explorações nos territórios ultramarinos – na maioria dos casos companhias supraestatais realizavam este tipo de atividade, como por exemplo, extração dos recursos minerais. O Estado Novo português visava subordinar os interesses econômicos das colônias aos interesses da Metrópole (DIOP; BIRMINGHAM; HRBEK; MARGARIDO; NIANE, 2010). O contexto pós- crise de 1929 impulsionou a política rigorosa de administração, aliada à extração de riqueza nos territórios ultramarinos, trabalho forçado, taxaço da produção agrícola, venda para África do Sul de contratos de trabalhadores migrantes.

Neste cenário, Portugal promoveu o envio de operários desempregados às colônias, o que minoraria a possibilidade de contestações na Metrópole, além de promover o branqueamento populacional dos territórios ultramarinos. Segundo Peixoto (2010, p.6), Portugal consagrava legalmente a desigualdade estrutural do império.

Entretanto, esta política de imigração foi travada pela pobreza dos colonos, desprovidos de conhecimentos técnicos e de capitais. Eles não podiam sobreviver senão explorando ao extremo a população autóctone, sendo levados a ocupar os mais modestos empregos, bloqueando o acesso dos africanos aos escritórios, à administração e até mesmo às usinas. A

situação colonial criava assim, entre africanos e europeus, uma potente barreira social que reforçou e justificou a barreira da coloração da pele (DIOP; BIRMINGHAM; HRBEK; MARGARIDO; NIANE, 2010, p.76).

A história contemporânea de Portugal reflete, pois, dois fatores que impactaram na sua relação com os territórios ultramarinos. A primeira dimensão é a simbólica e a segunda dimensão é a mais concreta, factual. Na primeira dimensão, existe a ideia de nação imperial, fazendo com que Portugal não possua o devido entendimento acerca de si mesmo. Em outras palavras, a nação imperial se vê como pertencente ao centro mundial, colocando-se em um patamar equivalente aos demais Estados europeus. A primeira dimensão encobre a segunda, que se refere à sua realidade periférica. Em síntese, imagina-se no centro, mas participa dele apenas tangencialmente (SANTOS, 1996; RIBEIRO, 2004).

Boaventura de Souza Santos (1985) compreende Portugal como um Estado intermediário, semi-periférico, que, em alguns sentidos, possui índices próximos aos países que de fato pertencem ao “primeiro mundo” e, em outros sentidos, possui índices que o aproxima de nações do “terceiro mundo”. Ainda de acordo com o argumento de Santos (1985, p. 870), durante o longo período colonial, e, sobretudo a partir do século XVIII, Portugal foi um país central em relação às suas colônias e um país periférico em relação aos centros de acumulação de capital.

A política externa portuguesa sempre esteve orientada, desde a Idade Média, a três eixos fundamentais: alianças continentais europeias; alianças atlânticas; e o relacionamento com os países além-mar. No primeiro caso, o interesse fundamental sempre foi a manutenção da independência; no segundo eixo, a ideia respaldava-se na necessidade de manter a liberdade de navegação e, no que se refere ao relacionamento com os países além-mar, o interesse fundamental sempre foi o comércio e a necessidade de expansão demográfica (SIMÃO, 2006).

No imediato pós-II Guerra Mundial, Portugal desejava resolver seus problemas domésticos, de vagas de emprego e superpopulação, satisfazer suas necessidades de matéria-prima e encontrar novos mercados para seus produtos, enquanto o continente africano foi palco de importantes acontecimentos políticos e sociais, tais como, o nacionalismo, a descolonização e a independência.

Na África lusitana, a burguesia e o governo metropolitano resistiram ao processo geral de independência (GONÇALVES, 2009). O nacionalismo nos países africanos ganhou força após a Segunda Guerra Mundial e possibilitou, juntamente com outros fatores, o processo descolonização e, conseqüentemente, a independência de diversos territórios.

As duas guerras mundiais tiveram impactos significativos nos países africanos, sendo o principal deles a consciência pela liberdade, pelo nacionalismo. Os milhões de africanos que foram enviados por suas potências administrantes para lutar nos dois conflitos não obtiveram em seu retorno o reconhecimento por sua contribuição. Segundo Khapoya (2015), dos 2 milhões de africanos enviados para o combate na Segunda Guerra Mundial, setecentos mil africanos foram convocados pela Inglaterra para lutar contra o imperialismo alemão.

Enquanto os veteranos europeus receberam recompensas pelos seus feitos, como por exemplo, pensões substanciais e possibilidade de aquisição de terras nas colônias, os soldados africanos receberam apenas um aperto de mão, passagens de volta e, como lembrança, seu uniforme (KHAPOYA, 2015). No entanto, os episódios das duas grandes guerras possibilitaram aos africanos veteranos a tomada de consciência que os instrumentalizaria para a edificação dos movimentos nacionalistas.

As duas guerras mundiais permitiram aos africanos a apreensão da habilidade técnico-militar, a habilidade de liderança e, não menos importante o conhecimento acerca de outras realidades, elementos que incentivaram o nacionalismo africano. De acordo com Khapoya (2015, p. 208), os soldados africanos também ouviram sobre os sucessos militares espetaculares dos japoneses contra os russos; estas façanhas, de um suposto povo não-europeu inferior, serviu também para quebrar o mito europeu.

Portugal manteve-se neutro na Segunda Guerra Mundial, e a participação por meio do envio de contingente militar foi significativo, por exemplo, nas colônias francesas. Com a Segunda Guerra Mundial, contudo, a Europa não aprendeu a ser menos racista e imperialista. A África tropical entrara bruscamente no ciclo das lutas de libertação, iniciadas nas colônias francesas, desde 1945 (DIOP; BIRMINGHAM; HRBEK; MARGARIDO; NIANE, 2010, p.88).

À luz dos movimentos de contestação surgidos nas colônias francesas, as colônias portuguesas e espanholas, caminharam também para os processos emancipatórios,

advogando em prol do nacionalismo e legitimando a tomada de consciência de populações que historicamente foram subjugadas.

2.3 O Nacionalismo na África Lusófona

A intensificação do nacionalismo na África lusófona ocorreu de forma exógena a partir de 1940, quando os estudantes oriundos dos territórios ultramarinos iniciaram seu engajamento em prol do processo de descolonização na Casa dos Estudantes do Império. A Casa dos Estudantes do Império não obteve êxito ao tentar atingir o seu objetivo de aflorar o senso de portugalidade e os pressupostos imperiais naqueles que ali viviam. Ao contrário, tornou-se um espaço de crítica ao colonialismo e de contestação da ordem vigente. Dois aspectos fundamentais norteavam os debates entre os estudantes: crítica ao regime ditatorial e a permanência do regime colonial.

Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Lucio Lara e Marcelino dos Santos são as figuras emblemáticas que compuseram o núcleo da Casa dos Estudantes do Império e que contribuíram para a criação dos grupos políticos que se formaram nas colônias portuguesas, e que, mais tarde, liderariam o processo de descolonização e posterior administração do território.

Sob o *ethos* da emancipação, foram criadas as bases para a promoção das independências nacionais. Importa enfatizar que muitos autores atribuem à falta de traquejo ou conhecimento político os conturbados cenários que se desenharam durante e após os processos de descolonização dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. No entanto, sustentamos que tais cenários são, antes, fruto do legado deixado pela Metrópole em relação às suas colônias, e não o inverso.

As representações acerca dos processos de descolonização muitas vezes aparecem condicionadas à ideia da falta de preparo das lideranças políticas locais que conduziram tais processos e levaram os jovens Estados à ruína, principalmente por conta dos conflitos de ordem civil. A falta de vontade política da Metrópole e o próprio processo histórico de colonialismo foram responsáveis por configurar o peculiar desenvolvimento dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Em outras palavras, não foram edificadas as bases para uma possível autonomia.

Relativamente à independência, pode-se considerar que alguns países se configuraram juridicamente, mas não factualmente, pois a independência sem os pilares da autonomia estatal relegam qualquer comunidade politicamente organizada à existência jurídica, mas não empírica, por conta da impossibilidade de o Estado lidar com suas atribuições básicas. Esses pilares da autonomia estatal podem ser expressos pela existência de instituições que sejam capazes de promover o crescimento e o desenvolvimento do Estado, como, por exemplo, as áreas Defesa, Saúde, Justiça, Educação e Finanças. Logo após a Revolução dos Cravos em Portugal (1974), nem todas as ex-colônias portuguesas consolidaram-se no sistema internacional factualmente.

Angola e Moçambique surgiram como Estados no sistema internacional a partir da década de 1970. Após a saída de Antônio Salazar do governo, em 1968, Marcelo Caetano assumiu o governo e deu continuidade à política ditatorial de seu antecessor. No entanto, tal continuidade ocasionou o significativo desgaste do governo. As Forças Armadas (nomeadamente os oficiais de média patente) e a população, como um todo, encontravam-se insatisfeitas com a Guerra Colonial e com o comprometimento com a economia do país, o que levou à Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974.

Após a Revolução dos Cravos, foram concedidas as independências às colônias portuguesas que prontamente obtiveram o reconhecimento do Brasil. A autodeterminação dos povos, amplamente defendida pelo Brasil, fez com que o país fosse o primeiro a reconhecer a independência de Angola, ocorrida em 11 de novembro de 1975 e, dias depois, mais especificamente em 14 de novembro, estabelecesse relações diplomáticas com Moçambique, cuja independência havia ocorrido em 25 de junho 1975.

O processo de aproximação do Brasil com Angola e com Moçambique difere-se de outras ex-colônias portuguesas, justificando assim, a escolha por esses dois, diante de outros países de língua portuguesa, como por exemplo, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, São Tomé e Príncipe, Macau ou Timor Leste. Os dois elencados possuem o maior número de atos internacionais celebrados com o Brasil nas mais diversas áreas. Imediatamente após sua independência, o Brasil reconheceu Angola como novo Estado na arena internacional, sendo, juntamente com Moçambique, o país africano de língua portuguesa com grau significativo de recepção de iniciativas de cooperação técnica empreendidas pelo Brasil.

2.4 Independência e conflito em Moçambique

O consenso histórico aponta que a chegada dos portugueses a Moçambique ocorreu em 1498. A colonização foi potencializada após a determinação da ocupação efetiva dos territórios situados no continente africano pelas potências europeias, na Conferência de Berlim, realizada entre 19 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885.

No processo de colonização, os moçambicanos resistiram tanto aos líderes locais quanto aos próprios portugueses. Os líderes dos reinos inseridos no território detinham o poder, e a resistência a esses líderes configurou a proto-resistência nacionalista. No entanto, não foi possível resistir às traições inter e intra-étnicas juntamente com a superioridade militar portuguesa. Diante desse cenário, no início do século XX houve a submissão e dominação total da região, efetivando a ocupação colonial.

Entre 1945 e 1961, ocorreu o ápice da colonização portuguesa em Moçambique. Neste período, houve um alto grau de exploração da terra aliado à exploração da força de trabalho (forçado) e a investimentos em infraestruturas para garantir a maximização dos retornos financeiros à metrópole. De acordo com Hedges e Rocha (1993, p. 129), o fomento de investimento controlado permitiu o avanço gradual da indústria de transformação.

Além do aumento do controle da metrópole para obtenção de retornos financeiros em Moçambique, cresceu também o número de colonos da região. Enquanto à população autóctone era imposto o trabalho forçado, os cidadãos portugueses beneficiavam-se com a ocupação dos postos de trabalho que exigiam maiores condições e preparo. À população local não foram garantidas as bases para o seu desenvolvimento criando um abismo entre colonos e os autóctones.

A fase de pré-independência moçambicana foi envolta pela repressão colonial e tentativa de apaziguamento de possíveis conflitos através da nomeação de régulos para contribuírem com a administração local. Grosso modo, o sistema de articulação com vistas à administração colonial não havia mudado desde o século XV. Os contatos com os régulos locais garantiam aos portugueses sua penetração e permanência nas regiões que viriam a se transformar em suas colônias. Através dos régulos, era possível manter a ordem tradicional e os aspectos socioculturais das regiões onde os portugueses se inseriam.

Em Moçambique, o setor têxtil era o que garantia o maior rendimento à Metrópole por conta do intenso cultivo de algodão. Além do declínio do trabalhador rural, o pós-Segunda-Guerra Mundial foi marcado pelo comprometimento do solo. Solo e força de trabalho caracterizavam a força motriz do colonialismo em Moçambique. Hedges e Rocha (1993) afirmam que os esforços de investimentos, infraestrutura e o próprio setor social tiveram ampla relação com o fomento da produção e do povoamento na região. Portugal só realizou maiores investimentos nesses territórios a partir das décadas de 1950 e 1960. Em consonância, cresciam também o número de colonos (decorrente da publicidade da Metrópole em relação às colônias) e o contingente militar nos territórios ultramarinos, fruto das lutas nacionalistas. A irredutibilidade em conceder a independência às colônias, como antes mencionado, perdurou até a derrocada do Regime Salazarista pela Revolução dos Cravos.

O advento do nacionalismo possibilitou a emergência de organizações independentistas. A Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO - surgiu por conta da necessidade de fortalecer o engajamento político nacionalista e a reivindicação pela independência. Eduardo Mondlane foi o idealizador da organização, professor universitário e funcionário da ONU. Mondlane fundou a FRELIMO em 25 de junho de 1962 a partir da junção de movimentos nacionalistas.

Os dez anos que antecederam o processo de transição para a independência do país foram marcados pela Guerra Colonial que foi iniciada com ataque ao Chai, em Cabo Delgado, e posteriormente à região central do território (Niassa e Tete). Enquanto Portugal considerava a Guerra Colonial subversiva, as colônias portuguesas consideravam-na uma luta pela emancipação das nações. Somente em 1974, com o fim do governo salazarista que os territórios ultramarinos alcançariam, parcialmente, sua autonomia. No caso de Moçambique, apenas ocorreu após o Acordo de Lusaka, ratificado na Zâmbia.

Nas palavras de Bouene (2005), a FRELIMO almejava restituir a soberania aos moçambicanos e construir um Estado oriundo da divisão. Ao ascender ao poder, a FRELIMO tinha a intenção de transformar as estruturas do poder colonial, entretanto, deixou de considerar os impactos da abrupta modificação política para a sociedade. Os valores tradicionais, por exemplo, foram revistos, fato que se traduziu em oportunidade para a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) angariar apoios por parte da

população. As linhas basilares da atuação da FRELIMO viriam a ser a libertação nacional, que só seria alcançada através do que era percebido e sentido pela população, pois cisões na sociedade levariam a não homogeneidade política.

Em linhas gerais, pode-se considerar a aplicação do “retorno à história” de Amílcar Cabral, no qual, após o colonialismo ter usurpado a história do povo autóctone, seria necessário fundar uma sociedade fundamentada na justiça, na igualdade e no amor. O engajamento na ruptura com o colonialismo possibilitaria uma ruptura radical que deveria ser compreendida como renascimento, dando espaço ao “homem novo”. Essa ideia não deve, necessariamente, estar respaldada em uma utopia, senão no fato de “relações sociais não serem fundadas na exploração e na dominação” (WICK, 2012).

Em 1964, a FRELIMO deu início à luta armada que culminou no assassinato de Eduardo Mondlane pela PIDE (Polícia Política Portuguesa), sendo então substituído por Samora Moisés Machael, vinculado ao núcleo militar da FRELIMO. Machael deu continuidade à luta contra a colonização e se nomeou o primeiro presidente de Moçambique em 1975, cargo no qual permaneceu até 19 de outubro de 1986, quando faleceu em um acidente aéreo na África do Sul, sendo posteriormente substituído por Joaquim Alberto Chissano. O novo discurso da FRELIMO assentava-se na ideia do nacionalismo, da identidade e da ideologia marxista. Nessa nova conjuntura, a administração da FRELIMO adotou um aspecto mais radical espelhado no próprio Samora Moisés Machael. Para fazer frente ao colonialismo, durante a Guerra Colonial, a FRELIMO havia contado com o apoio da Argélia. Estrategicamente, a importância desse apoio residia tanto na formação militar dos combatentes quanto na ideologia política que se seguiria.

Durante a Guerra Colonial, Portugal possuía um contingente militar muito superior ao contingente militar moçambicano. Por isso, diversas desvantagens se colocavam à Metrópole, pois Portugal excedia cada vez mais os gastos para manutenção da Guerra Colonial em seus territórios administrantes e perdia a aderência da população à sua causa, o que contribuiu para a deterioração do Regime Salazarista anos depois. Assim como em outras colônias, a tática utilizada pelo movimento anticolonial em Moçambique era a guerra de guerrilha. Paulo Fagundes Visentini lembra que:

Existia uma dinâmica entre tempo e espaço no embate entre os dois países: quanto mais o tempo passava, mais o espaço conquistado pelos guerrilheiros moçambicanos se ampliava. Ou seja, a direção da Frelimo adotou a concepção chinesa de guerra prolongada que, além da vitória no espaço, consistia também em transmitir conhecimento e desenvolver a consciência dos camponeses, ganhando-os definitivamente para a luta armada (VISENTINI, 2012, p. 93).

Após a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, ocasionada pela insatisfação dos militares portugueses de média patente, foram concedidas as independências aos territórios ultramarinos de Portugal. Mesmo após a o 25 de abril, permaneciam as discordâncias entre os militares e o general Antônio de Spínola: enquanto os primeiros objetivavam a resolução imediata dos conflitos nos territórios ultramarinos para que pudessem retirar as Forças Armadas dos territórios, o último tinha o interesse em viabilizar os processos de transição de forma mais lenta. No caso de Moçambique, o general Antônio de Spínola objetivava a criação de grupos políticos que pudessem competir com a FRELIMO em uma disputa eleitoral pela administração do novo Estado.

Justamente para inviabilizar a formação de grupos políticos, a FRELIMO buscou a transferência da administração do território sem eleições, o que ocorreu através da assinatura do Acordo de Lusaka, em 7 de setembro de 1974. Como resultado do acordo, foi instaurado o governo transitório, até a efetiva independência do país que ocorreria em 1975 (VISENTINI, 2012). O período de transição governamental foi marcado pela instabilidade interna em Moçambique. A FRELIMO não obtinha controle total do território, e aqueles contrários ao governo central instituído pela FRELIMO tentaram realizar o golpe de Estado que desestabilizou o período de transição e ocasionou a emigração dos colonos, a população que representava a mão de obra qualificada do país. Esse mesmo processo foi experimentado por diversas outras colônias portuguesas.

Uma vez no poder, a FRELIMO instituiu uma nova administração onde não mais haveria as regedorias (a principal questão acerca dos poderes tradicionais, não diz respeito somente à sua autoridade, mas à importância histórica e social deste tipo de mando) consideradas incompatíveis com o poder popular. Com essa atitude, as chefias tradicionais foram abolidas, o que juntamente a outros fatores, comprometeria o apoio popular ao governo.

Após as proclamações de independência de Moçambique e Angola, não foram criadas as condições para que as expectativas da sociedade fossem atendidas. As condições materiais para o alcance de tais expectativas eram praticamente nulas por conta da inexistência de quadros especializados capazes de compor a gestão do Estado. Ademais, toda a infraestrutura do Estado estava comprometida pela Guerra Colonial e pelas Guerras Civis pós-independência. Importa enfatizar que no caso de Moçambique, em nome da unidade nacional, as aspirações básicas da população, por exemplo, poder tradicional, ou impossibilidade de retomada de suas terras ancestrais, foram extintas, o que levou à impopularidade do governo recém-criado e possibilitou a criação e reivindicação do poder por grupos opositores.

Além da extinção dos régulos tradicionais, foram criadas aldeias comunais, visando à produção coletiva. Bouene (2005, p. 75), observa que as populações “ao serem obrigadas a abandonar suas casas, perdiam os seus símbolos, como os locais de homenagem aos antepassados”. Na visão da FRELIMO, a permanência da estrutura política e social precedente se coadunava a um obscurantismo. Mesmo modificando a estrutura política, as autoridades tradicionais, bem como as cerimônias tradicionais, encontravam espaço na clandestinidade. A fim de promover a reestruturação dos quadros administrativos, o governo criou os Grupos Dinamizadores, cuja estrutura era insulada e tinham como responsabilidade promover o policiamento, a gestão de conflitos, questões sociais, e a administração. Por conta da necessidade de romper com a estrutura política e administrativa portuguesa, o pertencimento aos Grupos Dinamizadores estava impedido a todos que tivessem mantido alguma relação com o poder colonial.

A tentativa da FRELIMO era possibilitar um novo contexto político no qual as diferenças culturais se coadunassem aos elementos normativos que abarcassem a população como um todo. Como forma de legitimar o novo cenário político, a FRELIMO extinguiu os régulos tradicionais e as autoridades religiosas. Para Meneses (2009, p. 24) era imperativo ultrapassar a categorização hierárquica da diferença, herança da colonização, ou seja, a ideia de que existiam cidadãos de primeira e segunda classe.

A forma como parte da população fazia frente à colonização era justamente através da ideia de pertencimento e identidade coletiva. Com a emergência de um novo governo, agora independente, houve a necessidade de construir um arcabouço político respaldado

pela igualdade jurídica dos cidadãos, possibilitando uma identidade nacional sem existência de aspectos étnicos, daí a proposta de rompimento com o passado colonial e criação de uma nova conjuntura política, fundamentada no poder popular. Nesse sentido, a FRELIMO tinha a intenção de constituir um Estado independente à imagem das instituições vigentes nas zonas libertadas, o que transcendia a ideia de um Estado administrado por autóctones.

Por fatores endógenos e exógenos, em 1976, eclodiu a guerra civil em Moçambique, que perdurou até 1992. Os protagonistas do conflito civil moçambicano foram a FRELIMO e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), que assim como os conflitos pós-independência em outras ex-colônias portuguesas, contou com o apoio de atores externos, como Zimbábue (antiga Rodésia do Sul) e África do Sul.

A Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) foi criada com o apoio da Rodésia do Sul, mais especificamente por meio de seu serviço secreto, visando prejudicar o governo da FRELIMO e interferir na atuação da guerrilha favorável à independência da Rodésia do Sul. A configuração de forças no conflito civil envolveu países africanos, os Estados Unidos, a União Soviética e a Grã-Bretanha.

Samora Moisés Machel, considerado o pai da nacionalidade moçambicana, criticava os regimes racistas vigentes na Rodésia e na África do Sul (países que fazem fronteira com Moçambique). Os grupos políticos (ZANU e ZAPU) pró-libertação desses países receberam amplo apoio militar de Moçambique, e, no caso dos guerrilheiros da Rodésia do Sul, esse apoio consistia no envio de guerrilheiros para contribuírem com a luta pró-libertação do regime de Ian Smith.

Tanto a ZANU quanto a ZAPU instalaram bases em Moçambique. O Congresso Nacional Africano obteve áreas de treinamento militar para que pudessem atuar contra a África do Sul. Em linhas gerais, o grande problema com a Rodésia do Sul, era o não reconhecimento da permanência do governo racista de Ian Smith. Como sanções, a FRELIMO inviabilizou o acesso às estruturas portuárias, estruturas de oleodutos de Moçambique e apoio à ZANU. O governo de Ian Smith, por sua vez, passou a apoiar a RENAMO na luta contra a FRELIMO.

A guerra civil moçambicana teve início em 1976 e consolidou-se em 1977. Na década de 1980, o conflito transformou-se em um aspecto severamente nocivo para o

governo, pois com a vitória da ZANU³ sobre o antigo regime de Ian Smith, a Rodésia se tornou o atual Zimbábue, e a África do Sul continuou apoiando e financiando a RENAMO. No decorrer do conflito civil, a RENAMO causou impactos significativos à medíocre infraestrutura de Moçambique. Os elementos que representavam o Estado moçambicano eram os principais alvos dos ataques da RENAMO, como escolas, hospitais e vias de comunicação. A população era perseguida e sofria com a constante violência promovida pela RENAMO que, dessa forma, demonstrava a fragilidade do governo em promover a segurança para a população (BOUENE, 2005).

Tanto a forma de atuação da RENAMO como seus próprios objetivos centravam-se na contestação do governo vigente. Em outras palavras, se o objetivo político da FRELIMO consistia em criar de fato um Estado emancipado e desvinculado do passado colonial através de um novo governo, a RENAMO buscava atuar contrariamente a este ideal, afetando diretamente a sociedade moçambicana. Com a instabilidade econômica vivenciada pelo país, a FRELIMO nacionalizou as propriedades privadas visando atrair o apoio dos partidos socialistas, mas essa atitude ocasionou a retirada da cooperação da China e da Coreia do Norte com o país, em 1978.

Com a instabilidade política e econômica de Moçambique, aqueles que poderiam compor os quadros administrativos especializados tiveram que realizar seus estudos no exterior (Alemanha Oriental e Cuba) e as investidas da RENAMO e seus apoiadores ocasionaram o refugio em massa da população.

Toda a atuação da RENAMO era respaldada pelo apoio recebido do governo da Rodésia e da África do Sul. Inicialmente, a RENAMO não contava com um programa político que a caracterizasse como partido político e, após se tornar um partido, a RENAMO não obteve sucesso em nenhuma das eleições que se seguiram após o conflito civil. A atuação conjunta RENAMO-África do Sul relegou Moçambique à situação de caos:

A África do Sul encarregou-se também de sabotar direta e indiretamente a economia moçambicana, diminuindo o tráfego ferro-portuário, não cumprindo integralmente os acordos sobre os trabalhos das minas a partir de 1978 e fazendo incursões diretas no solo moçambicano, deixando um

³ União Nacional Africana do Zimbábue.

rol de destruição, sob o pretexto de que Moçambique albergava elementos do Congresso Nacional Africano (ANC).

Envolvida nos conflitos internos de Angola e Lesoto, bem como nos conflitos com a Rodésia do Sul e pressionada economicamente, em 1984 a África do Sul passou a negociar com Moçambique. Na negociação, estabeleceram-se o fim da ingerência externa e a consideração da soberania da nação. A resolução pacífica das divergências entre os dois países também seria solucionada pacificamente, ou seja, prevaleceria o princípio de não-agressão. Embora objetivasse minorar os problemas de ordem econômica com o fim do envolvimento da África do Sul no conflito moçambicano, o governo da FRELIMO continuou a sofrer com os problemas no âmbito econômico, tendo a África do Sul apenas cessado o apoio à RENAMO.

Por conta da débil situação econômica, o governo da FRELIMO passou a considerar a necessidade e a possibilidade de revisão de suas políticas interna e externa. No início dos anos 1980, as prioridades do governo moçambicano deslocaram-se do eixo ideológico para o eixo econômico. Para diminuir os efeitos da Guerra Colonial e do conflito civil orquestrado pela RENAMO, o governo entendeu que uma das vias para recuperar o cenário econômico seria a obtenção de financiamentos junto às organizações internacionais. Para tanto, seria necessário aderir a mudanças em seu direcionamento político. A debilidade econômica só foi minorada quando Moçambique e a África do Sul assinaram o tratado de não-agressão, em 1984. Neste período, o governo já não contava com apoio externo para promover as investidas contra a RENAMO, mas a RENAMO possuía o apoio da África do Sul. Portanto, com o acordo de não-agressão, haveria diminuição da capacidade militar da RENAMO e, para a África do Sul, os grupos oposicionistas também não teriam apoio de Moçambique. Assim, o governo abandonou o Marxismo-leninismo, e aderiu ao Socialismo Democrático em 1989. Moçambique deixou de lado as políticas implementadas no imediato pós-descolonização, visando angariar apoio interno e criar uma nova imagem no sistema internacional. De grosso modo, a FRELIMO necessitava de auxílio econômico para promover a reestruturação do país e objetivava demonstrar uma imagem desfavorável da RENAMO.

Nas palavras de Georges Nzongola-Ntalaja, professor de Estudos Africanos da *University of North Carolina*, “a impossibilidade do Estado pós-colonial de viver de acordo

com as expectativas do povo ocorre, em parte, porque contraria a visão política de Amílcar Cabral e outros fundadores progressistas da independência africana” (NZONGOLA-NTALAJA, 2012, p.108). Os governantes que atuaram no pós-colonialismo não foram bem sucedidos em atender às aspirações da população. Esses governantes não transformaram as estruturas que herdaram possibilitando que o Estado e a economia atendessem os interesses da sociedade (NZONGOLA-NTALAJA, 2012).

A ideia de obter recursos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional seria uma rota para conter o déficit econômico de Moçambique. Novamente, fatores endógenos e exógenos pressionavam o país a rearticular sua política doméstica e, ainda em 1990, passou a vigorar a nova Constituição. A nova conjuntura política do país viabilizou o diálogo na tentativa de conciliação entre governo, trabalhadores rurais, empresários e aqueles que se encontravam descontentes com o cenário político vigente.

O início dos anos 1990 possibilitou a criação da nova Constituição, a instituição de um sistema multipartidário e democrático, de um novo sistema judiciário e a rearticulação da economia. A economia passou a ser uma economia de mercado. A partir do processo de conciliação, o setor social obteve êxitos e contribuiu para o fim da guerra civil. Em outubro de 1992, foi assinado o Acordo Geral de Paz.

Com o processo de globalização, houve uma pressão crescente para alinhar a política estatal às exigências das potências mundiais e das instituições financeiras internacionais (NZONGOLA-NTALAJA, 2012, p. 108). Nesse sentido, a criação do Estado fundamentada no interesse da maioria do povo é mais significativa do que era nos anos 1970 ou 1980 (NZONGOLA-NTALAJA, 2012).

Os anos 1990 representaram a nova configuração da administração estatal moçambicana, possibilitada pelo rompimento total da ingerência externa no conflito entre FRELIMO e RENAMO, pela implementação de novas diretrizes na política interna, e pelo apoio da população para a promoção do processo conciliação.

2.5 Independência e Conflito em Angola

A descolonização na África lusófona, como insistimos, ocorreu tardiamente, quando os territórios sob administração francesa e inglesa já haviam alcançado suas respectivas

independências. Conforme nos lembra Wilson Pedro Té (2015), a descolonização dos países africanos de língua portuguesa foi conquistada somente após a queda do Regime Salazarista e mediante lutas de libertação nacional, com alguns adotando o socialismo, como foi o caso, por exemplo, de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

No caso de Angola, a desvinculação da Metrópole redundou em um conflito civil que se estendeu até o ano de 2002. Ainda que obtivesse o reconhecimento *de jure* de diversos atores, a intensa disputa pelo poder, a inabilidade política e a falta de infraestrutura relegou o país a uma situação de fragilidade estatal.

Uma das maiores concentrações de recursos minerais no continente africano encontra-se em Angola. A riqueza advinda da exploração do petróleo e de diamantes não foi capaz de garantir a estabilidade interna do país; ao contrário, foi a causa de seu declínio. De acordo com Gonçalves (2009, p. 91), a economia angolana é um exemplo do perfil atual do subdesenvolvimento bloqueado, apesar de seus recursos naturais estarem acima da média daqueles dos países menos avançados e diante de seu grande impacto estratégico. Assim como os demais territórios ultramarinos, Angola não contou com o efetivo investimento em infraestrutura e em setores estratégicos que possibilitassem a autonomia do país. Para alguns autores, “Angola é uma terra amaldiçoada pela sua riqueza” (LE BILLAN, 1999, p. 6 *apud* HODGES, 2002, p. 19).

A questão angolana é paradoxal no que se refere ao seu desenvolvimento e crescimento econômico e convergente com o histórico político dos demais Estados descolonizados tardiamente por Portugal. Para Hodges (2002), pelo fato de gerar guerras, má gestão e corrupção, a riqueza de Angola é a razão de sua própria pobreza.

Ao invés de impulsionar o avanço do país, os recursos ocasionaram e continuam ocasionando um crescimento e, conseqüentemente, um desenvolvimento limítrofe. Se à época dos conflitos civis pós-independência, os recursos eram destinados ao próprio financiamento da guerra pelas duas partes beligerantes⁴, na atualidade, são os elevados índices de corrupção que freiam o desenvolvimento do país. No caso de Angola, a abundância de recursos esteve paradoxalmente vinculada à escassez de ordem interna e a um ambiente pouco propício para o desenvolvimento socioeconômico.

⁴ O petróleo era uma das fontes de financiamento do governo para financiar o conflito com a UNITA e, esta, por sua vez, se valia do tráfico de diamantes para ter acesso aos armamentos utilizados contra o governo.

Existem fatores que se auto-alimentam e impactam no destino dos países emergentes de conflito. Em linhas gerais, recursos, boa governança, guerras e desenvolvimento são fatores condicionados uns aos outros. Como exemplo desses fatores condicionados, Hodges menciona o fato de que a abundância de recursos contribui para o desenvolvimento, mas este depende da boa governança e da ausência de conflitos internos que possam se transformar em grandes guerras (HODGES, 2002).

Entre as décadas de 1960 e 2000, Angola permaneceu em guerra, contanto com vagos períodos de paz relativa até o ano de 2002. Apenas em 1975 e em alguns meses dos anos 1991,1992, e poucos outros meses entre 1994-1998, o país não esteve em conflito.

O conflito que se estabeleceu no país após a proclamação de sua independência comprometeu toda sua infraestrutura, promoveu o deslocamento em massa de boa parte da população e impactou significativamente nos resultados de crescimento econômico. A guerra em Angola ocasionou, juntamente com o deslocamento em massa da população, um crescimento substancial da população urbana, e a impossibilidade de manutenção dos setores administrativos do Estado por conta da evasão dos colonos para Portugal.

Angola era a colônia portuguesa com maior contingente de colonos. Pelo fato de a Metrópole não ter investido no desenvolvimento da população angolana, após a emigração da elite para Portugal, não existiam quadros técnicos preparados para o exercício da administração do Estado. O mesmo ocorreu, mas em escala menor, em Moçambique.

Segundo Hodges (2002), em 1975, cerca de 340 mil colonos portugueses viviam em Angola. Essa era a colônia que contava com uma população portuguesa superior às demais e também com maior atenção da Metrópole, comparativamente aos outros territórios ultramarinos. Embora, jamais tenha recebido a infraestrutura requerida para garantir o seu desenvolvimento de forma autônoma, Angola sempre foi “a menina dos olhos” de Portugal.

Conforme apresenta Menezes (2000, p. 98-99),

Do ponto de vista da composição racial, os dados oficiais indicam uma redução quase absoluta do número de brancos em Angola, após a independência. Estima-se que em 1980, os brancos não passavam de 0,8% da população (60 000 habitantes), enquanto no auge do colonialismo, em 1970, chegavam a 5% (280 000 habitantes), assim permanecendo até as vésperas da independência (quando atingiram 340 000 numa população de cerca de 7 000 000 de habitantes).

Com a eclosão da guerra em 1975, aproximadamente 95% dos colonos retiraram-se do país, percentual que equivalia a 5% da população de Angola. Importa ressaltar que o maior fluxo de colonos nos territórios ultramarinos ocorreu entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a década de 1970, período em que vigorava a Revolução dos Cravos. Carolina Peixoto (2010) observa que o modelo de colonialismo implementado nos dois territórios ultramarinos baseava-se em uma política de intensa penetração europeia e constituição de sociedades multirraciais. Segundo Peixoto (2010), com intenso financiamento do Estado, advogou-se o povoamento em larga escala, ao qual havia programas de colonização dirigida e apoio à colonização livre.

Em linhas gerais, por conta das possibilidades de desenvolvimento, tanto Angola como Moçambique caracterizavam-se como atores importantes em Portugal. Os dois territórios ultramarinos contribuíam para a constituição de uma imagem positiva acerca da África, permitindo assim, uma penetração maior da população europeia em ambas as regiões. No entanto, tal incentivo tinha como pano de fundo a rigorosa administração e controle das colônias (controle da terra e das populações angolanas e moçambicanas em termos de trabalho).

As causas do conflito que atingiu Angola por quatro décadas foram, principalmente, o colonialismo português, o nacionalismo, o processo de descolonização e a reivindicação do poder por parte de grupos políticos de origens étnico-raciais distintas.

Diferentemente dos demais Estados que possuíam colônias, como, por exemplo, a Grã-Bretanha e a França, Portugal não tinha interesse em conceder a independência aos seus territórios ultramarinos. Ao contrário, a política salazarista impunha sua lógica imperial a todos os territórios que administrava. Nas palavras de Hodge (2002, p.24), o Salazarismo era um regime político autoritário na Metrópole como em África, pelo que não houve tradição democrática nas colônias africanas antes da súbita desagregação do império em 1974-1975.

Não só na África, mas no também Sudeste asiático, instauraram-se conflitos no período pré e pós-independência. No período pré-independência, a disputa interna era pelo controle do poder que se seguiria após a concessão da autonomia. Na fase pós-independência, as disputas continuaram. O que distingue o caso africano do caso do sudeste asiático é fato de que no primeiro os protagonistas dos conflitos foram atores domésticos,

enquanto em Timor Leste, no sudeste asiático, o não reconhecimento de sua independência pelo sistema internacional possibilitou que a Indonésia, país vizinho, anexasse-o e gerasse uma guerra que durou por mais de duas décadas – com a conivência do sistema internacional.

Após a Revolução dos Cravos, como mencionado, Portugal deu início ao processo de transição política para a concessão da independência aos seus territórios ultramarinos. Em Angola, foram constituídos grupos políticos, ainda na década de 1960, durante o ápice do nacionalismo no país. Três grupos formariam a configuração de forças políticas que empreenderiam o processo de descolonização.

Os grupos reconhecidos por Portugal para promover o processo de independência em Angola eram: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Libertação Total de Angola (UNITA), e participariam do Colégio Presidencial, responsável pelo processo de transição.

O Acordo de Alvor previa também que cada um dos três partidos formados contaria com um contingente de oito mil soldados portugueses. Esses vinte e quatro mil soldados divididos entre MPLA, FNLA e UNITA, possibilitariam tanto o equilíbrio quantitativo através de uma força militar mista composta pela população local e por portugueses disponibilizados por Portugal, quanto daria os devidos subsídios ao General Silva Cardoso para impor a ordem, se necessário, até a data da independência do país.

Na transição para a independência de Angola, os três grupos políticos tinham como incumbência zelar pela condução do processo de descolonização a fim de se chegar à independência total do país, assegurar o funcionamento da administração pública, preparar e assegurar a realização de novas eleições gerais, exercer a função legislativa, promover a segurança dos cidadãos, reorganizar a estrutura jurídica do Estado, definir a política econômica, financeira e monetária e salvaguardar os direitos e liberdades individuais ou coletivas. Ou seja, o acordo Alvor traçava as diretrizes do processo de transição que culminaria na independência total do país, considerando a reorganização das estruturas políticas e administrativas do Estado envolvendo os três grupos políticos antagônicos.

Segundo Hodges (2002), mesmo após os Acordos de Alvor, os grupos políticos se mostraram incapazes de atuar em conjunto. A descolonização em Angola dependia do

processo de conciliação entre os grupos que se formaram, e o enfrentamento entre esses grupos sobrepunha-se, muitas vezes, aquele com as tropas portuguesas em Angola.

Embora lutassem em prol da independência de Angola, os três principais grupos políticos – MPLA, FNLA e UNITA – foram incapazes de se unificar e atuar conjuntamente para viabilizar a emancipação do país. Na década de 1970, os movimentos anticoloniais que se formaram enfraqueceram, e neste mesmo período houve a queda do regime salazarista. Em termos de movimentos pró-libertação, foram as atuações do movimento de Libertação de Moçambique e de Guiné Bissau que contribuíram para a independência das demais colônias.

Cada um dos partidos políticos formados em Angola contou com o apoio dos Estados Unidos e da União Soviética e também de países africanos, tais como: África do Sul, República Democrática do Congo e Zâmbia. Importa ressaltar que ainda durante o governo de Marcelo Caetano, mais especificamente em 14 de outubro de 1970, a África do Sul havia firmado um acordo juntamente com Portugal para frear a instabilidade política em Angola.

Enquanto a África do Sul objetivava expandir seu controle na África Austral, Portugal tinha como interesse angariar apoio econômico para sua atuação militar na Guerra Colonial. De acordo com Afonso (2009), o acordo tripartite entre Portugal, África do Sul e Rodésia visava investigar processos e criar estratégias para fazer frente à ameaça mútua contra seus respectivos territórios, que se tratava, pois, do Exercício Alcora.

Em 1965, Portugal concedeu seu apoio à independência da Rodésia visando evitar a emergência de um governo nacionalista e negro que pudesse influenciar suas colônias Angola e Moçambique. Conforme Barroso (2010, p. 111) o envolvimento de Portugal na crise rodesiana deve ser enquadrado no esforço do governo português em ancorar-se na África, numa clara atitude de resistência à descolonização.

O interesse de atores externos no conflito angolano era motivado por dois fatores: abundância de recursos minerais e petróleo no país e o objetivo das potências mundiais e regionais de exercer influência na África Austral (MACEDO, 2015). Nos anos 1980, a UNITA realizou as guerras de guerrilha, pois, o apoio financeiro e logístico recebido dos países vizinhos contribuiu para que o partido se inserisse nas zonas rurais do centro e do sudeste de Angola.

Em 1985, com a revogação da Emenda Clarck, os Estados Unidos voltaram a apoiar a UNITA. A estratégia norte-americana visava aniquilar o bloco soviético por meio do financiamento aos grupos rebeldes contra os Estados que possuíam alinhamento preferencial com a União Soviética.

Enquanto Estados Unidos e África do Sul apoiavam a UNITA, o MPLA contava com o apoio da União Soviética e de Cuba; a primeira fornecendo armamentos e a segunda, contingente militar. Neste período, Cuba mantinha 50.000 soldados em Angola.

Os anos 1990 sinalizaram a possibilidade de paz no subcontinente sul-africano, findadas as guerras civis (com exceção de Angola). Os ainda jovens Estados passaram a vivenciar uma conjuntura cujas ameaças regionais haviam sido aparentemente superadas (DÖPCKE, 1998). A África do Sul pôs fim a sua ingerência externa por meio das participações nos conflitos existentes na região e rearticulou a sua política interna (inclusive extinguindo o *Apartheid*) e regional. Wolfgang Döpcke (1998, p. 134) aponta dois fatores que levaram à pacificação da África Austral. Em primeiro lugar “o fim da Guerra Fria e, subsequentemente, do engajamento conflituoso das duas superpotências no subcontinente africano, e o fim da política de desestabilização da África do Sul”.

O protagonismo da África do Sul na África Austral deve-se à sua supremacia econômica alcançada a partir do século XIX, fruto da “revolução mineral”, quando deslocou seu caráter agroexportador e passou a privilegiar a indústria de minério. Com isso, o país passou a ser o principal produtor de ouro no mundo. Esse cenário atraiu tanto investimentos externos quanto imigração europeia e, a partir deste cenário, houve a redefinição de sua inserção regional. Comparativamente aos demais países da África subsaariana, esse de protagonismo sul-africano configurou-se como o mais dinâmico pelo período de quarenta anos, mais especificamente entre 1910 e 1950.

Foi a partir da Segunda Guerra mundial que emergiu o caráter hostil, interna e externamente. Internamente, em 1948, foi implementado o regime de *apartheid*. Até a década de 1960, tal regime se tornou o objetivo de uma política, juntamente com a oposição ao comunismo, inclusive se aproximando dos países que se tornaram independentes na década de 1970, advogando o anticomunismo. Daí a participação da África do Sul no conflito Moçambicano e Angolano (Döpcke, 1998).

A efervescência do nacionalismo, e posteriormente a gestão de governos considerados comunistas, bem como suas ideologias *anti-apartheid*, foram os principais fatores que mobilizaram a África do Sul para impedir o transbordamento de tais ideologias. A partir deste cenário, a África do Sul passou a intervir de forma aberta nos conflitos internos dos países vizinhos. À época da Guerra Colonial no continente africano, a África do Sul apoiou Portugal de forma velada, além de apoiar o regime de Ian Smith (afeito a política do *Apartheid*) na Rodésia. Esse apoio consistia essencialmente no envio de contingente militar. A contribuição sul-africana à UNITA e ao FNLA ocorreu por meio do financiamento da guerra civil. Döpcke (1998) considera que a participação da África do Sul no conflito angolano não era norteada por um planejamento político-estratégico, mas sim motivada pelo temor de ameaça aos seus interesses na Namíbia.

Com a atuação de diversos atores externos no cenário belicoso de Angola, somente após a mudança na configuração política do sistema internacional é que o conflito angolano foi alterado. No final dos anos 1980, A União Soviética deixou de se voltar para as questões dos países que antes apoiava, e a África do Sul direcionou seus esforços para a questão com a Namíbia.

O efetivo desengajamento na questão angolana por parte de Cuba e da África do Sul ocorreu com a assinatura dos Acordos de Nova York, assinados em 1988. Neste acordo, Cuba se comprometia retirar seu contingente militar de Angola e a África do Sul também se comprometia a se retirar da região. Um terceiro elemento previsto nos Acordos de Nova York versava sobre a realização de eleições na Namíbia supervisionadas pela ONU.

A implementação das cláusulas do acordo de Nova York foi monitorada pela ONU através da UNAVEM. Cuba retirou seu contingente militar entre 1989 e 1991. Na Namíbia as eleições culminaram na independência e, com o desmantelamento do bloco soviético, o MPLA-PT reviu seus direcionamentos ideológicos. Como resultado do novo direcionamento político do MPLA-PT, abandonou-se a economia de planejamento centralizado em detrimento de uma lógica baseada no mercado. Para viabilizar o processo de reconciliação com a UNITA, ainda em 1987, o governo implementou um novo programa econômico, pois diante do novo contexto, não era possível uma vitória militar sobre a UNITA.

O primeiro movimento em direção às negociações de paz entre o governo e a UNITA ocorreu em 1991. A nova conjuntura do sistema internacional inverteu as prioridades dos atores que antes apoiavam uma das duas partes conflitantes, e foi assinado, ainda em 1991, os Acordos de Bicesse. O novo acordo previa o cessar-fogo, o aquartelamento das forças da UNITA, a criação de novas Forças Armadas unificadas, a desmobilização de soldados excedentes, a extensão da administração do Estado às áreas que antes encontravam-se sob controle da UNITA e eleições parlamentares e presidenciais em uma base multipartidária (HODGE, 2002).

Através da UNAVEM II⁵, seria implementado junto às partes beligerantes um processo de paz fiscalizado por ela, por meio de uma comissão conjunta político-militar. A ideia consistia no esforço tripartite envolvendo o Governo, a UNITA e a ONU. Portugal, Estados Unidos e União Soviética cumpririam o papel de observadores pós-acordo. Mesmos diante dos esforços, o período de paz possibilitado pelo Acordo de Bicesse foi curto, por conta de implicações referentes aos aspectos militares. As novas Forças Armadas, por exemplo, foram constituídas dias antes das eleições e com baixo grau de confiabilidade entre as partes, tanto o governo como a UNITA mantinham exércitos próprios. Caso uma das partes não aceitasse o resultado, o contingente militar poderia ser acionado. A ONU declarou que as eleições haviam sido livres e justas. No entanto, a UNITA não aceitou o resultado, alegando que o governo havia manipulado o pleito.

⁵A UNAVEM I United Nations Angola Verification Mission foi a Primeira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola foi estabelecida em 20 de dezembro de 1988 através da resolução 626 (1988). A Missão objetivava verificar a retirada das tropas cubanas do território de Angola.

UNAVEM II United Nations Angola Verification Mission II foi a Segunda Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, estabelecida em 30 maio de 1991, por meio da Resolução 696 (1991) visando verificar as disposições acordadas pelo governo de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) no que se refere ao monitoramento do cessar-fogo e da Polícia Angolana. O mandato da UNAVEM II foi ampliado em 24 de março de 1992, por meio da resolução 747(1992) deveria observar as eleições presidenciais e legislativas no país.

A UNAVEM III United Nations Angola Verification Mission III foi a Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola e foi estabelecida com o objetivo de auxiliar o governo de Angola e a UNITA a restabelecer a paz e promover a reconciliação nacional. A Missão fundamentou-se nos Acordos de Paz para Angola, firmados em 31 de maio de 1991, o Protocolo de Lusaka de 20 de novembro de 1994, bem como nas resoluções do Conselho de Segurança.

Os resultados na Assembleia Nacional garantiram ao MPLA 54% dos votos e à UNITA 34% dos votos. Os demais partidos somaram 12% dos votos. Relativamente às eleições presidenciais, a diferença entre MPLA e UNITA foi de 9,5% fazendo com que José Eduardo Santos obtivesse 49,6% dos votos válidos e Jonas Savimbi 40,1%. Pela falta de maioria absoluta nos votos, uma nova eleição seria realizada. No entanto, por conta da retomada dos conflitos, essa eleição nunca chegou a acontecer e, em 1992, após reorganizar seu contingente militar, a UNITA invadiu diversas regiões do país.

Na visão de Tony Hodges, os Acordos de Bicesse possuíam diversas lacunas, que inviabilizaram sua concretização. Entre as brechas apontadas por Hodges, pode-se citar o fato de que o mandato da UNAVEM II não dispunha dos recursos necessários para lidar com a magnitude do conflito; o prazo para a concretização dos acordos (dezesesseis meses) era curto, e as eleições foram realizadas em um contexto conturbado, desfavorável. Nesta conjuntura, os acordos de Bicesse implicaram no resultado do tipo “o vencedor fica com tudo”, o que fez subir as apostas para as duas partes (HODGES, 2002, p.32).

Entre 1992 e 1994, a UNITA maximizou o seu poder bélico comparativamente ao governo. A UNITA financiava a sua atuação através da venda clandestina de diamantes. 27% das províncias do país foram ocupadas pela UNITA e os bombardeios, a implantação de minas e a escassez de alimentos fizeram com que aproximadamente 300 mil pessoas morressem direta ou indiretamente nessa fase do conflito. Mobuto Sese voltou a apoiar a UNITA logisticamente, e a venda de diamantes gerava receita para a compra de armamentos no mercado internacional. As sanções referentes à proibição de combustível e armas impostas pela ONU não foram capazes de frear a atuação armada da UNITA no território.

Em meados de 1994, o governo conseguiu expulsar a UNITA de parte das regiões que havia dominado e, por conta das pressões sofridas, a UNITA ratificou o Protocolo de Lusaca, que, em linhas gerais, consistia no prolongamento dos Acordos Bicesse. Os adendos contidos no Protocolo Lusaca eram: disposição para a partilha do poder, adiantamento das eleições, responsabilidade da ONU pela aplicação e fiscalização do processo de paz e, envio de uma força de manutenção de paz da ONU.

Mesmo ratificando o Protocolo Lusaca, a UNITA se valeu de diversas estratégias para inviabilizar o seu cumprimento. Em 1997, o contingente da ONU foi retirado do

território e uma missão residual foi implementada, a Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA).

Com a morte de Jonas Savimbi, a luta armada chegou ao fim e em 4 de abril de 2002, quando foi assinado o acordo responsável por cessar as hostilidades e a resolução de questões pendentes do protocolo Lusaka. Em síntese, a UNITA colapsou por conta da derrocada de sua moral e da derrota concreta de suas Forças Armadas e, em 2002, a paz positiva passou a fazer parte da realidade de Angola, que a partir de então teve que empreender esforços para a reconstrução do Estado.

3 O ERÓ DE MABOQUE⁶: A GRANDE IMPRENSA E SUAS REPRESENTAÇÕES

3.1 O surgimento da Grande Imprensa no Brasil

A história do desenvolvimento da civilização é também a história dos meios de comunicação, que se caracteriza como um dos principais pilares dos processos de evolução. Juntamente com a linguagem, a cultura e tecnologia exerceram e sempre vão exercer um papel fundamental no processo de comunicação. Sendo o instrumento fundamental da comunicação, a linguagem desenvolveu-se por conta dos sistemas comunicacionais rudimentares que passaram a ser revistos a fim de permitir a compreensão entre os diversos grupos socialmente organizados.

Por ser o mais importante elemento do processo de comunicação, a linguagem possibilitou o desenvolvimento das relações sociais, políticas, culturais. A ideia de processo, neste sentido, é de suma importância, pois, revela a contínua movimentação em direção aos mais diversos objetivos, neste caso, desenvolvimento das relações sociais.

Em termos culturais, a linguagem demarca, diferencia e liga os atores através do reconhecimento do código cultural. Tecnicamente, os elementos que possuem notoriedade são aqueles que permitem o dinamismo da comunicação entre o *emissor* e o *receptor* existindo o *meio de ligação* que permite a comunicação. Este meio também se encontra em constante evolução e pode ser expresso como tecnologia de comunicação, esta última, condição *sine qua non* para a sociabilidade.

Se através da comunicação, a linguagem tem o papel de codificar as informações, e a cultura tem o papel de promover a sociabilidade, a tecnologia é a ferramenta em constante evolução que viabiliza o processo de comunicação. Na seara da comunicação, os instrumentos (tecnologia) foram construídos com a finalidade de garantir a sobrevivência dos indivíduos e a perenidade das instituições social e politicamente organizadas.

⁶ O termo *Ero* significa segredo na língua yoruba, falada em diversos países africanos. *Maboque*, por sua vez, refere-se à uma fruta encontrada em alguns países africanos, tais como Moçambique, Cabo Oriental e Angola. Sua árvore desenvolve-se em solo seco. *Ero de Maboque*, portanto, faz referência aos aspectos não revelados acerca dos países africanos, mesmo quando esses aspectos são apresentados por grandes veículos de comunicação, como, por exemplo, a mídia impressa.

Entre o emissor e o receptor existe o meio, e o meio é a mensagem. Herbert Marshall McLuhan traz à tona a ideia de que o meio é uma extensão de nós mesmos e, também, que o meio é a mensagem. Em linhas gerais, as consequências sociais e pessoais de qualquer uma das extensões de nós mesmos, ou seja, o meio, mostra-se como resultado do novo padrão introduzido em nossas vidas por meio de uma tecnologia (MCLUHAN, 1964).

O meio, o veículo, possui conteúdo, e este conteúdo sempre traz consigo um outro meio ou veículo. O conteúdo da escrita é a fala, assim como a palavra escrita é conteúdo da imprensa e a palavra impressa é conteúdo do telégrafo. O cerne da questão é que os “conteúdos” são capazes de acelerar processos já existentes. A mensagem de qualquer meio é capaz de produzir a mudança no padrão deste meio (MCLUHAN, 1964).

No início e no decorrer do processo de desenvolvimento do capitalismo, a imprensa aparecerá como instrumento de suma relevância para atender aos interesses de reforma política e religiosa na Europa. No limiar do século XIX, já consolidada na Europa, permitirá a ampliação da produção e circulação dos jornais.

Registrar, comentar e participar da história, é atributo da imprensa (CAPELATO, 1988). Mesmo sendo instrumento das elites, a imprensa, na contemporaneidade expõe os anseios da classe não dominante e das minorias, nesse sentido, ganham *status* de ferramenta de pressão de luta e de reivindicações.

Ademais, a mídia impressa, nomeadamente os jornais, configura-se como importante fonte de pesquisa, por permitir a proximidade com os fatos históricos e, dessa forma, transcender o seu papel de veículo meramente informativo, podendo contribuir com a sistematização das informações que levam ao conhecimento. Neste sentido, é possível o contato tanto com o fato como com a sua narrativa. Em outras palavras, a notícia e a análise da notícia. Ambas as situações permitem o envolvimento profundo e a compreensão de uma dada realidade. Os fatos e sua narrativa possibilitam o resgate da história, além de contribuir para a compreensão relativa às motivações e interesses envolvidos na construção de uma dada realidade.

A imprensa só apareceu no Brasil a partir de 1808, quando foi criada a Imprensa Nacional, na época, Imprensa Régia. O desenvolvimento da imprensa no Brasil está diretamente ligado à evolução tecnológica, à expansão do capitalismo e ao fortalecimento e

complexificação do Estado como poder central (CHRISTOFOLETTI, 2010, p. 18). Ainda em 1808, imprimiu-se a *Gazeta do Rio de Janeiro*, mais de trezentos e vinte e anos após a publicação do primeiro livro religioso em Portugal.

Os meios de comunicação no Brasil passariam a se desenvolver efetivamente a partir dos anos 1930, liderados pelo rádio e seguidos de uma imprensa que se consolidava apesar do controle do Estado Novo e que, ironicamente, promoveu a regulamentação da profissão de jornalista através do Decreto-Lei nº 910 (ADGHIRNI, 2005, p. 50).

Após o seu desenvolvimento na imprensa brasileira, dois campos vão se confundir: jornalismo e comunicação. Nas palavras de Zélia Leal Adghirni (2005, p. 52), jornalismo e comunicação funcionam quase como sinônimos e os protagonistas destes cenários atuam ora em um campo, ora em outro.

Duas peculiaridades norteiam a realidade da história da imprensa brasileira. A primeira refere-se a sua construção tardia, e a segunda diz respeito à limitação imposta na condução e articulação da informação, ou seja, a censura. A primeira censura com a qual a imprensa se deparou deu-se antes mesmo de existir um veículo de informação no país, em 1746. Antônio Isidoro da Fonseca foi o primeiro a imprimir textos com autorização formal do governador e do capitão-general do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, mas as páginas editadas foram confiscadas pela Ordem Régia, e, anos depois, ao tentar instalar no Rio de Janeiro uma oficina para confecção de textos, Antonio Isidoro da Fonseca teve a solicitação negada.

De acordo com Motta (2013, p.65), a imprensa também sofre a influência do público, da sua clientela; por isso, estratégias de mercado, em certas situações, marcam as escolhas políticas dos editores. De acordo com Capelato (1988, p. 15), todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos.

Os *stakeholders*, as partes interessadas, estabelecem relação direta com o Estado e com as empresas de comunicação impressa, uma vez que são capazes de garantir ou não o apoio do governo e manter a sobrevivência da empresa. Essa relação de *stakeholders*, Estado e mídia impressa nos conduz a um debate ainda mais profundo, a responsabilidade social da imprensa relativamente aos temas domésticos e internacionais, pois o

posicionamento da imprensa, o modo como são difundidas as informações, implica diretamente na forma como determinadas temáticas são incorporadas no seio da sociedade.

3.2 Mídia impressa e relações de poder

Segundo Margarethe Born Steinberger-Elias (1998), a concepção da atividade jornalística tal como a conhecemos hoje está intrinsecamente atrelada a um modo capitalista de produção da notícia.

Com as modificações da década de 1930 e o desenvolvimento da industrialização, floresceram as empresas jornalísticas, que passaram a lucrar mais comercializando seus produtos típicos – o espaço publicitário e os exemplares avulsos. À época do jornalismo político-partidário, sobrepõe-se o jornalismo informativo moderno. Os fatos são expostos no jornal de uma forma mais distante das paixões políticas. As modernizações no parque gráfico e no próprio conceito de jornalismo impuseram isso (SOSA, 2006, p. 115).

Por colher, filtrar e determinar o grau de noticiabilidade⁷ dos fatos, a imprensa opta por lançar, ou não, luz sobre determinadas realidades. A ideia de potência significa *capacidade para*. Dessa forma, esse segmento de atuação na sociedade, ou seja, a mídia impressa possui e, muitas vezes, constitui-se como instrumento requerido para a construção da realidade, determinando o que é relevante ou não.

As notícias difundidas não são os fatos em si, as notícias são narrativas sobre os fatos, portanto, a atuação da imprensa é de suma relevância em uma sociedade, e a torna um potente ator. A grande mídia, visando à manutenção de seu poder de influência, vale-se das mais diversas estratégias para atingir o objetivo do lucro e trazer para si o maior número de “*corações e mentes*”. Essa realidade permite a distinção entre dois tipos de imprensa: a imprensa sóbria e a imprensa apelativa, com ares de sensacionalismo.

A imprensa sóbria é caracterizada como aquela voltada à elite, diferindo-se das demais que utilizam ferramentas explícitas para angariar uma faixa específica de público, a

⁷ “A noticiabilidade é constituída pelo complexo de requisitos que se exigem para os eventos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas para adquirir a existência pública de notícia.” (SOSA, 2006, p.195).

faixa popular do mercado (CAPELATO, 1988). Neste contexto, o elemento espetacular é preponderante e isso é perceptível nas ilustrações, nos títulos e nas temáticas colocadas em evidência. A imprensa com característica espetacular tem como aspecto notório a veiculação de temas de maior interesse das classes populares, e não apresenta uma sofisticação intelectual que permita maior debate e reflexão. Esse tipo de imprensa é chamada também de *imprensa marrom*.

Pode-se considerar que a grande imprensa enquadra-se num cenário “de hipercompetição, fruto de movimentos estratégicos globais, nesse sentido, as empresas procuram obter vantagens instantâneas” (WOOD JR, 1998). Assim como as demais organizações que objetivam maximizar o seu lucro, a grande imprensa utiliza artifícios que as tornam mais competitivas. O fator diferenciador é, neste caso, o produto com o qual se trabalha, ou seja, a informação. O produto das organizações jornalísticas torna tal segmento de mercado muito peculiar, pois esse produto é político. Há, conforme Capelato (1988), a união do público com o privado, onde o elemento público diz respeito ao aspecto político, e o elemento privado se refere ao aspecto empresarial.

A imprensa espetacular, que faz uso do sensacionalismo, dando larga cobertura a crimes, fatos escabrosos e anomalias sociais, dirige-se às camadas populares para obter seus fartos lucros (CAPELATO, 1988, p. 15), criando nichos de mercado em um ambiente hipercompetitivo, desenhando e manipulando as necessidades do próprio consumidor – o jornal, pois, constrói seu próprio leitor (D’AVENI, 1994 *apud* WOOD JR, 1998, p.75).

Neste frenesi pela ampliação dos lucros, todos os recursos são válidos para enfrentar a concorrência. Segundo Capelato (1988), notícias, opiniões e atrativos variados para atender todos os gostos são utilizados, ao mesmo tempo em que se exerce o papel de intermediação entre o cidadão e o governo. Neste sentido a *vox domini* sobrepõe a *vox populi*.

De acordo com Moreira (2014), o jornalismo como atividade subordinada às forças dominantes no cenário político passa ao empreendimento de caráter empresarial. Três fatores contribuíram para a emergência da atividade jornalística voltada ao lucro: acessibilidade monetária, linguagem simples, exploração dos interesses do cidadão médio, ou seja, temas populares.

Em meados do século XIX, os jornais norte-americanos se sofisticaram e passaram a exercer influência sobre os jornais de todo o mundo. A imprensa norte-americana contava com um cenário propício para o desenvolvimento do jornalismo oficioso, pois existiam instituições consolidadas, um cenário econômico favorável e a liberdade de expressão como fator primordial à realização do exercício do jornalismo.

No século XX, o jornalismo brasileiro se deparou com a emergência de um novo tipo notícia mais acessível ao cidadão comum e que tinha como pano de fundo a urbanização, o crescimento populacional da cidade, sendo textos redigidos de forma mais simples. As notícias abordadas e uma nova forma de apresentação das notícias permitiram que os jornais se tornassem mais atraentes (MOREIRA, 2014).

A maturação do aspecto comercial no jornalismo requer tecnologia para garantir maior produção, concepção de lucro e competitividade relativamente aos concorrentes do mercado. O atraso da sofisticação do jornalismo no Brasil ocorreu por conta de fatores econômicos, sociais e institucionais. Segundo Moreira (2014), comparativamente às experiências norte-americana e britânica, foi necessário mais meio século para que o jornal brasileiro se fixasse como atividade econômica.

O inglês Alfred Harmsworth, o Lord Northcliffe, foi precursor do modelo de negócios no jornalismo. Tanto em termos técnicos, como em termos específicos do segmento jornalístico, Lord Northcliffe inovou ao incorporar os objetivos de iluminar, esclarecer e simplificar. Os três elementos defendidos por Lord Northcliffe formaram a tríade responsável pela ampliação do consumo do produto que se propôs popularizar – o jornal.

O jornal idealizado por Lord Northcliffe, o *Daily Mail* iniciou suas atividades com uma tiragem de trezentos e noventa mil exemplares; logo depois, em 1886 ultrapassava a marca de um milhão de exemplares, fruto da concepção inovadora de difundir a notícia e torná-la mais acessível e rentável. Essa nova abordagem ficou conhecida como “jornalismo novo” (THOMPSON, 2006).

A importância de Lord Northcliffe se deve também ao seu protagonismo político. O *Daily Mail* influenciou a política britânica expressando seu apoio ao recrutamento e modernização do Exército e da Marinha. Concomitantemente com a influência exercida pelos jornais de Lord Northcliffe, emergiram o jornalismo político e a consciência de que a

publicidade se colocava como elemento importante para o cenário político. Jornalismo e política passaram a caminhar juntos.

Assim como os britânicos, os franceses também sofreram a influência norte-americana no jornalismo. Em 1833, foi fundado em Paris o *The Morning News*, em estilo americano. Buscava oferecer aos leitores um modelo distinto de jornalismo. Nesta época havia na França o embate entre intelectuais e jornalistas no mundo das letras e, ao ser lançada a nova proposta de jornalismo, o escritor francês Emile Zola condenou a exaltação dos espíritos que seria responsável pelo excesso de notícias (ADGHIRNI, 2005).

Nas palavras de Lee Thompson (2006), muito se debate sobre a influência dos jornais sobre o público, mas se faz necessário dar a devida notoriedade à influência que os jornais exercem sobre os partidos políticos e seus líderes. Muitas vezes, a imprensa acaba sendo monopolizada por representantes políticos.

Um exemplo desse processo de construir a notícia e, ao mesmo tempo, influenciar politicamente, erige-se o que foi chamado de Coronelismo Eletrônico, que representa o apoio recíproco entre políticos e jornalistas/jornais. Santos (2006) define o coronelismo eletrônico como:

Sistema organizacional da recente estrutura brasileira de comunicação, baseado no compromisso recíproco entre poder nacional e poder local configurando uma complexa rede de influências entre o poder político e o poder privado dos chefes locais, proprietários dos meios de comunicação (SANTOS, 2006, p. 8).

A respeito das alterações na imprensa, Nelson Werneck Sodré chama atenção para o fato de que:

serão introduzidas lentamente, mas acentuam-se sempre: a tendência ao declínio do folhetim, substituído pelo colunismo e, pouco a pouco, pela reportagem; a tendência para a entrevista, substituindo o simples artigo político; a tendência para o predomínio da doutrinação; o aparecimento de temas antes tratados como secundários, avultando agora, e ocupando espaço cada vez maior, os policiais com destaque, mas também os esportivos, e até os mundanos (SODRÉ, 1999, p. 296).

Nas palavras de Zélia Leal Adghirni (2001), ao final dos anos 1980, os professores da Universidade de Navarra foram chamados para prestar consultoria a alguns dos principais jornais do país. Essa consultoria rendeu uma nova concepção ao jornalismo

brasileiro, pois foi introduzida a noção de jornal como "usina de formação", os "informadutos". Esses "informadutos" seriam canais de informação capazes de irrigar o tecido social, assim como os gasodutos e oleodutos abastecem as cidades de energia. Tudo isso se referia ao processo no qual as empresas passaram a adotar a expressão "turbinas de informação" para significar a produção do jornalismo como mercadoria de fábrica.

O panorama do desenvolvimento do jornalismo brasileiro é, portanto, paradoxal. De um lado, figurava o contexto social e econômico que não se alinhava à comercialização do produto *jornal* (até o final da década de 1980, quando esse cenário se alterou) pelo fato de boa parte da população ser analfabeta e os centros urbanos serem incipientes no processo de desenvolvimento. Por outro lado, a concepção do jornalismo como segmento profissional evoluiu tanto quanto a sua tecnologia.

Evolução e tecnologia caminharam juntas para o constante aperfeiçoamento dos meios de comunicação, sejam via mídia impressa, rádio, televisão e mais recentemente a internet. Vicente e Santos (2016, p. 75) consideram a notícia como um dispositivo carregado de signos, que passa a exercer a função de estabelecer diálogos entre diferentes culturas e nações.

No que se refere à mídia brasileira de forma mais ampla, se faz necessário mencionar o protagonismo exercido por Francisco de Assis Chateaubriand e Bandeira de Melo e Roberto Pisani Marinho. Conforme uma análise:

Muito embora possamos identificar nos veículos criados por nossos personagens as mesmas condições limitadoras características da produção jornalística da época em que se estabeleceram, há algo que os diferencia daqueles que investiam na imprensa apenas como elemento de apoio aos seus projetos políticos e comerciais: ambos sabiam que a maneira mais eficiente de usar seus veículos jornalísticos era lançando mão dos recursos que o próprio jornalismo passara a oferecer, graças às mudanças na maneira de produzir e divulgar as notícias, abrindo espaço para a informação, numa linguagem mais acessível e com o uso de novos recursos gráficos (MOREIRA, 2014, p. 7-8).

Retomando a questão do jornal, surge uma indagação: se a grande imprensa atua como organização empresarial, essas organizações são isentas de credibilidade? O jornal é uma fonte de informação, uma ferramenta histórica, um documento de grande valia para a compreensão da realidade. O jornal como fonte de pesquisa possibilita a compreensão

dinâmica da história, os múltiplos atores de um determinado evento; e não somente o evento, mas quem dele fez parte. Pode-se considerar que nem fonte suspeita, nem expoente supremo da verdade, os jornais exercem a atividade informar por meio de narrativas. Para Capelato (1988), nem a imparcialidade e nem a neutralidade, mas a manipulação de interesses e intervenção na vida social é que predominam na atividade jornalística. A imprensa, da qual faz parte o jornalismo impresso deve ser entendida:

não como um nível isolado da realidade social na qual se insere, mas que ela representa, fundamentalmente, um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, pensando ainda, como indicou Gramsci, que, muitas vezes as funções desempenhadas por um jornal, atuando como uma força dirigente ou orientadora, pode se equiparar, ou mesmo ultrapassar as funções desempenhadas pelos partidos políticos (CAPELATO, 1981, p. 118 apud SOSA, 2006, p. 109).

Nesta pesquisa, mesmo considerando que “o interesse é, portanto, posto radicalmente antes do conhecimento, fazendo com que seja subordinado como um simples instrumento” (FOUCAULT, 1997, p. 15), tomamos o jornal como agente dinâmico da história. Daí a sua capacidade de captar as ideias e atores que compõe e compuseram uma determinada realidade. Assim, por meio da análise dos editoriais, é possível, por exemplo, compreender como uma determinada realidade foi retrata e também verificar os impactos desse posicionamento. Por isso, tomando o devido cuidado para não confundir a notícia com o fato, o jornal pode ser uma fonte legítima de pesquisa.

Na grande imprensa, as manchetes chamam atenção, captam e mobilizam os leitores; as notícias narram os eventos; o editorial, contudo, traz à baila o posicionamento daquele veículo de informação, que não é imparcial, possui interesses e, muitas vezes, está mais voltado à *vox domini*. Em outras palavras, o editorial tem o poder de atuar *sobre* as classes dominantes e em prol das mesmas: *sobre* as classes dominantes no sentido de alcance, dado o perfil dos leitores; *em prol* das classes dominantes quando os interesses da elite se coadunam aos interesses do jornal.

A definição estreita de notícia é difícil, no entanto, é possível mencionar quais são os seus atributos. Dessa forma, a notícia é aquilo que é coletivo, inédito, averiguado, que possui veracidade, atual e figura no campo de interesse do leitor.

As ideias de *veracidade*, assim como a ideia de *massivo*, são tão ambíguas quanto a ideia de notícia. A primeira, referente ao conteúdo, e a segunda, à divulgação, devem ser analisadas com cautela, tanto quanto a própria ideia de notícia. A *veracidade* pode ser refutada, e o elemento *massivo* pode ser contestado no que se refere às particularidades de acesso e alfabetização da sociedade. A notícia, assim sendo, é um acontecimento narrado, sua veracidade pode ser dúbia e sua amplitude relativa à divulgação questionada, uma vez que somente uma parcela da população pode ter acesso.

Por meio da narrativa jornalística, historiadores e cientistas sociais discorrem sobre a realidade. A narrativa jornalística alcançou lugar de destaque e de reconhecimento porque a partir dela compreende-se a sociedade através das regularidades produzidas pelos jornalistas (BERGER, 2015). Considerando o aspecto cultural e mais especificamente o fato de que a realidade é socialmente construída, é possível compreender os estereótipos edificadas pelas as narrativas jornalísticas e pela difusão das notícias. As atribuições de qualidades negativas ou as abordagens estigmatizadas acerca de grupos sociais específicos são bastante comuns no cenário midiático, e tal fato abarca também o cotidiano de atores estatais específicos

Na década de 1970, a utilização dos jornais como fonte de pesquisa ainda era bastante limitado no Brasil. A dualidade existente entre a *suspeita* e a *veridicidade* relegou o uso dos periódicos como fonte de pesquisa a um patamar secundário. Os jornais, todavia, configuram-se como documentos históricos e, portanto, apresentam-se como elemento fundamental ao aprofundamento da compreensão das mais variadas temáticas. Por essa razão, constituem-se aqui como objeto de pesquisa.

O uso do periódico combinado à análise dos contextos históricos possibilita que sejam trazidos à luz elementos subjetivos que contribuem para o aprofundamento e análise crítica dos objetos de pesquisa. Por essa razão, optou-se pelo uso de um periódico considerado de referência como fonte de pesquisa, objetivando compreender os elementos implícitos e subjetivos capazes de auxiliar no entendimento concernente à apresentação e representação no Brasil de dois países africanos.

3.3 A grande imprensa e suas representações

Determinadas notícias são divulgadas de forma intensiva e não devem ser consideradas como um elemento efêmero; ao contrário, elas são instrumento de resgate histórico, permanecendo ativas nas pautas de debate social, político e econômico.

A grande imprensa, ou seja, as grandes empresas com atuação no ramo jornalístico ocupam um lugar de destaque na hierarquia social, tanto por conta da divulgação quanto pelo fato de serem responsáveis pela construção das representações. Ainda que não crie o fato, a grande imprensa constrói a narrativas envolvidas em representações. Essas últimas formam um determinado saber.

A guerra, a fome, o terror, as disputas territoriais, as catástrofes ambientais, a busca pelo refúgio, entre outros, são elementos que sempre existiram nas relações entre os Estados. Porém, a depender do cenário onde se manifestam tais eventos e como são apresentados pela imprensa, tais eventos tornam-se invisíveis. A seletividade que permeia a atuação das coberturas jornalísticas evidencia o processo de representação no sistema internacional por meio do tratamento não equânime das questões.

Ao analisar quantitativa e qualitativamente as notícias veiculadas nos jornais sobre uma mesma temática em regiões distintas do mundo, é possível verificar como são tratados dois eventos da mesma natureza. Exemplo é dado pela cobertura jornalística de *O Estado de S. Paulo*, emprestada aos ataques perpetrados pelo Boko Haran em novembro de 2015, mas com alvos diferentes. O primeiro atingiu a França, resultando em pouco mais de 120 mortos; o segundo, a Nigéria, matando 2000 pessoas. Verificou-se o tratamento quantitativo e qualitativo distinto para os dois eventos, significativamente superior em número e importância atribuída ao primeiro que ao segundo. Assim, concorda-se com Matthew Buam (2004) quando diz que diferentes notícias em diferentes países e com teor similar geram tratamento e notoriedade distinta.

Os dois quadros abaixo expõem *notícias duras* e demonstram quantitativa e qualitativamente a distinção na forma de tratamento e repercussões. O primeiro quadro refere-se às *notícias duras*, ou seja, aquelas que se referem a questões de cunho político e militar, diferentemente das *notícias suaves* que versam sobre as demais temáticas consideradas amenas. No primeiro quadro, foram elencadas notícias a respeito dos atentados na Nigéria, enquanto no segundo, foram apresentadas *notícias duras* sobre a França. Além da desproporção quantitativa, as “palavras-bomba” (manchetes) apontam

para distintos tons das notícias, que são capazes de promover a aproximação; senso de justiça e de responsabilidade; ou repúdio e indiferença.

Evento 1

Ilustração I: Cobertura jornalística sobre ato terrorista ocorrido na Nigéria:

Data 18/11/2015 “Mulheres-bomba matam 15 na Nigéria”

Data 27/11/2015 “Atentado suicida em procissão xiita mata 21 na Nigéria”

Data 30/11/2015 “Boko Haram cresce e chance de contê-lo é agora, diz autoridade da ONU”

Data 22/12/2015 “Boko Haram fez 1 milhão de crianças deixar estudos em 2015, diz Unicef”

Data 23/12/2015 “Exército da Nigéria mata 300 integrantes de seita xiita, denuncia Human Rights Watch”

Data 28/12/2015 “Série de atentados deixa dezenas de mortos no nordeste da Nigéria”

Data 28/12/2015 “Terrorismo na Nigéria”

Data 28/12/2015 “Ataque com duas mulheres-bomba mata 30 na Nigéria”

Evento 2

Ilustração II: Cobertura jornalística sobre ato terrorista ocorrido na França:

Data 13/11/2015 Ataques em Paris deixam dezenas de mortos

Data 13/11/2015 Polícia de NY reforça segurança na cidade após ataques em Paris

Data 13/11/2015 Rússia lança comunicado de solidariedade para França após ataques em Paris

Data 14/11/2015 Estado Islâmico reivindica autoria dos ataques em Paris

Data 15/11/2015 França aumenta sinais de guerra contra Estado Islâmico após atentados

Data 15/11/2015 Premiê francês diz que 103 mortos nos ataques em Paris foram identificados

Data 15/11/2015 No Rio, brasileiros e franceses prestam homenagem às vítimas dos ataques em Paris

Data 16/11/2015 Preço do petróleo tende a cair ainda mais após ataques em Paris

Data 16/11/2015 Autoridades francesas identificam outros dois suspeitos dos ataques em Paris

Data 16/11/2015 Michigan e Alabama rejeitam receber refugiados sírios após atentados em Paris

Data 16/11/2015 Anonymous declara guerra ao EI após ataques em Paris Data 16/11/2015 Ataques em Paris são 'revés terrível' na luta contra Estado Islâmico, diz Obama

Data 17/11/2015 Charlie Hebdo divulga capa ironizando ataques em Paris

Data 17/11/2015 Eficácia dos serviços de inteligência é questionada após atentados em Paris

Data 17/11/2015 Após ataques em Paris, 31 Estados americanos rejeitam receber refugiados sírios

Data 18/11/2015 Desafio de Paris é saber quem combater

Data 19/11/2015 Mentor dos ataques em Paris morreu na operação de 4.ª feira, confirma procurador

Data 27/11/2015 França homenageia vítimas dos atentados em Paris

Data 27/11/2015 Fotojornalista relata experiência de cobrir os atentados em Paris

Data 10/12/2015 Suíça busca suspeitos de ataque em Paris e aumenta nível de alerta

Data 21/12/2015 Polícia belga prende 5 pessoas em operação ligada aos ataques terroristas em Paris

Data 29/12/2015 Bombardeio da coalizão internacional mata líder do EI ligado aos ataques em Paris

Percebe-se que as notícias veiculadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* a respeito do atentado ocorrido na França contou com um número de notícias quase três vezes superior ao acontecido na Nigéria. O atentado ocorrido na França, de acordo com as manchetes, além de ter gerado debate, promoveu a solidariedade, a mobilização e a alteração na conjuntura econômica. As manchetes referentes à Nigéria destacam a ação terrorista.

Quantitativa e qualitativamente, as diferenças podem ser consideráveis. O leitor mais atento, ou até mesmo mais consciente, irá considerar o viés da notícia, seu contexto, a fonte e terá menor probabilidade de ser persuadido; ou então promoverá a reflexão e debate sobre o tema. Contudo, mesmo com maior grau analítico, as referências midiáticas impactam nas relações sociais, econômicas e políticas.

Além do *que*, o *como* a informação é difundida é importante. Segundo Assis (2012, p. 134), o conteúdo e a forma são elementos complementares (ou ao menos deveriam se completar), em um processo que passa por constantes transformações.

As práticas e discursos de desenvolvimento arraigadas nas definições e propostas dos países desenvolvidos sem a devida consideração das especificidades e das realidades das nações em processo de desenvolvimento possuem intima relação com a questão do poder. Dessa forma, as concepções de colonialidade do poder e do saber contribuem com uma forma alternativa de compreender os processos de dominação entre os Estados. Importa ressaltar que os meios de comunicação, muitas vezes, servem de sólido abrigo para os processos de dominação.

3.4 Colonialidade do poder, colonialidade do saber e comunicação

O conhecimento científico ocidentalista minou outras formas de vida social, outras histórias e formas de produção do conhecimento, sendo necessário repensar o mundo através de discursos variados, ou, mais especificamente no caso dos países africanos, a partir de sua própria ótica. Repensar a produção do conhecimento cede espaço a um movimento contra-hegemônico, democratizando o saber. A construção do conhecimento foi ocidental e eurocêntrica. As diretrizes do saber foram dadas pela “credibilidade” dos colonizadores. Conforme aponta Boaventura de Sousa Santos (2004), as vozes do sul devem ser protagonistas da globalização contra-hegemônica.

Para Macaringue (2014), a construção e a visão homogeneizantes de base europeísta e norte-americana causaram consequências devastadoras para os africanos. O sentimento de constrangimento se impõe quando muitas vezes os indivíduos são obrigados a dizer seu país de origem e continente ao qual pertencem, como exemplifica Maringue (2014, p. 45) “*eu sou de Moçambique, de África*”. A ausência da complementação nominal (África), muitas vezes é incapaz de situar alguns interlocutores, porque se tem a ideia de que África não é um continente, é um país; que os africanos são um único povo de mesma cultura, tradições, identidade.

Mesmo no século XXI, a África ainda é vista pela ótica europeizada. Não houve uma emancipação das formas de pensar realidades distintas. O desconhecimento que se tem sobre essa região do mundo a envolve em mitos que tecem visões funestas a seu respeito, contribuindo para inviabilizar sua efetiva emancipação política, econômica e social.

Seguindo a linha da colonialidade do poder e da filosofia da libertação, Ramon Grosfoguel (2008) elenca os atributos do homem que chegou às Américas à época da colonização. Este homem era europeu, branco, heterossexual, cristão, militar, patriarcal e capitalista. Essas categorias formaram sistemas hierárquicos. Grosfoguel (2008) considera que uma estrutura de poder ampla chegou às Américas com o processo de globalização. Essa estrutura de poder é constituída por hierarquias, que, mesmo na contemporaneidade, não foram rompidas. Nas palavras do autor:

Venda de mercadorias no mercado mundial com vistas à obtenção do lucro e formas de trabalho caracterizadas pelos regimes de escravidão, trabalho assalariado e produção de mercadorias; divisão internacional do trabalho em centro e periferia; sistema inter-estatal de organizações político militares, controladas por homens europeus e institucionalizadas

em administrações coloniais; hierarquia étnico-racial responsável por privilegiar europeus em detrimento de não-europeus; hierarquia de gênero, constatada pelo privilégio de homens em detrimento de mulheres e o patriarcado europeu com relação a outros tipos de relação entre os sexos; hierarquia sexual, que privilegia heterossexuais em detrimento de homossexuais e lésbicas; hierarquia espiritual que privilegia os cristãos relativamente a outras formas de conceber e praticar a espiritualidade; hierarquia do conhecimento, epistêmica, privilegia o conhecimento ocidental; hierarquia linguística, privilegia a comunicação e a construção do conhecimento a partir de línguas europeias, menosprezando as demais línguas. (GROSFOGUEL, 2008, p.136).

Muitos são os fatores que sedimentam, por exemplo, a visão limítrofe a respeito dos países africanos. Importa enfatizar que a grande problemática não reside no fato de que a África setentrional desenvolveu-se mais do que a África subsaariana. A história da África mostra que a região subsaariana possuía suas especificidades de organização política, social, jurídica e econômica, mas os europeus não expropriaram apenas tal região, a região norte do continente. Afeita a tradição escrita e próxima ao mediterrâneo, também expropriaram o sul do continente.

A representação do continente africano, através dos meios de comunicação impacta na inserção internacional de seus países. As diretrizes da política externa, por exemplo, não são capazes de romper essa realidade. A visão da sociedade tende a ser limitada com relação à África. Os indivíduos estão imersos no mundo físico, não em contato direto com ele, mas com representações coletivas que ocupam posições hierárquicas em determinados momentos em uma cultura (TODOROV, 2012).

Nos processos discursivos, os sujeitos se posicionam e fazem representações. O caráter assertivo dessas representações depende dos repertórios simbólicos, sociais, culturais e político-ideológicos. A representação que se faz de parte dos países que compõem o continente africano geralmente é decorrente da visão europeizada, e no Brasil, está atrelada ao passado colonialista do país.

Na colonialidade do poder, o fator organizador das hierarquias é o conceito de raça e racismo. O que organiza as estruturas hierárquicas do sistema mundo é a raça e o racismo. Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundamentais do atual padrão de poder: a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de “raça”. (QUIJANO, 2002, p. 4)

A colonialidade atrela o processo de colonização à constituição da economia-mundo. A construção das hierarquias raciais, de gênero e de modos de apropriação dos recursos naturais, pode ser vista como simultânea e contemporânea à constituição de uma divisão internacional do trabalho (ASSIS, 2014, p. 614).

O conceito de colonialidade permite compreender as causas que relegaram determinados países ao patamar de inferioridade, bem como, verificar se a partir do entendimento desses fatores é possível encontrar “correções de rota” para a forma como esses países se inserem no sistema internacional. Por ser capaz de criar as realidades, a representação incide sobre a inserção. História, política, meios de comunicação e opinião pública formam o conjunto de fatores capazes de representar, inserir ou marginalizar os principais atores do sistema internacional.

4 NAS ROTAS DE *EWA*⁸: O PAPEL DA GRANDE IMPRENSA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A mídia possui uma substantiva relevância social, por difundir histórias e ideias que constituem fontes de informação ao público. Por este motivo, consideramos nessa pesquisa que a mídia apresenta-se como catalisador da construção de ideias relativamente aos atores que compõe o sistema internacional.

Os estímulos recebidos através dos meios de comunicação são determinantes para a definição da relevância atribuída a cada notícia. Dessa forma, os meios de comunicação contribuem quantitativa e qualitativamente para a notoriedade dos atores que compõem a arena internacional. Considerando o grau de incidência, é possível observar a atenção destinada aos assuntos pertinentes a um determinado país, quando este é tomado como notícia; e, qualitativamente, pode ser verificado o teor das temáticas apresentadas, que por conta das referências positivas ou negativas que lhes são atribuídas, causam impacto na forma como o país é recepcionado pelo público.

Enquanto fonte de informação, a mídia tem o poder de construir e mobilizar. Constrói as mais diversas realidades e mobiliza o seu público das mais variadas formas. O grau de incidência de uma temática difundida pelos meios de comunicação reverte-se em informação e posteriormente em conhecimento. A informação é capaz de contribuir com a formação do repertório do público leitor e propiciar o conhecimento a respeito de uma determinada questão.

A valorização de uma determinada temática nos meios de comunicação causa reflexos políticos, sociais, culturais e econômicos. O que nos indagamos é como os meios de comunicação, contribuem para o estreitamento ou não, da relação entre os Estados.

Considera-se que uma das formas de avaliar o estreitamento ou distanciamento de um Estado com relação a seus pares no sistema internacional é através da atuação dos jornais, por meio de suas notícias, manchetes e editoriais. Muitos estudiosos historiaram o

⁸ Dentre as diversas influências da cultura africana no Brasil, importa mencionar o aspecto religioso. Nas religiões de matriz africana, *Ewa* é um orixá e é considerada a dona da revelação. Assim como as grandes empresas jornalísticas, esse Orixá é afeito a riqueza, o lucro. Portanto, a revelação e o lucro constituem-se como elemento fundamental de ambos.

processo de desenvolvimento da atividade jornalística – tema rico e vastamente explorado. Aqui se objetiva compreender como os meios de comunicação, por meio dos jornais brasileiros, mais precisamente *O Estado de S. Paulo*, constroem e representam os países africanos de língua portuguesa, aqui exemplificados por Angola e Moçambique. Ambos foram selecionados porque entendemos que são esses dois países entre os africanos, que possuem maior vínculo histórico e cultural com o Brasil.

O objetivo é analisar como Moçambique e Angola foram apresentados pela imprensa brasileira logo após alcançarem sua independência em 1975. Para isso, recorreremos à análise dos editoriais apresentados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* entre 1975 e 1996. Em linhas gerais, o intuito é avaliar como os países africanos são apresentados à sociedade brasileira e quais são as implicações dessa apresentação em termos políticos, sociais e econômicos, bem como para o próprio direcionamento da política externa do país.

No presente capítulo, analisar-se-á o papel da grande imprensa nas relações internacionais. Dessa forma, tendo como cenário o continente africano, serão trabalhadas questões como mídia impressa, opinião pública, educação, representações e cooperação. Além de vasto, o campo de estudo dos meios de comunicação trouxe, através de importantes trabalhos, uma compreensão melhor acerca das relações sociais. No que se refere às relações internacionais, existe ainda a possibilidade de valorizar o entendimento sobre os meios de comunicação por meio da interação entre os Estados.

4.1 Meios de Comunicação e relações internacionais

Considerando o fato de que as ideias são difundidas e a realidade construída pela mídia, a forma de apresentação e a quantidade de conteúdo divulgado acerca de um Estado são capazes de promovê-lo e torná-lo mais atrativo em termos políticos, econômicos e culturais. Quando valorizada na grande imprensa, uma temática causa múltiplos reflexos, tanto positivos, quanto negativos. No caso de países como Moçambique e Angola, os reflexos políticos poderiam ser positivos e se traduzirem, por exemplo, em processos de cooperação e ampliação do entendimento acerca dos vínculos sociais, históricos e culturais que o Brasil possui junto com esses Estados. Se os jornais desejassem, o público teria um conhecimento maior sobre os dois países lusófonos; e, economicamente ter-se-ia a

ampliação das oportunidades de investimentos para ambas as partes. Importa ressaltar que no âmbito econômico, as referências obtidas por meio da grande imprensa impactam significativamente no processo de tomada de decisão, repercutindo a médio e longo prazo na constituição de parcerias e oportunidades de investimentos.

Os meios de comunicação exercem um papel fundamental de estimular a construção de ideias referentes aos mais diversos países. Ainda que as notícias sejam dinâmicas e tenham passado por processos de sofisticação em sua construção, algumas referências difundidas sobre determinados países parecem ser estáticas em sua abordagem; ou seja, a depender do país em questão, são utilizados termos específicos, ou são abordadas temáticas padrão, tais como: guerras, fome, miséria, terrorismo.

Um importante elemento referente aos meios de comunicação diz respeito à sua permeabilidade. Embora não se constituam como bem coletivo, os meios de comunicação possuem significativo alcance, mesmo que nem todos tenham acesso ao produto final, pois as informações oriundas da mídia impressa transitam na sociedade. No que se refere ao jornal impresso, pode-se considerar que devido a fatores econômicos e sociais, somente uma restrita parcela da sociedade tem acesso a este produto. No entanto, suas informações possuem um grande alcance social, fruto da evolução e da sofisticação dos meios de comunicação.

A partir da segunda metade do século XIX, a comunicação global se tornou importante elemento da dinâmica internacional. Tal realidade foi acompanhada da evolução dos processos técnicos e operacionais na área da comunicação, evolução na forma de se edificar e apresentar as notícias e sofisticação do elemento noticiado.

Edgar Morin (2003, p. 8) considera que a comunicação “não existe sozinha e está sempre em relação com outros problemas”. Sendo assim, a comunicação sempre se inter-relaciona com outras temáticas. A evolução da comunicação abarcou os aspectos técnico, estrutural e normativo, envolvendo das mais diversas formas, o âmbito político e empresarial.

Já Cees Hamelink (2008) lembra três esferas que emergiram e ainda se fazem presentes no processo de comunicação global: o campo das telecomunicações, os direitos de propriedade intelectual e a comunicação de massa. A evolução da comunicação em seu

aspecto técnico envolve o debate acerca da acessibilidade, distribuição e confidencialidade. Mas, alerta o autor:

A política de comunicação global é cada vez mais definida pelos padrões de comércio e de mercado e cada vez menos pelas considerações políticas, com notório deslocamento de um discurso predominantemente político para um discurso de comércio amplamente econômico. Evidência disso pode ser encontrada na crescente ênfase da importância econômica da propriedade intelectual e na prioridade da proteção para os investidores e produtores corporativos. No campo das telecomunicações, os padrões do serviço público universal e os subsídios mistos têm aberto caminho para as estruturas de tarifas fundamentadas nos custos. Na área dos fluxos de dados eletrônicos transfronteiriços, a política de ação tem alternado de discussões políticas sobre soberania nacional e autonomia cultural para noções como barreiras comerciais e acesso ao mercado. (HAMELINK, 2008, p. 17).

No decorrer do século XIX, houve a maior absorção pelo setor privado do aspecto público, fato caracterizado pela emergência dos meios de comunicação, nomeadamente a mídia impressa. No século XX, ocorreu o gigantismo das empresas vinculadas aos meios de comunicação, fato acompanhado da evolução tecnológica e garantia de maior difusão dos instrumentos de comunicação e de seus produtos, não só, mas principalmente, as notícias. No século XXI, ainda se tem o protagonismo da indústria de comunicação, mas agora com a preocupação de garantir a propriedade intelectual, as responsabilidades e as formas de tributação e proteção de dados, justamente pela ampliação do acesso aos meios eletrônicos de comunicação, que também cumprem o papel de difundir informações.

O principal elemento que envolve a relação entre os mais diversos Estados e marca a evolução na área de comunicação no século XXI é o engajamento do setor privado e dos governos para a concretização de um diálogo global acerca das comunicações. Além dos governos e empresas, as organizações internacionais passaram a exercer um protagonismo maior no cenário das comunicações, que passa a incorporar os meios eletrônicos, trazendo à tona preocupações relativas à proteção, responsabilidade e ética no que se refere à produção e difusão de notícias que não podem mais ser circunscritos ao espaço do Estado, fugindo ao controle de governos.

Principalmente, na segunda década do século XX, o aspecto apelativo era marcante na mídia impressa, dada a necessidade de atrair o público, e assim, ampliar o consumo dos

jornais. Importa resgatar o fato de que o aspecto apelativo era fruto da mudança de concepção referente à produção da notícia, não mais restrita à temática e a posicionamentos políticos próprios do final do século XIX. No século XXI, mesmo com a existência de novas tecnologias, o aspecto apelativo se impõe novamente, pois as tecnologias exercem o papel de grandes difusoras de informação, que garantem a democratização e construção das informações e, ao mesmo tempo, são instrumentos capazes de comprometer a proteção de dados, informações, e veracidade dos fatos, trazendo à tona o debate sobre privacidade e produção de notícias, fato este capaz de causar rugas no cenário político interno e externo. Tanto a produção quanto a difusão de informações são irrestritas, chamando atenção para diminuição da centralidade do Estado relativamente à proteção de dados e exigindo maior vigilância por parte do público no que se refere à autenticidade dos elementos noticiados.

Em linhas gerais, conforme afirma Paltez e Lipinski (1994), os meios de comunicação criam e reforçam políticas, que são capazes de impactar no comportamento e na tomada de decisão dos governos e demais atores que compõem uma sociedade. Seguindo essa mesma ideia, a forma como são apresentados os fatos políticos, econômicos e sociais pode impactar na realidade dos mais diversos Estados, que, por sua vez, podem ser beneficiados ou repudiados pelo âmbito governamental e empresarial de um parceiro político e econômico em potencial.

No estudo “*cultura política e comunicação política*”, David Paletz e Daniel Lipinski (1994) avaliam ainda que os detentores ou aspirantes ao poder têm a consciência de que socialmente os meios de comunicação possuem metas de influência. Essas metas de influência referem-se ao fortalecimento de seus objetivos políticos; à consciência; ao interesse de atingir a população (que são os alvos da influência) e, por fim, à tentativa de exercer a influência externamente.

No caso de alguns países lusófonos que estiveram imersos em conflitos internos no decorrer da Guerra Fria, são os meios de comunicação que foram usados como instrumento de resistência, em alguns casos; e como mecanismo de mobilização e desenvolvimento social, em outros casos. No Timor Leste, por exemplo, o meio de comunicação utilizado para promover a mobilização popular foi o rádio, que se constituiu em uma das mais importantes ferramentas de resistência contra a invasão promovida pelo país vizinho. Já em Moçambique, esse mesmo meio de comunicação foi utilizado para promover a instrução à

comunidade rural. Anabela Maria Vara Alves (2005, p. 42) resgata o fato de que “as organizações internacionais OMS, UNICEF e UNESCO defendiam a criação de um organismo nacional de informação que apoiasse o Ministério da Saúde nos projetos de desenvolvimento social”.

Os anos 1990 foram centrais para o estreitamento do vínculo existente entre a mídia (de forma não restrita à mídia impressa) e as relações internacionais. A ampliação das redes de televisão, a partir dessa década, possibilitou que uma nova área de investigação passasse a ser privilegiada, a diplomacia midiática.

Investigando a relação entre meios de comunicação e diplomacia, Eytan Gilboa (2002) considera, em linhas gerais, a instrumentalização da comunicação nas relações e negociações políticas, o que permite explorar três esferas de compreensão sobre a temática: a diplomacia pública, na qual atores estatais e não estatais usam a mídia e outros canais de comunicação para influenciar a opinião pública internacional; a diplomacia midiática, na qual a diplomacia é usada para a promoção da resolução de conflitos; e a *media-broker diplomacy*, diplomacia realizada pela mídia, na qual os jornalistas “desempenham” a função de diplomatas e realizam a mediação nas negociações internacionais.

Considerando tal classificação, pode-se dizer que os meios de comunicação nas relações internacionais são relevantes por sua característica mediadora. Neste sentido, o jornalismo como mediação auxilia no processo de compreensão e formação das mais diversas realidades. O jornalismo como mediação pode, inclusive, colocar-se como terceira parte em um conflito, exercendo atividade de cooperação e aceleração de desenvolvimento ou estreitamento das relações entre dois ou mais Estados. A mediação dos meios de comunicação é construtiva quando impacta na sociedade difundindo a informação e contribuindo para a formação de repertório, conhecimento e tomada de decisão, favorecendo o estreitamento de relações políticas, econômicas e processos de cooperação. Tal estreitamento possibilita a alteração de conjunturas específicas, como, por exemplo, situações vivenciadas por países emergentes de conflitos, como os casos de Moçambique e Angola.

A mediação pode ser considerada destrutiva quando desconsidera as especificidades de uma determinada sociedade, contribuindo com a edificação de imagens e formas de pensar deturpadas sobre essa sociedade, estabelecendo uma tipificação rasa de sua realidade

e desencorajando um processo de aproximação política, social e econômica. Pode-se dizer que a mediação é neutra quando se isenta de trabalhar em prol da valorização de questões que poderiam se reverter em benefícios para o relacionamento de dois atores.

Exemplo construtivo do processo de mediação é a difusão de notícias capazes de estimular os investimentos externos em determinados países. O contrário desse aspecto positivo e construtivo do processo de mediação através dos meios de comunicação é a forma como são atribuídas determinadas características e abordadas determinadas temáticas que estimulam o repúdio a uma dada comunidade politicamente organizada.

O fator neutro, por sua vez, favorece a invisibilidade de determinada temática na comunidade internacional, mesmo que essa temática seja difundida, não existe o cenário propício pra reversão da informação em ação, por exemplo, quando os mais diversos conflitos que ocorrem na periferia do sistema internacional sequer são abordados, fato que contribui para a perenidade dos mesmos.

4.2 Opinião pública nas relações internacionais

A referência aos meios de comunicação deve ser situada na própria lógica de mercado, pois os conteúdos estão vinculados aos interesses políticos e econômicos. A cobertura e difusão dos fatos jornalísticos estão direcionadas, portanto, à lógica capitalista.

Segundo Rothberg (2011), a cobertura jornalística seria consequência do fato de que os veículos capitalistas estão, como empresas, à procura do lucro, tendendo a defender os interesses das elites historicamente configuradas em uma sociedade. Por reforçar a hegemonia cultural dos grupos dominantes, determinadas temáticas possuem mais notoriedade do que outras.

A imprensa exerce um importante papel na sociedade pelo fato de ser capaz de edificar realidades. A imprensa e, consequentemente, a opinião pública, são fenômenos sociais, e as atividades relacionadas à imprensa são capazes de influenciar as tomadas de decisões e o juízo feito acerca das mais diversas temáticas. Através da imprensa, são criados os discursos que contribuíram para a formação da opinião pública. Os elementos noticiados, portanto, passam pelo processo de controle, avaliação e difusão; razão pela qual,

muitos temas e informações sofrem com significativa invisibilidade, enquanto outros temas e informações são recorrentes.

Segundo Luis Felipe Miguel (2000, p.73), conforme vêm salientando estudiosos das relações entre comunicação e política, o estudo da política deve passar, obrigatoriamente, pelas representações construídas pela mídia. A mídia tem o poder de mudar a política por conta das tecnologias de comunicação. Miguel chama atenção para o fato de que as novas tecnologias de comunicação foram responsáveis por produzir um grande impacto no discurso político. Ou seja, “uma vez que a intermediação do discurso é essência na prática política, a mídia está modificando a própria política” (MIGUEL, 2000, p.73).

Em termos de difusão da informação, as pessoas têm, sobretudo na atualidade, grande acesso à informação. No entanto, a larga escala quantitativa não se coaduna com o fator qualitativo das informações que são veiculadas. De qualquer forma, mesmo diante de muita informação, a realidade é projetada não só pela força da palavra, mas também pela força das imagens que permeiam toda a atividade política em uma sociedade.

Mais contemporaneamente, é possível considerar a classificação de Eytan Gilboa referente à atuação da mídia na sociedade internacional. Para o autor, a mídia pode ser vista como controladora (substitui os tomadores de decisão, ou seja, há uma influência televisiva nas tomadas de decisão), constrangedora (utilização dos meios de comunicação para influenciar os líderes políticos a tomarem decisões em um curto prazo), interventora (intermediação direta ou indireta realizada por repórteres nas situações de conflito) e instrumental (ferramenta de mobilização). Esta última esfera, além auxiliar nas decisões governamentais, é também responsável por conquistar a opinião pública em termos de sociedade internacional (GILBOA, 2002).

Os meios de comunicação exercem não só um papel, mas, sobretudo, um poder fundamental na difusão das ideias. Diante desse fato, o poder vai para além da imposição de perspectivas específicas, pois tem a autoridade de determinar os significados compartilhados que constituem as identidades, os interesses e práticas dos Estados, bem como, as condições que concedem ou negam os acessos aos benefícios no cenário internacional (ADLER, 1999).

A comunicação através da mídia impressa apresenta um elemento comum à mídia televisiva: a produção, a difusão e a definição, que formam a tríade da representação e

consequentemente, inserção de temas e atores em uma dada sociedade. Tanto a mídia impressa quanto à mídia televisiva produzem imagens, difundem o funcionamento de um determinado sistema e se configuram como meios de definição e de pertencimento a este sistema. No caso do sistema internacional, por exemplo, essas duas mídias produzem os conteúdos acerca da realidade dos países, difundem as informações e, por fim, contribuem para a definição do papel e relevância destes atores.

Na visão de Cuane (2014), a difusão audiovisual é, ao mesmo tempo, um meio de comunicação que produz uma imagem do mundo e uma instância de pertencimento ou de participação imaginária no funcionamento do mundo. A partir do século XV, a perspectiva não foi somente uma maneira para os pintores organizarem a representação do mundo em uma superfície de duas dimensões: ela foi um sistema de significação baseado em um ponto de vista fixo (CUANE, 2014, p. 11). Mais tarde, pode-se ver que a comunicação não tem como efeito apenas o fornecimento de dados. Ela nos leva a assumir um posicionamento social. Num mundo global e estruturado, ela se caracteriza como lugar de participação e ação.

Diante das notícias ou das próprias mensagens em geral, os receptores das mensagens reagem a estímulos. Em outras palavras, o conteúdo e os símbolos das mensagens veiculadas pelos diversos meios de comunicação trazem consigo estímulos que influenciam o público, e estes, por sua vez, não consideram ou identificam estes estímulos de forma direta e racional. Além do teor da mensagem, a credibilidade do veículo de informação e os elementos que são fixados no imaginário dos receptores das mensagens possuem grande relevância.

O conceito de opinião pública surgiu no final do século XVIII, justamente expressando a preocupação com as massas; já no século XIX, os jornais ajudavam a moldar a consciência nacional, essa consciência estava atrelada ao fato dos meios de comunicação tratarem seus leitores na condição de comunidade, na condição de público nacional (BRIGGS; BURKE, 2006).

A ideia de “imaginário dos receptores” se coaduna à realidade da opinião pública, uma vez que esta consiste no fenômeno social e na análise do momento. Nas palavras de Augras (1980, p 12), a expressão opinião pública se refere a uma atividade política. São as deliberações dos cidadãos da *Polis* grega, realizadas no local do mercado, *Ágora*, que

orientam as tomadas de decisões pelo governo ateniense. Importa enfatizar que a *polis* grega é excludente: sentimentos e opiniões dizem respeito a uma estreita camada da sociedade, aos homens adultos.

Nas democracias modernas, a manipulação da opinião e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa permitiram, por exemplo, aos norte-americanos modernos, a investigação sistemática da opinião pública, processada através de inquéritos, como uma nova forma de democracia que consistiria no controle das decisões governamentais. Em linhas gerais, o povo teria condições de informar ao governo as repercussões de suas tomadas de decisões (AUGRAS, 1980).

Os meios de comunicação exercem um papel decisivo nos sistemas políticos democráticos. As informações difundidas são essenciais para a tomada de decisão e, portanto, afetam o processo político ao transmitirem informações. Uma premissa central da teoria democrática é a de que cidadãos bem informados elaboram e expressam livremente suas vontades, elegem representantes e influenciam de forma efetiva o processo de decisão política do Estado. Entretanto, tanto em países capitalistas avançados como em subdesenvolvidos, registra-se um alto grau de desinformação sobre assuntos políticos entre a população (PORTO, 1998, p. 17).

Ainda segundo Porto (1998), o papel dos meios de comunicação transcende a ideia de transmissão de informação e considera os meios de comunicação como fontes de significados e interpretações da realidade e compõe o modelo do cidadão como construtor de significados.

No universo da mídia, os processos de configurar e organizar uma visão de mundo – sustentada como “consenso” e legitimada por sua atribuição à “opinião pública” – expressam-se através de diferentes estratégias e em múltiplos planos: político, social, cognitivo. No plano político, regulamentam a distribuição do poder por meio do critério de acesso à informação selecionada como relevante. No plano social, reconfiguram as diferenças sociais e o conceito de classe a partir de novos critérios para o estabelecimento de identidades, sobretudo baseadas no consumo. No plano cognitivo, instalam um novo sistema de representações que parece abarcar, inclusive, os demais planos (STEINBERGER, 1998, p. 36).

Concordamos, assim, com Steinberger (1998), para quem a mídia assumiu o papel de configurar e organizar esse mundo. No caso do Brasil, não é demais generalizar: todo poder emana da mídia, reconhecida como legítima representante da opinião pública.

4.3 A importância do Jornalismo de Referência

A mídia, de forma geral, continua tendo papel central no cenário político doméstico e no cenário político internacional. No que se refere à grande imprensa, conforme já mencionado, existe um papel relevante na constituição da representação da realidade e, ainda que seu público seja escasso, é este o público que será responsável por absorver e multiplicar a informação.

A centralidade da grande imprensa é expressa pela atuação do Jornalismo de Referência. Muitos autores utilizam diversas qualificações positivas para defini-lo e diferenciá-lo do jornalismo popular. Os termos “jornal de prestígio”, “jornal de grande circulação”, “grandes jornais”, “jornais representantes do jornalismo nacional” são amplamente utilizados como forma de caracterizar o Jornalismo de Referência. No entanto, uma definição mais acurada se faz necessária, tal como a consideração de que sua matriz é racional-iluminista, diferenciando-se do pilar dramático que sustenta o jornalismo popular.

No jornalismo de referência, consideram-se também as especificidades do público e, “suas as regras discursivas baseadas nessa matriz racional-iluminista, especialmente de corte liberal. Na raiz liberal, o jornal é o órgão de informação e de expressão da classe política, cujo objeto central é a coisa pública, o que interessa ao cidadão” (AMARAL, 2004, p. 58 *apud* Zamin, 2014, p. 923).

O jornalismo de referência, assim o é, pois serve de parâmetro para os formadores de opinião nacionais e internacionais; possui uma natureza politico-ideológico; seu público tem condições cognitivas para realizar a leitura da realidade. Objetivando mapear o emprego do termo Jornalismo de Referência, Zamin (2014) elencou as diversas pesquisas realizadas nacionalmente e internacionalmente para verificar como são categorizados os jornais considerados de “referência”, além da constatação da atribuição dos termos já mencionados dentre as pesquisas internacionais.

Apresentando a pesquisa *The Elite Press* realizada por John C. Merrill em 1968, Zamin (2014), demonstra-se que entre quarenta jornais de todo o mundo, o jornal brasileiro que figurava como jornal de referência no final da década de 1960 era o jornal *O Estado de S. Paulo*, juntamente com outros dois jornais latino-americanos, o jornal argentino *La Prensa* e o jornal mexicano *Excélsior*. Na década de 1980, o jornal *O Estado de S. Paulo* novamente foi inserido no rol dos jornais qualificados de tal forma através da pesquisa realizada pelo Comitê Internacional de Comunicação, Conhecimento e Cultura da Associação Internacional de Sociologia, que averiguou em doze países quais jornais poderiam ser qualificados como jornal de referência.

Considerando principalmente o aspecto financeiro, político e educacional, John Merrill caracterizou o que se poderia compreender por jornal de referência, conforme a ilustração abaixo.

Ilustração III

	CARACTERÍSTICAS JORNAIS DE REFÊRENCIA
1	Independência, estabilidade financeira, preocupação social, boa escrita e edição.
2	Forte opinião e ênfase argumentativa, consciência mundial, ausência de sensacionalismo em artigos.
3	Ênfase na política, ênfase nas relações internacionais, na econômica, bem-estar, empreendimentos culturais, educação e ciência.
4	Obtenção, desenvolvimento e manutenção de funcionários inteligentes, bem educados, e proficientes.
5	Determinação em ajudar, servir e expandir uma comunidade intelectual de leitores nacionais e internacionais e desejo de influenciar os formadores de opinião em todas as partes.

Fonte: VEHKOO (2009, p. 6).

Mensurar a qualidade de um jornal é algo subjetivo. Interesses, preferências e conhecimentos sempre estão presentes em tal avaliação. Enquanto para uns a confiabilidade de um periódico conservador é questionável, para outros, a confiança em um periódico de centro-esquerda também o é. No entanto, ambos podem ser considerados jornais de boa qualidade. Faz-se necessário considerar que não existem padrões universais de qualidade.

A inexistência de universalidade na atribuição valorativa de qualidade não exclui, entretanto, o estabelecimento de critérios menos intangíveis que auxiliem no processo de

avaliação. De acordo com o estudo desenvolvido por Johanna Vehkoo (2009), três perspectivas permitem averiguar a qualidade do jornal. A primeira delas é através do público, investigando como a mídia informa, educa e diverte o seu leitor; em segundo lugar, é necessário verificar o que o público pensa a respeito do desempenho da mídia em questão, e, por fim, é necessário mensurar o tempo e o investimento em recursos para a produção jornalística.

Enquanto John C. Merrill elencou categorias de análise considerando aspectos financeiros, políticos e educacionais para averiguar a qualidade dos jornais em fins da década de 1960 e os atualizou, nos anos 1980, um dos principais estudiosos contemporâneos dos negócios da mídia e economia política de mídia, o norte-americano Robert G. Picard entende que a melhor forma de avaliar a qualidade jornalística é através da atividade jornalística.

Para Picard (2000), o que garante a qualidade no jornalismo são suas atividades básicas realizadas em alto nível e, este alto nível está vinculado ao tempo e empenho dedicados pelos jornalistas em suas atividades. Dessa forma, as entrevistas, as participações em reuniões e em eventos onde a história é escrita, os treinamentos, a leitura e a aquisição de conhecimento, a coleta, a organização e a reflexão sobre materiais, bem como viagens para coleta de informações, quando bem executados, promovem a qualidade do jornalismo.

A análise quantitativa de conteúdos, conforme proposto por Leo Bogart é outra forma de mensurar a qualidade dos jornais. Neste tipo de verificação considera-se a verificação quantitativa de artigos e conteúdos editoriais sem fins publicitários.

Ou seja, a *atuação*, a *interação* e o *investimento* apontados na pesquisa de Merrell em 1968 aparecem de uma forma ou de outra em todas as demais pesquisas que seguiram. Estes três aspectos demonstram também os motivos pelos quais as empresas (não somente as de cunho jornalístico), interessadas em exercer liderança, realizam autoavaliações e desenvolvem mecanismos de interação com o público. Por meio da interação empresa-público, este último serve como ferramenta de análise de desempenho, e as empresas procuram destinar recursos e empreender esforços através de fartos investimentos.

No estudo *What is quality journalism and how it can be saved*, Johanna Vehkoo (2009) chama atenção para o fato de que não tenta em sua análise medir a qualidade dos jornais a partir de uma correlação com modelos de negócio. Acreditamos que a questão

mercadológica neste rol de atuação não deve ser tratada como um tabu, pois, esse aspecto faz parte da própria evolução da imprensa. Ademais, a atuação, a interação e o investimento feito pelos jornais são tão importantes quanto sua obediência aos códigos de conduta jornalística – que também são importantes para a averiguação da qualidade do jornal.

Um importante fator a ser considerado é que entre as mais diversas pesquisas acerca da qualidade dos jornais, nenhuma das mídias impressas “representantes” dos jornais considerados de referência apontam como elemento central a intensidade de circulação do periódico.

Através da meta-análise, Ângela Zamin (2014) examinou as pesquisas brasileiras e estrangeiras que versam sobre o Jornalismo de Referência e constatou as delimitações, justificativas e estratégias metodológicas usadas por diversos pesquisadores para avaliar como e por qual um motivo um jornal é caracterizado como referência. Como resultado, Zamin concluiu que o jornalismo de referência envolve contrato de informação, forma, instâncias de produção, lócus de observação e natureza da audiência. Conforme ilustração abaixo:

Ilustração IV- Atributos do Jornalismo de Referência

Contrato de informação	Forma	Instâncias de produção	Lócus de observação	Natureza da audiência
Tradição	Hierarquia da informação	Jornalistas	Espaço público	Leitor competente do mundo
Credibilidade	Diagramação sóbria	Espaço Público	Política	Possui saberes complexos
Seriedade	Sofisticação estilística	Fontes diversas	Economia	Agente social
Reflexão	Apelo cosmopolita		Relações internacionais	Cidadão cosmopolita
Orientação internacional				Líder de opinião
				Jornalistas
				Meios de comunicação

Fonte: ZAMIN (2014, p. 938).

Os atributos elencados por Ângela Zamin reiteram os argumentos basilares de dois baluartes das investigações sobre qualidade jornalística, John C. Merrill (1968) e Robert Picard (2000), cada qual à sua maneira. Ambos consideram a importância dos aspectos técnico-jornalísticos, ressaltando boa edição, boa escrita, argumentação, consciência

mundial, ênfase em questões políticas e relações internacionais, manutenção de bons funcionários e expansão da comunidade intelectual.

Conforme observado anteriormente, mesmo referindo-se à grande imprensa, o jornalismo de referência encontra sua expressão em fatores qualitativos, não exclusivamente em variáveis quantitativas. Por essa razão, o grau de circulação dos jornais que possuem tal status, ocupa importância secundária. Um Jornal de referência não é sinônimo de jornal mais popular ou mais mencionado entre os leitores. No entanto, tem o poder de consolidar e de influenciar as opiniões e interesses da sociedade.

Os dados da auditoria realizada pelo Instituto Verificador de Circulação – IVC, em 2014, demonstraram que o jornal *O Estado de S. Paulo* registrou a circulação média diária de 121.549 jornais na Grande São Paulo, tendo em vista sua distribuição nos sete dias da semana, ou seja, um reduzido número comparativamente à população da região. Embora o consumo dos jornais seja restrito à boa parte da população, é este seletor público que, conforme menciona Maria Helena Rolim Capelato, tem seus corações e mentes influenciados – os são formadores de opinião na sociedade.

Em síntese, a importância do jornalismo de referência reside em sua concepção estrutural, que privilegia um arcabouço editorial com destinatário definido. Tal fato contribui, por exemplo, para um entendimento melhor das relações internacionais, pois a receptividade e o entendimento referente a este tipo de notícia são maiores. Entre as pesquisas internacionais, realizadas a partir do fim dos anos 1960, o jornal *O Estado de S. Paulo* apareceu como jornal brasileiro de referência. Conforme observado, diversos fatores e significados estão presentes no fato de um jornal ser considerado “de referência” e, por essa razão e por pertencer à capital econômica do Brasil, por seu aspecto conservador, e pelas características de seu público alvo, este jornal foi escolhido como fonte documental para analisar como Moçambique e Angola foram apresentados pela grande imprensa brasileira após se inserirem como Estados emergentes de conflito no sistema internacional.

4.4 A tradição editorialista no Brasil: *O Estado de S. Paulo*

Antes de analisar como a grande imprensa apresentou e lidou com a emergência de Moçambique e Angola no sistema internacional, cabe historiar a trajetória do jornal *O*

Estado de S. Paulo. Em linhas gerais, o entendimento acerca do passado deste jornal, inclusive de seus personagens, permitirá, ainda que de forma satisfatória, compreender os meandros dos posicionamentos políticos da empresa jornalística, apontando ou não para a existência de uma tendência conservadora ou liberal na tratativa das questões de cunho internacional, além de verificar possíveis convergências, proximidades, divergências ou neutralidades referentes às relações entre o Brasil e os dois países lusófonos situados no continente africano.

Em 1875, surgiu na imprensa paulista o jornal diário *A Província de São Paulo* tendo a sua nomenclatura alterada para *O Estado de S. Paulo* em 1890, após a proclamação da República. Entre as décadas de 1860 e 1890, o Brasil passava por uma fase de renovação de ideias políticas influenciadas pelo pensamento europeu do séc. XIX. Surgia então, o cenário propício para o florescimento do pensamento crítico, inclusive reforçando as ideias republicanas (NOGUEIRA, 1954).

Após a Convenção Republicana de Itu (1871), alguns dos membros do Clube Republicano se tornaram acionistas do jornal *A Província de São Paulo*, liderado por Américo Brasiliense e Manoel Ferraz de Campos Salles. Um dos elementos mais relevantes do jornal *A Província de São Paulo* assenta-se no seu aspecto revolucionário, com ideais republicanos e abolicionistas, contrários à permanência do Império e da escravidão⁹.

Em 1885, Júlio de Mesquita tornou-se redator do jornal juntamente com Francisco Rangel Pestana, que, em 1888, através da empresa Rangel Pestana & Cia., adquiriu o jornal *A Província de São Paulo*. Logo em seguida, Júlio de Mesquita tornou-se gerente da empresa jornalística, e Rangel Pestana, em 1891, com a saúde debilitada e desgostoso com a República, afastou-se das atividades do jornal e vendeu sua participação para a Companhia Impressora Paulista, controlada pelo Coronel Teixeira de Carvalho. Júlio de Mesquita, por sua vez, optou por dividir-se entre a direção do periódico e suas funções políticas. Em 1895, o jornal foi vendido à empresa J. Felinto e Cia., empresa na qual Francisco de Mesquita, pai de Júlio de Mesquita, havia se associado poucos anos antes de

⁹ Júlio de Mesquita filho, já à frente do jornal OESP irá adotar o posicionamento crítico referente à questão racial. Conforme defendido em *A Crise Nacional*, livro de autoria de Júlio de Mesquita Filho Publicado em 1925. Júlio de Mesquita atribuía aos dois milhões de negros que foram escravizados e trazidos ao Brasil, o atraso social e econômico do país, aos imigrantes adotou uma posição igualmente crítica pelo fato destes últimos servirem de mão de obra e não ter sido incutido nos mesmos aspectos cívicos que contribuíssem com o desenvolvimento do país.

sua morte. Já em 1902, Júlio de Mesquita transformou-se em proprietário único da empresa jornalística que, desde então, passou a ser controlada pela família Mesquita.

Em 1875, a produção registrada pelo jornal era superior a 2.000 exemplares, o que representava um número expressivo para o período, considerado o número de habitantes e a elevada quantidade de iletrados. Em 1897, a tiragem de jornais chegou a 18.000 exemplares. A expansão e desenvolvimento da cidade foram acompanhados pela atuação do jornal e sua influência no cenário político. Treze anos após o início de suas atividades, o jornal já contava com quatro mil assinantes e, dois anos depois, o dobro de pessoas assinava o jornal, agora com o nome de *O Estado de S. Paulo*. O crescimento vertiginoso do jornal só foi comprometido por questões técnicas (falta de maquinário) em 1896, retomando seu crescimento por conta da Guerra dos Canudos, cuja cobertura jornalística em nome do jornal coube a Euclides da Cunha.

O período de transição do *A Província de São Paulo* para o jornal *O Estado de S. Paulo* foi marcado pelo hibridismo da trajetória dos proprietários e dirigentes do da empresa jornalística, pois tais dirigentes atuavam no cenário jornalístico e também no cenário político. Importa ressaltar, entretanto, que tal hibridismo não transformou a empresa jornalística em um órgão institucional a serviço dos governos e partidos políticos.

No início do século XX, houve a expansão da atividade jornalística e inovações tecnológicas que contribuíram para o desenvolvimento da imprensa no país. Em 1908, *O Estado de S. Paulo* abriu uma sucursal em Lisboa e importou maquinário inovador, realizando a composição em linotipos e, em 1911, foi inaugurada a sucursal em Roma. Dando continuidade ao processo de expansão, em 1912, novos terrenos para instalação das atividades e mais maquinários foram adquiridos, permitindo a impressão de 35 mil exemplares do jornal (CHRISTOFOLETTI, 2010).

Concomitantemente ao processo de evolução tecnológica, os representantes do jornal *O Estado de S. Paulo* exerceram atuação significativa no cenário político brasileiro, jamais assistindo suas crises de forma passiva. Pelo contrário, segundo Capelato (1980), os representantes do periódico procuravam indicar uma direção para o comportamento político do público. Adotando um posicionamento crítico, o periódico buscava despertar consciências e até mesmo modelá-las. Esse perfil de atuação prevaleceu entre o final do século XIX e a década de 1930.

Em linhas gerais, o jornal *O Estado de S. Paulo* desenvolveu uma orientação política voltada para um projeto específico com abrangência nacional, ou seja, para o Brasil e para a cidade de São Paulo, que tinha como intuito garantir a independência do jornal frente aos governos e partidos políticos. Por outro lado, o eventual apoio às ideias defendidas por partidos não se traduzia na transformação dos objetivos e na edificação do jornal como órgão político daquele partido.

A liberdade de atuação da empresa jornalística caracterizava-se como garantia de um posicionamento crítico aos cenários políticos que se apresentassem à sociedade. Conforme Capelato (1980), à medida que o periódico atua de forma independente e sem exercer atividades como órgão político, tem a capacidade de chamar o governo à prestação de contas para população.

A desvinculação entre a atuação da empresa jornalística e sua edificação como órgão político se fazia e ainda se faz necessária para que os aspectos diversos que permeiam a sociedade possam ser adequadamente explorados jornalisticamente. Ao jogar luz sobre a realidade e demonstrar para arena governamental os reflexos de sua atuação, a empresa jornalística expõe a realidade, as dores, as injustiças, os anseios da população, e, dessa forma, contribui para a manutenção da ordem social, cumprindo sua vocação.

O pensamento liberal que respaldava a atuação daqueles que estavam à frente do jornal *O Estado de S. Paulo* tinha como principal diretriz a necessidade de “mostrar através de sua atuação política, que a oposição organizada constituía parte necessária de um governo liberal” (CAPELATO, 1980). Para os representantes do jornal, em especial Júlio de Mesquita Filho, o cenário político brasileiro configurava-se de forma deturpada, pois a política era conduzida por uma pequena parcela de indivíduos que se orientavam não pelo desejo coletivo, mas por caprichos e interesses particulares; tal fato que contrapunha os princípios liberais, não da atuação da empresa jornalística, mas sim, da condução da política do país, composta por indivíduos que almejavam um assento e participação no congresso estadual e no congresso federal (CAPELATO, 1980).

A década de 1920 possibilitou tanto o desenvolvimento tecnológico quanto o surgimento de novos veículos de imprensa. Foi a partir deste período que a indústria midiática deu início ao seu protagonismo no país. Segundo Ribeiro (2003), neste período

houve uma tendência geral de os jornais se tornarem mais informativos, com foco na narração dos fatos, não nas explicações, cedendo espaço ao conceito de objetividade.

Sob inspiração norte-americana, em 1929, Gilberto Freyre criou as novas normas de redação para o jornal *A Província*, de Recife e, progressivamente, o mercado da mídia impressa passou a se organizar e padronizar novos sistemas e técnicas (CHRISTOFOLETTI, 2010). Foram adotadas as técnicas norte-americanas do *lead*. O *lead* era a abertura do texto, o primeiro parágrafo, que devia resumir o relato do fato principal, respondendo a seis perguntas básicas: quem? Fez o quê? Quando? Onde? Como? E por quê? (RIBEIRO, 2013, p. 143).

A influência norte-americana transcendia a incorporação de aspectos e técnicas gráficas no jornal e abrangia os aspectos políticos. Ainda na década de 1920, *O Estado de S. Paulo* se insurgia contra a tendência centralizadora do Estado e defendia que deveria ter uma atuação baseada nas teorias evolucionista e no princípio liberal, tal como o jornal adotaria. Dentre os aspectos relevantes a serem trazidos à baila, vale ressaltar a própria visão do jornal relativamente ao desenvolvimento da sociedade e a formação de sua elite, que, conforme será abordado mais adiante, na visão dos representantes do jornal possuía especificidades sociais por conta da “ideologia do caráter nacional”.

Em meados do século passado, o jornal *O Estado de S. Paulo* realizou diversas mudanças em suas técnica e infraestrutura, fatores que contribuíram para a modernização da grande imprensa no país. Segundo Christofolletti (2010, p. 20) “tamanho da página, transferência de sede, adoção de práticas modernas na publicidade, controle de fechamento da redação e supervisão da produção” foram as principais mudanças realizadas pela família Mesquita na indústria jornalística.

Além do caráter empresarial, como já mencionado, a grande imprensa é veículo de valores e também de interesses da sociedade. A grande imprensa demarca seu poder através de sua influência direta e sua atuação prática na realidade criada e reorganizada, as representações dividem espaço com ideologias e interesses econômicos e políticos, daí a sua relevância.

Não raras vezes, restritos em quantidade, porém, significativamente grandes em atuação, são os grupos familiares que detém o poder na área de comunicação no Brasil. Seguindo uma análise:

No Brasil, circulam cinco jornais de referencia nacional, pela natureza de sua temática e por exercerem papel crucial na definição da agenda nacional: *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *Gazeta Mercantil*. Com exceção da *Gazeta Mercantil*, eles são geridos como propriedades familiares, e mantêm os métodos autoritários, os valores e a mentalidade conservadora dos antigos proprietários de terra (KUCINSK, 2002, p.42).

Na visão de Bernardo Kucinsk (2002), além do aspecto conservador, esses jornais atuam refletindo a configuração das disputas políticas das oligarquias. Em linhas gerais, no país, dois grandes jornais disputam o mercado em cada capital de estado. Outro fator relevante é que tais jornais caracterizam-se pela auto circulação, ou seja, seu público, caracterizado pela elite, e consumido pela elite que é também seu protagonista.

Os cinco jornais supracitados “são definidores de agendas de discussões”. Em todos os demais meios de comunicação, estes jornais são utilizados como referência e, no cenário político, são a estas fontes de notícias que as assessorias de imprensa recorrem fato presente também na arena privada, na qual os grandes empresários também se valem de tais informações (KUCINSK, 2002).

A agenda nacional de debates é determinada por dois fatores: colunistas e manchetes. Os colunistas e as manchetes representam a centralidade por conta da definição dos temas e do destaque que é dado a estes temas, pois a “palavra-bomba”, a manchete, atrai os leitores, e as colunas os influenciam.

O perfil do leitor do jornal *O Estado de S. Paulo* demonstra que o produto é consumido pela elite. Em 2013, 21% dos leitores do jornal pertenciam à Classe A, 59% se enquadravam na Classe B e, 19 % pertenciam à Classe C da Grande São Paulo¹⁰.

A história da edificação e consolidação da atuação do jornal *O Estado de S. Paulo* demonstra a ideologia de seus representantes, tendo como elemento primordial o elitismo. Desde a sua criação, a incorporação do evolucionismo e a compreensão da realidade social através da “Ideologia do Caráter Nacional” explicam o elitismo do jornal *O Estado de S. Paulo*. Ao adotar tal ideologia, o periódico assumia a posição de que as mudanças sociais com base nas mudanças raciais de um povo resultariam em uma alteração correspondente de caráter nacional (CAPELATO 1980).

¹⁰ Fonte Ipsos: Estudos Marplan/EGM – janeiro/2013 a dezembro/2013 – Grande São Paulo – Filtro: AS 10+ anos – total líquido de leitores de segunda a domingo – Estadão (1.016.000).

Tendo como base as características políticas, sociais e mercadológicas do jornal *O Estado de S. Paulo*, a análise acerca da apresentação dos conflitos ocorridos no continente africano, em especial em Moçambique e Angola, possibilita a compreensão do direcionamento da política externa para aqueles países. O entendimento acerca de como esses atores são apresentados, bem como sua relevância nos meios de comunicação, impactam e expressam, ainda que indiretamente o tratamento dispensado pela sociedade brasileira a estes países.

4.5 Os editoriais do Jornal *O Estado de S. Paulo* frente aos conflitos em Moçambique e Angola

Um editorial é um gênero jornalístico argumentativo que traduz o posicionamento coletivo de um jornal acerca de determinada questão, daí o fato de este ser um elemento de responsabilidade da direção do jornal, que possui uma linha mestra de orientação. Os jornais de cunho mais permissivos permitem aos jornalistas a assinatura do editorial, que pode, por sua vez, demonstrar o posicionamento individual do jornalista.

Nem todos os assuntos devem ser abordados num espaço tão nobre como o editorial. Apenas devem ser dignificados como temática de um editorial os acontecimentos mais relevantes e problemáticos da atualidade, nomeadamente aqueles que podem repercutir-se nos processos de decisão que afetam a vida coletiva de um povo. (SOUSA, 2001, p. 282).

Público, cultura organizacional e jornalística, e os valores que norteiam a redação do jornal devem ser amplamente respeitados neste espaço destinado à tradução do pensamento coletivo de uma organização privada que se propõe a trabalhar em prol da difusão da informação. Não é função de um editorial ser dogmático. Os posicionamentos contidos nesta área do jornal impactam significativamente na formação da opinião coletiva. Embora o jornal seja um veículo de acesso limitado, por conta de fatores como renda, grau de alfabetização e a própria cultura de leitura na sociedade, sua capacidade de transbordar ideias e conhecimentos de forma indireta é significativa.

O editorial é um espaço privilegiado e nobre no jornal, pois trata de questões importantes da atualidade e pode ser compreendido como arena democrática onde a

liberdade de imprensa faz presente. O jornal deve atuar para além da menção ou descrição das informações. É necessário que forneça interpretações e que permita a reflexão e o debate na sociedade. Segundo Sousa (2001) o editorial é a expressão da cidadania em um Estado democrático de direito.

Reforçando o colocado, a importância em analisar, por meio da mídia impressa como os conflitos em Angola e Moçambique foram apresentados, reside no fato de que a mídia, de forma geral, demonstra a *sua* perspectiva sobre os mais diversos fatos, principalmente sobre a política, tanto naquilo que qualifica como o correto, quanto adotando posturas mais ou menos enviesadas a respeito de questões políticas.

O editorial não impõe sua opinião, ou não deveria, e tampouco se espera que o faça, mas contribui para a composição da opinião dos leitores, uma vez que, após uma determinada temática ser apresentada sob inúmeras perspectivas, apresenta-se uma análise específica a seu respeito. Os editoriais podem ser divididos de acordo com o assunto, o conteúdo, o estilo e a natureza. Nas palavras de Sousa (2001), com relação ao assunto, podem ser preventivos quando determinados assuntos tendem a gerar uma situação futura e serem fruto de um acontecimento ou evento; podem ser de consequência, quando esclarecem um leitor sobre determinada situação. Relativamente ao conteúdo, os editoriais podem ser *informativos* se tiverem como objetivo esclarecer um determinado evento, explicar fatos e situações; *normativos* quando tem como interesse levar o leitor a tomar uma atitude; *ilustrativos*, quando têm como objetivo instruir ou entreter o leitor com o intuito de despertar o interesse do leitor para temas que talvez pudessem passar despercebidos. Tratando-se de estilo, podem ser *intelectuais* ou *emocionais*. No primeiro caso, a ideia é fazer com que o leitor acompanhe uma linha específica de raciocínio; no segundo caso, o objetivo é apelar para sensibilidade do leitor. Quanto à natureza, o editorial pode ser promocional (habitual do jornal), circunstancial (por conta de uma eventualidade) ou polêmico (quando representa uma manifestação do jornal frente a uma polemica já existente).

Tem-se como base dois conceitos-chave na análise editorial: a tese de adesão inicial e a tese de adesão principal. A tese de adesão inicial caracteriza a introdução feita pelo emissor para atrair a atenção do público. O processo de persuasão requer o estabelecimento de uma espécie de acordo. Segundo Gonçalves e Figueiredo (2013), esse acordo é

estabelecido entre aquele que difunde a informação e seus receptores. Este acordo refere-se a uma determinada situação ou acontecimento e denomina-se *tese de adesão*, na qual serão difundidas informações respaldadas em argumentos concretos ou fictícios.

Após o estabelecimento do acordo entre emissor e receptor, o emissor difunde uma tese principal, que, para ser aceita pelo receptor, necessita de uma base argumentativa. Em síntese, a tese de adesão inicial tem o intuito de tornar o assunto a ser tratado mais palatável, preparando a aceitabilidade do público relativamente a uma determinada questão. Importa ressaltar que o tipo de linguagem e os interesses do público são aspectos relevantes para o estabelecimento de um elo entre emissor e receptor. A mensagem deve ser capaz de influenciar o público. A argumentação é facilitada para o emissor e bem incorporada pelo público quando se estabelece uma identidade entre as partes. Nos editoriais da empresa jornalística de referência, essa identidade emissor/receptor pode, por exemplo, se expressar no próprio perfil dos leitores e representantes do jornal, pois a abordagem, a complexidade, a riqueza gramatical e a ética que norteiam a difusão da informação e garantem a credibilidade ao jornal são também os elos que aproximam emissor e receptor da informação.

A *adesão principal*, por sua vez, consiste na ideia elementar do texto, a questão-chave apresentada pelo emissor da informação. Os textos dissertativos dos editoriais trazem à tona o posicionamento do veículo de informação. Na estrutura textual do editorial, as considerações iniciais são responsáveis por expressar, ainda que parcialmente, a tese defendida no texto, seguida de dados que respaldam a argumentação e conduzem o bom entendimento do leitor; e por fim, a conclusão reitera o posicionamento do jornal e é capaz de aproximá-lo das ideias defendidas pelo jornal.

Apresentar-se-á a análise dos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* acerca dos fatos ocorridos em Angola e Moçambique entre 1976 e 1996. O simples elenco dos editoriais permite verificar o posicionamento do Brasil e o grau de relevância dos acontecimentos com os dois países africanos de língua portuguesa. Foram notados textos argumentativos a respeito dos principais acontecimentos ocorridos nestes países no decorrer do período supracitado.

A sistematização das notícias permite classificá-las, entre outras maneiras, de acordo com seu tipo e tom. O tipo e tom referem-se à forma como as notícias são

enquadradas. Baum e Zhukov (2012) consideram o tipo (ou natureza) *duro* ou *ameno* das notícias, e referem-se respectivamente aos temas concernentes à política/conflitos, ou questões que possam figurar no âmbito dos interesses de entretenimento. Já o tom (estilo) da notícia expressa crítica, convergência ou neutralidade; diz respeito, portanto, ao posicionamento do jornal.

Para melhor situar o leitor e proceder à análise, na ilustração abaixo são descritos os principais fatos históricos vividos por Moçambique e por Angola no período de foco desta pesquisa.

Ilustração V: Cronologia da Política em Moçambique

Data	Eventos Moçambique
1975	Proclamação da Independência.
1976	Rodésia invade Moçambique, perseguindo de nacionalistas do Zimbabuê. A África do Sul anuncia a realização de exercícios militares na fronteira. Formação da Renamo (Resistência Nacional de Moçambique).
1980	Independência do Zimbabuê, liderado por Robert Mugabe, Ian Smith é deposto. A Renamo passa a ter África do Sul como aliada principal.
1984	O governo da África do Sul e de Moçambique assinam acordo que prevê o fim das agressões mútuas; encerramento das bases do ANC em Moçambique.
1986	Morte do Presidente de Moçambique, Samora Machel.
1990	Moçambique adota uma nova Constituição que permite um sistema multipartidário.
1994	As primeiras eleições livres monitorizadas pela ONU e por observadores internacionais.
1996	Constituição CPLP.

Ilustração VI: Cronologia da Política em Angola

Data	Eventos Angola
1975	Proclamação da Independência
1976	Angola é admitida como 46º membro da atual União Africana (UA). Admissão de Angola como 148º membro da Organização das Nações Unidas (ONU).

1977	Tentativa de golpe de Estado.
1979	Morre António Agostinho Neto, primeiro Presidente de Angola. José Eduardo dos Santos se torna Presidente da República e Comandante-Chefe das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA).
1991	Eduardo dos Santos, e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, assinam, o Acordo de Bicesse, depois de um ano de negociações sob mediação portuguesa. Tal acordo findou temporariamente a 16 anos de guerra civil em Angola.
1992	Primeiras eleições presidenciais e legislativas, depois de quase 500 anos do domínio português e 18 após a independência. Jonas Savimbi contesta o resultado das eleições. Eclosão de confrontos militares.
1994	Cessar-fogo, em todo território nacional, pondo fim às hostilidades entre o Governo angolano e a UNITA. O Governo angolano convida Jonas Savimbi, a ocupar o cargo de vice-presidente da República.
1996	Morre, em combate, Jonas Savimbi. Assinatura do Memorando de Entendimento para o cessar-fogo em Angola. Criação do exército nacional único.

Em 1975, ano da proclamação da Independência de Moçambique, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou 190 notícias referentes ao país. Em 1976, o número de notícias publicadas subiu para 259. A partir da década de 1980, paulatinamente, o número de notícias sobre o país começam a declinar: em 1980 foram publicadas 157 notícias; quatro anos depois, em 1984, o número de notícias cai para 153; e em 1986, são registradas apenas duas notícias a mais comparativamente ao ano de 1986, ou seja, 155. Os anos 1990, são marcados pela diminuição significativa de notícias sobre o país: foram 69 em 1994 e apenas 45 notícias no decorrer do ano de 1996.

No caso de Angola, considerando o período dos fatos históricos de maior relevância, no jornal *O Estado de S. Paulo* foram registradas 607 notícias em 1975 envolvendo o país. No ano de 1976, esse número foi ainda mais expressivo: foram feitas 806 menções ao país. A partir de 1977, inicia-se uma considerável diminuição no número de notícias sobre Angola: neste ano foram contabilizadas 483 notícias e, em 1979, 310 notícias.

O ano de 1979 é marcado pelo falecimento do primeiro presidente angolano, António Agostinho Neto, e Eduardo dos Santos torna-se o chefe do poder Executivo. O ano de 1991 foi marcado pela assinatura do o Acordo de Bicesse, importante para instauração da paz no país. Nesse período, o país foi alvo de 136 notícias e, em 1992, houve 169 menções, por ser um ano importante por conta da realização das eleições que poderiam

garantir a paz no país, caso a UNITA não declarasse ilegítimo o resultado das eleições. Nos anos de 1994 e de 1996, noticiou-se o país, respectivamente, 181 e 113 vezes.

Para se ter um quadro comparativo, o jornal *Folha de S. Paulo*, por sua vez, fez referência 172 vezes a Moçambique no ano de 1975. Em 1976, ano de intensificação dos conflitos internos, foram registradas 256 notícias, seguindo a tendência de queda constante na divulgação de notícias sobre o país considerando o recorte de eventos-chave. A partir de 1980, a divulgação quantitativa das notícias sobre Moçambique correspondeu a 211 notícias em 1980; 142 notícias em 1984, caindo para 129 em 1986; 55 notícias em 1990; 74 ocorrências de notícias em 1994, e 56 registros em 1996.

A grande imprensa deu grande atenção às questões referentes a Moçambique e a Angola até os anos 1980, quando se pode perceber um elevado número de notícias circulando entre esses jornais. Considerando o conteúdo das notícias veiculadas nesse período, é possível relacionar atenção da mídia impressa aos eventos ocorridos pelos seguintes fatores: processo de independência nos territórios ultramarinos portugueses, com posicionamento brasileiro pró-autodeterminação dos povos, soberania e, consequentemente, reconhecimento dos novos Estados e sua inserção internacional no cenário internacional; crises políticas interpartidárias responsáveis pela eclosão e intensificação dos conflitos civis em Moçambique e Angola; ingerência externa e maximização dos conflitos internos; morte de líderes políticos nestes países, e configuração e reconfiguração dos apoios políticos regionais.

A partir das variáveis propostas por Sousa (2001) e Baum e Zhukov (2012), foi possível contatar no caso de Moçambique que todos editoriais e notícias veiculadas entre 1975 e 1996, considerando como referência a seleção dos anos nos quais ocorreram eventos-chave para realizar a análise, verificou-se que todo conteúdo difundido possui estilo intelectual, ou seja, são estabelecidas linhas de raciocínio para que o leitor compreenda a questão em voga, ao invés do caráter emocional e apelativo para atrair, “corações e mentes” dos leitores. Quantitativamente verificou-se também um equilíbrio entre o tom neutro e convergente, sendo a maioria das notícias de caráter circunstancial, enfatizadas, portanto, como eventos.

Com base na cronologia de eventos, foram elencadas variáveis que correspondentes aos critérios difundidos por Jorge Pedro de Sousa (2001), que considera que os editoriais

podem apresentar estilo intelectual, no qual o objetivo é promover o acompanhamento de uma linha de raciocínio; estilo emocional – que possui caráter apelativo; natureza promocional, natureza circunstancial – relacionada à temporalidade, eventualidade; natureza polêmica – manifestação do jornal a respeito de determinado assunto. A esses critérios, somamos os propostos por Matthew Baum e Yuri Zhukov (2012), que consideram a natureza das notícias que podem ser duras ou amenas e o estilo, que pode ser crítico, convergente ou neutro, já explicitados anteriormente.

Ilustração VII: Editoriais dedicados a Moçambique

Editoriais Moçambique	
Referências (Título, autor, data).	Moçambique: muitos problemas a resolver ¹¹ João Paulo das Neves – especial para o Estadão 22 de junho de 1975
Tema	Independência
Estilo Natureza	Intelectual/ Crítico Circunstancial /“Notícia dura”
Conclusão	Retórica da condenação ao <i>apartheid</i> e manutenção das relações comerciais com a África do Sul

Editorial 1

Independência, o editorial escrito por Joao Paulo das Neves, em 22 de junho de 1975, a respeito do processo de independência em Moçambique. O texto aponta as dificuldades no novo governo em lidar com as questões de cunho político, econômico e social, bem como as rivalidades multisseculares das mais de quarenta etnias do país. “Milhares abandonaram Moçambique temendo massacre; abandono do setor privado;

¹¹ NEVES, João Alves da. Moçambique: muitos problemas a resolver. *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750622-30748-spo-0181-999-181-not/busca/Mo%C3%A7ambique> Data de acesso: 12/05/2017

insegurança e criminalidade no território; ideologia política do novo governo; reconhecimento e necessidade de cooperação e as incertezas advindas da nova conjuntura”. Os comentários que se seguem ao longo do texto parecem sintetizar as dificuldades vindouras, decorrentes da autonomia política e, embora mencione a data de chegada dos portugueses à região (1498), não faz referência ao fato de que a Metrópole condicionou a fragilidade política, social e econômica do país antes da concessão de sua independência, mas chama atenção para o fato de que o conflito interno é fruto das rivalidades étnicas do país. A problemática do processo de independência é atribuída exclusivamente ao colonizado, eximindo Portugal de sua responsabilidade e forma de atuação na colônia.

O editorial chama atenção para a relação entre Moçambique e África do Sul no que se refere ao intercambio comercial entre os dois países. “Moçambique realizará, afinal, política idêntica a de outros países africanos, que condenam de um lado, a segregação racial e fazem de outro, intenso comércio com a África do Sul, que ainda é a maior potência econômica do continente.” Mesmo trazendo diversos elementos de ordem quantitativa, acerca das relações comerciais empreendidas por Moçambique, o editorial manifesta-se contrário à forma de atuação de Moçambique em decorrência de seu posicionamento dúbio com relação ao contexto regional, pois ao mesmo tempo em que se manifesta contrário a um tipo de política, no caso a continuidade ao regime do *apartheid*, usufruiria das vantagens advindas das parcerias comerciais com os países que preconizam a segregação racial. Embora possua um viés crítico, o editorial não aponta possíveis soluções. Portanto, a posição do editorial é de temor e repúdio sem, no entanto, assumir caráter propositivo para eventuais soluções. O temor registrado no editorial diz respeito às incertezas propiciadas pelo cenário de independência do país e seu repúdio à condução das relações políticas com a maior potência econômica da região, uma vez que assume um discurso contrário ao regime do *apartheid* e, implícita e conseqüentemente envolto por questões concernentes à igualdade racial, combate à discriminação e direitos humanos e, ao mesmo tempo aponta para a tendência de privilegiar aspectos comerciais por conta de suas limitações e significativa dependência econômica.

As notícias sobre a independência de Moçambique focam nas configurações de forças políticas e nas dificuldades de diálogo para o estabelecimento de uma transição política prejudicial à nação.

Ilustração VIII Editoriais dedicados a Moçambique

Referências (Título, autor, data).	Moçambique, primeira crise ¹² . Pierre Haski - especial para o Estadão 18 de janeiro de 1976
Tema	Crise do oficialato Moçambicano
Estilo (tom)	Intelectual/ Neutro
Natureza (tipo)	Circunstancial/ “Notícia Dura”
Conclusão	Necessidade de prudência e vigilância na condução da política doméstica e política exterior de Moçambique.

Editorial 2

Instabilidade interna, editorial assinado por Pierre Haski, em 18 de janeiro de 1976, registra a primeira crise vivida por Moçambique no âmbito das Forças Armadas. A Primeira grande rebelião envolveu policiais e soldados que tentaram assumir o controle da capital. O conflito contou com a participação de 400 rebeldes de unidades aquarteladas que objetivavam implementar uma “ação planejada de infiltração do inimigo”. Por falta de estrutura e planejamento, policiais foram transferidos da autoridade colonial portuguesa para a FRELIMO sem contar com preparação para tanto. Os processos de transição que envolvem a passagem de uma situação política à outra, como nos casos de descolonização, necessitam planos de ação e projetos políticos condizentes com a realidade política, econômica e social do novo Estado.

O editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* lidou com a temática da instabilidade interna de Moçambique chamando atenção para a forma como as tropas coloniais atuaram no decorrer do processo de transição e também sublinhando a identificação dos inimigos do

¹² Moçambique, primeira crise *O Estado de S. Paulo*. p. 113, 18. jan 1976) Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760118-30926-nac-0113-999-113-not/busca/PIERRE+HASKI> Data de acesso: 12/05/2017

Estado. O editorial trouxe à tona a conjuntura de instabilidade regional, alertando para o fato de que a África do Sul poderia orquestrar atos de subversão ou, até mesmo, objetivar substituir a equipe presidencial por uma outra mais conciliadora. Ao destacar “*Um ponto de interrogação persiste relativamente à identificação do ‘inimigo’ acusado pela ‘Frelimo’*”, o editorial busca identificar as prováveis causas do problema e os atores envolvidos no cenário conflituoso, não deixando de atribuir a responsabilidade da situação à antiga potência administrante, bem como chamando atenção para a instabilidade regional, cujo ator fundamental era a África do Sul. Ao mencionar o slogan da independência do país “a luta continua”, parece sintetizar que a crise não levaria Samora Machel a alterar seus objetivos, mas como solução, o editorial assume uma posição propositiva em que a crise conduzisse Samora Machel à prudência quanto a sua atuação no plano doméstico e internacional.

Ilustração IX Editoriais dedicados a Moçambique

Referências (Título, autor, data).	Moçambique amplia diálogo com Brasil Carlos Conde – Enviado especial ¹³ 07 de junho de 1980
Tema	Aproximação e estratégia Brasil Moçambique
Estilo	Intelectual/ Convergente
Natureza	Promocional/ “Notícia Dura”
Conclusão	Melhora do relacionamento entre os dois países comprovada pela doação de laboratórios de física, química e biologia ao Ministério da Educação de Moçambique.

Editorial 3

O editorial “Moçambique amplia diálogo com o Brasil”, de Carlos Conde, expõe preliminarmente a aproximação e estratégia para a consolidação das relações diplomáticas

¹³ CONDE, Carlos. Moçambique amplia diálogo com o Brasil. *O Estado de S. Paulo*. Disponível <http://acervo.estadao.com.br/procura/#!/Mo%C3%A7ambique+amplia+di%C3%A1logo+com+Brasil+/Acervo/acervo> Data de acesso:18/05/1017

entre Moçambique e Brasil, ressaltando a intenção de fortalecer as relações entre os dois países. Enquanto a África do Sul e a RENAMO se aliam, o diálogo entre Moçambique e Brasil é, ainda que tardiamente, ampliado. O editorial chama atenção para a resistência de Moçambique em estabelecer vínculos efetivos com o Brasil em decorrência do apoio brasileiro a Portugal para a manutenção do regime colonial. As informações que apontam para o estabelecimento de vínculos mais estreitos entre os dois países demonstram certa neutralidade ao não apoiar e nem condenar tal articulação de aproximação. Ou seja, o editorial não assume um papel de entusiasta de um diálogo maior entre os países, mas não expõe eventuais dificuldades no mesmo.

Ilustração X Editoriais dedicados a Moçambique

Referências (Título, data autor).	Moçambique enfrenta o desafio da democracia ¹⁴ Rafael Arcanjo Lima 18 de dezembro de 1994
Tema	Novas eleições e reconstrução do país
Estilo	Intelectual/Convergente
Natureza	Circunstancial / “Notícia Dura”
Conclusão	Surgimento propício para o investimento e no país após as eleições.

Editorial 4

Novas eleições e reconstrução do país é o editorial assinado por Rafael Arcanjo Lima, em 18 de dezembro de 1994. Aponta para os problemas decorrentes do período de guerra civil e também de colonização em Moçambique que relegou 70% dos 16 milhões de habitantes ao analfabetismo, inflação considerada alta para uma economia incipiente, baixa renda per capita, problemas infraestruturais e a necessidade de investimentos externos para acelerar o Programa de Reconstrução Nacional. Embora trace o panorama de dificuldades

¹⁴ Moçambique enfrenta o desafio da democracia (*O Estado de S. Paulo*, p. 26, 18. dez 1994) Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19941218-36950-nac-0028-int-a26-not/busca/Mo%C3%A7ambique+enfrenta+desafio+democracia> Acesso em 18/05/2017.

impostas ao país, o editorial aponta para as potencialidades no contexto pós-guerra, mencionando o posicionamento de seus dirigentes relativamente ao da RENAMO para viabilizar a convivência pacífica. Ao destinar atenção ao reconhecimento por parte dos líderes políticos que o socialismo não foi bem sucedido e frisando o posicionamento do diretor do Instituto brasileiro Voz Populi, que realizou pesquisas no decorrer do processo eleitoral em Moçambique, mencionando que “se o arranjo político trouxer melhorias econômicas – e a perspectiva é boa – a tendência é de estabilização”, o editorial sinaliza para o cenário positivo que se desenhava para o país, assumindo uma posição de apoio e expectativa favoráveis a Moçambique. Em síntese, embora exponha o legado da colonização e guerra civil enfrentada durante dezesseis anos pelo país, o editorial foca no contexto de reconstrução, contribuindo para uma percepção positiva com relação ao futuro do país, sobretudo para possíveis investidores, uma vez que os dados referentes aos potenciais dos recursos disponíveis são substancialmente citados.

Ilustração XI Editoriais dedicados a Moçambique

Referências (Título, data autor).	Brasil vai fazer parceria com países africanos ¹⁵ Aldo Renato Soares 09 de maio de 1996
Tema	Projetos de cooperação técnica com Moçambique
Estilo	Intelectual/Neutro
Natureza	Promocional/“Notícia Dura”
Conclusão	Capacitação de multiplicadores, apoio à micro empresas, atendimento a grupos vulneráveis. Articulação de parceiras para viabilizar projetos.

Editorial 5

Brasil vai fazer parceria com países africanos, é o título do editorial assinado por Aldo Renato Soares, em 09 de maio de 1996. Nele trata dos projetos de cooperação

¹⁵ SOARES, Aldo Renato. Brasil vai fazer parceria com países africanos (*O Estado de S. Paulo*. p. 18, 09. mai 1996) Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19941218-36950-nac-0028-int-a26-not/busca/Mo%C3%A7ambique+enfrenta+desafio+democracia> 18/05/2017

firmados entre, de um lado, o Brasil e, de outro, Moçambique e Angola. As dezenas de projetos de cooperação técnica, que são parte integrante do “novo enfoque do Itamaraty”, concentrando esforços nos países africanos inclusive através de parcerias para cooperação, levam a crer que tais atividades desempenhadas “nos países africanos que têm mais potencial econômico e afinidades comuns com o Brasil”. O texto enfatiza o posicionamento brasileiro referente à necessidade de aproximação com Moçambique e Angola e também na realização do processo de cooperação. Expõe ainda o posicionamento das autoridades brasileiras, tais como: o ministro Elim Dutra, então responsável pela Agência de Cooperação Brasileira, observando que “o grande desafio agora é transformar os soldados em profissionais das mais diversas áreas de trabalho”. Sem opor-se ou apoiar a iniciativa brasileira, o editorial expõe o novo contexto de atuação do Itamaraty relativamente aos países africanos com potencial e não estimula eventuais parceiros promovendo a atuação da Agência Brasileira de Cooperação, apenas menciona a operacionalização das atividades, mostrando-se, portanto, neutro.

Em síntese, os editoriais acerca da questão moçambicana apresentados pelo jornal *O Estado de São Paulo* entre 1976 e 1996, demonstram o deslocamento do posicionamento crítico ao posicionamento convergente e neutro. Importa ressaltar que foram elencados e analisados os editoriais publicados pelo jornal, que respeitassem o mesmo critério de cronologia de eventos, ou seja, os editoriais publicados nos anos considerados fundamentais na história política Moçambique. No cenário pós-independência, o posicionamento do jornal refletia o temor acerca da nova conjuntura política de Moçambique, são ressaltadas as dificuldades do novo governo considerando exclusivamente a existência do país após a obtenção de sua independência, deixando de considerar o legado deixado pela colonização portuguesa. O próprio título do editorial “Moçambique: muitos problemas a resolver” destaca o cenário negativo no qual se inseria o novo momento político do país, e contribui para que o leitor, ao ter o primeiro contato com a informação através de seu título, veja e compreenda o objeto analisado carregado de conotação negativa. Ainda que de fato se exponha uma conotação negativa acerca de determinado ator, se faz necessário expor os fatores que ocasionaram tal situação, e isso não foi feito neste editorial, demonstrando claramente o posicionamento do jornal relativamente aos processos de independência no continente africano – a metrópole

permanece incólume e o cenário nefasto é atribuído exclusivamente àquele que fora oprimido durante séculos. Enfatiza-se o posicionamento dúbio do novo governo com relação à conjuntura regional africana e a instabilidade interna fruto de conflitos étnicos; entretanto, desconsidera-se o protagonismo do colonialismo que condicionou o país à falta de preparo requerido para a transição política e condução da política externa. Imediatamente após a concessão da independência a Moçambique, a grande imprensa apresentou a inserção internacional do novo Estado no cenário internacional de forma crítica e temerosa.

A primeira crise interna vivenciada por Moçambique, no final da década de 1970, foi apresentada de forma neutra, o jornal não utilizou elementos contrários ou favoráveis à conjuntura do país, apenas expôs a necessidade de prudência por parte de Samora Machael. O jornal posicionou-se mais no sentido de orientação e indicação do que contestação ao novo momento político do país, distanciando-se da posição temerária do primeiro editorial destinado a expor a questão moçambicana.

Nos anos 1980, O Estado de S. Paulo adotou um posicionamento convergente à situação de Moçambique. Nessa nova década, o jornal não apresentou o país de forma entusiasta. No entanto, demonstrou como oportunos a aproximação e o estabelecimento de relações bilaterais mais efetivas entre o Brasil e Moçambique. Não foram apresentados elementos meramente negativos acerca do país situado na África. Embora existentes, tais aspectos referentes às situações social, econômica, infraestrutural e de manutenção da ordem interna, não foram destacadas como fatores cruciais ao estabelecimento efetivo das relações bilaterais Brasil- Moçambique. Chamou-se atenção para a resistência moçambicana de aproximação com o Brasil e apresentou Moçambique de forma convergente e não depreciativa.

Em síntese, em meados dos anos de 1970, Moçambique foi apresentado pelos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo de forma temerosa; nos anos 1980 o país foi apresentado de forma ora neutra, ora convergente. Já nos anos 1990, por sua vez, o jornal *O Estado de S. Paulo* apresentou Moçambique de forma convergente deslocando-se para uma percepção positiva das relações bilaterais, neste período, vão ser destacadas as potencialidades e oportunidades que, nos anos seguintes, se refletiriam no processo de cooperação técnica implementada por meio de parcerias.

Enquanto o Brasil vivia o processo de abertura do mercado interno e diversificação de parcerias internacionais, findava em Moçambique a guerra civil e dava-se início ao primeiro processo de consulta eleitoral democrático. Já em meados dos anos 1990, quando a Comunidade dos Países Lusófonos de Língua Portuguesa já havia se constituído, Moçambique foi apresentando pelo periódico de forma bastante peculiar, pois residia nas apresentações dos textos jornalísticos uma neutralidade envolta por aspectos que podem ser considerados positivos como, por exemplo, as oportunidades econômicas e políticas propiciadas pelo processo de cooperação técnica. Moçambique, juntamente com Angola passa a configurar o rol dos países africanos mais atrativos para a manutenção e estreitamento de relações bilaterais, pois, para os formuladores de política e tomadores de decisão brasileiros, o investimento do país dar-se-ia “nos países africanos que têm mais potencial econômico e afinidades comuns com o Brasil”. Ou seja, o jornal assumiu um posicionamento neutro, mas a enunciação e apresentação do posicionamento das autoridades brasileiras relativamente à questão moçambicana demonstrou as diretrizes da política externa brasileira para a região e contribuiria para o entendimento acerca do papel, da inserção, e significado deste país para o Brasil.

O jornal *O Estado de S. Paulo* apresentou a questão moçambicana entre 1975 e 1996 transitando entre a crítica, a neutralidade e alguma convergência com as notícias veiculadas na grande imprensa a respeito de Moçambique e Angola, embora, estas sejam quantitativamente baixas comparativamente às notícias veiculadas a respeito de outros países africanos.

Ilustração XII: Editoriais dedicados a Angola

Editoriais Angola	
Referências	“Aproxima-se a Independência de Angola, mas como será?” ¹⁶
(Título, data	Pierre Cayrol
autor).	09 de novembro de 1975

¹⁶ CAYROL, Pierre. Aproxima-se a Independência de Angola, mas como será? *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19751109-30868-nac-0223-999-223-not/busca/CAYROL> Acesso em: 12/05/2017

Tema	Processo de independência
Estilo	Intelectual/Crítico
Natureza	Circunstancial/“Notícia dura”
Conclusão	Palco parece imaginário, a teoria diplomática difícil de concretizar-se. Baixa probabilidade de os partidos políticos se unificarem e se reconciliarem em prol da independência. Possibilidade de internacionalização do conflito “risco a não se afastar”

Editorial 1

Aproxima-se a independência de Angola, mas como será? O editorial assinado Pierre Cayrol, então jornalista da *Agence France-Press* (AFP), uma das mais relevantes agências de notícias do mundo, e que foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 09 de novembro de 1975, em um domingo. Além de matéria estar ocupando a centralidade do caderno 11, buscou esboçar o panorama da concessão da independência a Angola. O jornal buscou apresentar as configurações de interesses dos partidos políticos organizados e o clima político e social do processo de independência que ocorreria nos dias seguintes. O editorial apresentou o processo de descolonização como um evento que não se coadunava à realidade do país, demonstrando implicitamente a existência de aspirações diplomáticas específica por parte de Portugal e uma realidade efetiva destoante. Foi apresentada a situação de baixa probabilidade de apaziguamento das rivalidades e alianças externas estabelecidas entre os diferentes partidos políticos que se organizaram no país. Mesmo apresentando o perfil do país, rico em petróleo e diamantes, o editorial apresentou o processo de concessão de independência de forma crítica e hesitante, justamente pela latente possibilidade de guerra civil. Chamando atenção para a neutralidade ativa de Portugal – que sempre assistiu passivamente os conflitos em suas colônias sem intervir. Em resumo, após apresentar os diversos aspectos que nortearam o conflito angolano e seus eventuais resultados, o jornal posicionou-se de forma crítica, chamando a atenção para a necessidade de implementar medidas efetivas para evitar a internacionalização do conflito.

Ilustração XIII: Editoriais dedicados a Angola

Referências (Título, data autor).	Angola Motiva Visita de Kissinger ¹⁷ 30 de janeiro de 1976 Sérgio Motta Melo
Tema	Viagem à América Latina motivada pelo conflito em Angola.
Estilo Natureza	Intelectual/Neutro Circunstancial/“Notícia dura”
Conclusão	Financiamento aos partidos opositores do MPLA. Equilíbrio mundial em risco argumentação de Kissinger.

Editorial 2

Angola Motiva Visita de Kissinger, é o editorial do dia 30 de janeiro de 1976, de responsabilidade de Sérgio M. Melo. Nele trabalha-se a questão do veto do Congresso Norte Americano à FNLA e UNITA. Traz à nota também a preocupação dos países da região relativamente ao envolvimento de Cuba no conflito angolano. Uma vitória do MPLA poderia resultar em instalações de bases soviéticas na região. Financiamento aos partidos opositores do MPLA pelos Estados Unidos era fruto do entendimento dos Estados Unidos que se envolvimento na questão tinha como motivação a segurança internacional. Equilíbrio mundial em risco é a argumentação de Kissinger. O jornal apresenta o apoio dos Estados Unidos aos opositores do MPLA de forma neutra.

Ilustração XIV: Editoriais dedicados a Angola

Referências	O Declínio Econômico de Angola ¹⁸
--------------------	--

¹⁷ MELO, Sérgio Motta. Angola Motiva Visita de Kissinger *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760130-30936-nac-0007-999-7-not/busca/motiva+visita+Kissinger> Acesso em: 12/05/2017.

(Título, data autor).	23 de março de 1986 James Brooke
Tema	Economia Angolana
Estilo	Intelectual/ Neutro
Natureza	Promocional/“Notícia dura”
Conclusão	Adequação da política de exportação do petróleo.

Editorial 3

Dez anos após a independência, Angola vivencia uma grande escassez de alimentos, produtos básicos, bens de consumo e uma moeda corrente sem valor expressivo. A década da independência foi também a década da guerra civil, que contou com apoio soviético e as guerrilhas apoiadas pela África do Sul. O texto aponta para o fato de que antes da independência o país contava com uma exportação equilibrada de café, petróleo e diamantes, dez anos depois a agricultura de subsistência passou a predominar no país enquanto a produção de café, diamantes gêneros alimentícios foi destruída.

O editorial apresentado por James Brooke chama atenção para os vários elementos que condicionaram o declínio do segundo maior país da África subsaariana: a evasão dos brancos, decorrente do cenário de conflito entre os partidos que ambicionavam o poder que ocasionou a queda das exportações de café, então concentrada nessa parcela da população. As minas de diamantes tornaram-se improdutivas e a exportação de alimentos caiu drasticamente. O orçamento consumido pelo cenário de guerra também é trazido à tona, por conta do gasto dispendioso para manter o suprimento dos contingentes militares. O texto menciona também a importância estratégica do petróleo, que no decorrer dos anos 1980 foi o único setor que manteve uma taxa crescente.

O editorial expõe a conjuntura econômica do país sem adotar um posicionamento neutro e sugerindo uma readequação relativamente à política comercial voltada à exportação de petróleo.

¹⁸ BROOKE, James. O Declínio Econômico de Angola *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19860323-34068-nac-0015-999-15-not/busca/decl%C3%ADnio+econ%C3%B4mico+Angola> Acesso em: 12/05/2017.

Ilustração XV: Editoriais dedicados a Angola

Referências (Título, data autor).	Angolanos já nem sabem por que guerreiam ¹⁹ Thomas L. Friedman
Tema	Evolução e permanência do conflito em Angola
Estilo Natureza	Intelectual/Crítico Polêmica/“Notícia dura”
Conclusão	Necessidade de pôr fim ao conflito de forma prática e efetiva. Em outras palavras, compreensão de que um ou outro lado das partes beligerantes deve perder o conflito, ainda que isso implicasse em um conflito maior.

Editorial 4

O editorial de autoria de Thomas L. Friedman, chama atenção para o fato de que quase duas décadas após os conflitos internos ocasionados pela disputa pelo poder, a motivação para a permanência da guerra em Angola se esvaiu, visto que os próprios cidadãos não entendem o motivo para a existência do conflito. Não só os cidadãos, mas as próprias lideranças políticas demonstram dificuldade em expor as razões da guerra. O texto ressalta o fato de que em um continente cheio de guerras insensatas, Angola se sobressai com o conflito mais insensato. A imprecisão acerca das motivações para a permanência do conflito assenta-se sobre as duas partes beligerantes. O editorial manifesta-se não só contrário à permanência da guerra, mas crítico relativamente à posição adotada pelas autoridades políticas locais. O aspecto polêmico apresenta-se ao propor um desfecho objetivo acerca do fim da guerra, sugerindo que, no limite, fosse necessário atuar de forma prática para um lado ganhar e o outro lado perder.

¹⁹ FRIEDMAN, Thomas L. Angolanos já nem sabem por que guerreiam. *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19960201-37360-spo-0012-int-a12-not/busca/Angolanos+j%C3%A1+sabem+guerreiam> Acesso em 19/05/2017.

A leitura dos editoriais dedicados a Angola mostra que a escrita tem como característica o estilo intelectual e se dividem entre o tom neutro e crítico. Sendo polêmicos, demonstram o claro posicionamento do jornal relativamente à questão abordada. Importa ressaltar a maior incidência de editoriais com natureza polêmica e tom crítico com relação a Angola do que com relação a Moçambique.

Com base nas análises dos editoriais e notícias veiculadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, verifica-se tanto o estilo quanto o direcionamento do jornal no que se refere ao seu público alvo; ou seja, a produção da notícia tem caráter intelectual e não tem como público alvo as classes populares. O jornal apresenta na estrutura de suas notícias o aspecto racional, que permite o acompanhamento do evento noticiado.

O jornal o *Estado de S. Paulo* lidou e apresentou os conflitos ocorridos em Moçambique e em Angola de forma crítica e, quando adotou o tom neutro ou convergente, o elemento noticiado tinha caráter circunstancial ou promocional.

As notícias e os editoriais não apresentam os dois países africanos de língua portuguesa de forma marginalizada, mas chamam atenção para o fator ideológico que permeou os conflitos internos nos dois países. Importa ressaltar que ambos os países analisados foram apresentados, na grande maioria das vezes, considerando o enquadramento regional de seus conflitos.

A análise quantitativa das notícias permite verificar a notoriedade e o grau de importância dada a uma determinada temática. Após o início dos anos 1980, houve um declínio constante das notícias sobre Moçambique e Angola, ainda que os conflitos tenham alcançado picos significativos no decorrer de toda a década. Importa ressaltar que embora os conflitos estivessem latentes no decorrer dos anos 1980, ocorreu uma diminuição considerável de notícias veiculadas em dois dos principais jornais do Brasil, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. Paradoxalmente, nessa mesma fase iniciaram-se os processos de cooperação entre o Brasil e estes países. No entanto, as informações noticiadas restringem-se, na grande maioria das vezes, às guerras civis e aos conflitos políticos e regionais, não se faz menção à implementação dos processos de cooperação técnica com os países.

Embora a construção das notícias esteja relacionada ao seu grau de noticiabilidade, houve o predomínio de *notícias duras*, aquelas voltadas para as temáticas de política e guerras. Ainda que o processo de cooperação seja um processo político e não se enquadre

na caracterização de *notícias amenas*, a preferência em noticiar o conflito em detrimento da cooperação revela, ainda que de forma indireta, o direcionamento específico que se tem ao abordar as temáticas relacionadas ao continente africano, uma vez que, mesmo diante do cenário de implementação dos processos de cooperação com Moçambique e Angola, poucas foram as menções de oportunidades feitas nos editoriais e notícias analisadas.

O impacto da notícia para o receptor, o leitor, tem um vínculo estreito com a representação que este faz da realidade. A análise das notícias mostrou que as referências feitas aos dois países são predominantemente neutras ou negativas, e que os próprios assuntos abordados são negativos, mesmo quando o contexto das relações diplomáticas Brasil-Moçambique e Brasil-Angola são formados por elementos positivos, como exemplifica a cooperação técnica. Em linhas gerais, após os anos 1980, os discursos e a realidade apresentada ao leitor possuem um viés pré-determinado, ainda que na realidade ocorram situações políticas positivas que poderiam ser difundidas e revertidas em benefício do Brasil e dos países analisados.

A leitura das notícias mostra ainda que, no caso de Moçambique, em sua grande maioria, as notícias dão mais visibilidade às questões político-partidárias, às alianças político-regionais do que ao efeito dos conflitos civis para a sociedade moçambicana. As Forças Armadas e a configuração de força do conflito são constantemente abordadas; as questões voltadas aos efeitos da guerra são minimamente citadas e apresentadas aos leitores e, quando o são, ocupam não mais do que três linhas. Entre outros fatores, a difusão exclusiva de temas pertinentes às guerras civis contribuem para que os leitores tenham em conta de que esses países são países *de* guerra, ou seja, contribui para que se crie um imaginário acerca da realidade dos mesmos de espaço violento e inviável.

A propagação continuamente veloz de arquétipos, estereótipos e preconceitos cristalizados no tecido social implica no monumental desafio ético ao trabalho do jornalista, que deveria considerar os efeitos da disseminação dos estigmas que marcam os mais distintos segmentos da sociedade, seja no âmbito de uma determinada nação ou mesmo entre povos de um mesmo continente (SILVEIRA, 2005, p. 34).

O discurso explica, exemplifica e constrói o real, a realidade. A imagem que se tem de um ator, é, portanto, resultado do imaginário. Nesse sentido, construiu-se um imaginário, uma forma de pensar a Europa bastante distinta daquele acerca da África, dos

países sul-americanos e asiáticos. Nesse último caso, por exemplo, a região asiática é apresentada como bem sucedida economicamente – não se levam em conta as diferenças e nem a exploração brutal a que são submetidos países como Vietnã e Camboja. De acordo com Maffesoli (2001, p. 76), o imaginário de Paris faz Paris ser o que é – não é sua realidade que é apresentada, mas a imagem que é percebida. Isso é uma construção histórica, mas também o resultado de uma atmosfera e, por isso mesmo, uma aura que continua a produzir novas imagens.

Por ser também coletivo e, portanto, pertencente a uma atmosfera, o imaginário se reflete na atuação da imprensa. Neste caso, importa ressaltar que as informações que serão transformadas em notícia e, embora sejam concretas, são influenciadas pelo meio no qual são construídas.

O objetivo primeiro da presente pesquisa consistia em analisar como o jornal *O Estado de S. Paulo* apresentou as guerras ocorridas em Moçambique e Angola, posteriormente, tal objetivo foi ampliado, visando trazer à tona um panorama da realidade dos dois países. A fim de tornar o quadro de análise mais completo, além da apresentação da evolução dos conflitos ocorridos nos dois Estados recém-inseridos no sistema internacional, foram investigados também os aspectos sociais que nortearam o desenvolvimento dos dois países emergentes de conflito. A edificação de um panorama mais abrangente permitiu apreender como um periódico considerado de referência lidou, apresentou e transmitiu à sociedade brasileira a realidade de dois países africanos de língua portuguesa.

Foram analisadas as notícias veiculadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* que tivessem como tema e trouxessem em seu título os termos Moçambique e Angola. Assim, a análise respeitou o período de 1975 e 1996, no primeiro caso, ano de independência dos países africanos de língua portuguesa e Timor Leste; no segundo caso, ano de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Objetivando o amplo entendimento de como esses países foram apresentados à sociedade brasileira, analisaram-se as notícias de todos os anos correspondentes ao período supracitado.

Os seguintes temas foram apresentados pelas notícias veiculadas: Independência, Guerra, Comércio e economia, Política Interna, Inserção Regional de Moçambique e

Angola Relações Brasil Moçambique, Relações Brasil-Angola, Desenvolvimento Social, Esportes, Cultura.

Entre 1975 e 1996, Moçambique apareceu em 2716 notícias, e foi apresentado como tema central 442 vezes. Amplamente divulgada, a independência do país foi, juntamente com a guerra que se seguiu, o tema mais abordado pelo jornal. Cabe lembrar que o periódico apresentou no ano de 1978 uma série de quatro reportagens sobre os primeiros trinta meses de governo de Samora Machael. Se por um lado a apresentação da conjuntura política do país favoreceu a disseminação do conhecimento acerca de seu histórico e da sua realidade pós-independência, por outro, não parece ter sido eficiente em edificar uma estrutura de noticiabilidade efetiva no periódico uma vez que entre 1978 (ano em que foi publicada a série *Moçambique*) e 1996, Moçambique foi citado e, não necessariamente objeto central de notícia, em média 105 vezes por ano nas páginas do jornal.

5 UBUNTO: AS RELAÇÕES BRASIL, MOÇAMBIQUE E ANGOLA

Nasce um novo e lindo país
Moçambique agora é só a realeza
Trocaram o ouro e a madeira
Pelo turismo e sua beleza
Trouxeram emprego e esperança
E outras fontes de riqueza

Para um povo que muito sofreu
Na mão de colonizadores
O país agora luta
Contra novos exploradores
Para que possam prosperar
Somente com sonhadores

Que a agricultura seja farta
E a pesca muito abundante
A mineração nunca se acabe
E o turismo irradiante
Num futuro promissor
Com a paz sempre reinante
(BRAGA, 2014, p. 41)

5.1 As primeiras investidas brasileiras em Angola e Moçambique

Ubuntu é o termo utilizado em alguns países africanos para caracterizar a essência dos indivíduos, agindo coletivamente em prol de um bem maior. Na filosofia africana refere-se à ideia de que o ser humano *é* porque todos nós *somos*, refletindo, portanto, humanidade dos indivíduos, a ideia de coletividade e a cooperação consciente. As iniciativas de cooperação do Brasil com Angola e Moçambique são capazes de refletir a

essência *ubuntu*, pois, mesmo pautadas primeiramente na lógica de interesses, não deixam de resultar em ganhos mútuos.

No contexto imediato pós-independência, Moçambique relutava em estabelecer relações diplomáticas com o Brasil. Nas palavras de Santos (2014), em 24 de julho de 1973, Guiné-Bissau se tornou independente e, a partir desse evento, o governo brasileiro criou uma política específica para avançar o seu relacionamento com os países africanos de língua oficial portuguesa. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola. Porém, relativamente a Moçambique, não eram registrados os mesmos avanços no estabelecimento das relações diplomáticas.

No decorrer dos anos 1960, o Brasil adotou, frente à temática da descolonização, um posicionamento passivo e favorável a Portugal, pois em 1953, o Brasil havia assinado o “Tratado de Amizade e Consulta com Portugal”, o qual estabelecia a realização de consultas prévias a Portugal no que se tratasse de interesses portugueses, bem como o acompanhamento de seus votos nos fóruns internacionais e, conseqüentemente, favoráveis à política externa portuguesa. Além da consulta prévia e votos pertinentes aos interesses de Portugal, o tratado restringia a relação do Brasil com as colônias portuguesas.

O posicionamento da política externa brasileira foi alterado a partir do governo Jânio Quadros, que tinha San Tiago Dantas como ministro das Relações Exteriores. Neste novo cenário, houve o declínio do alinhamento preferencial junto a Portugal e aos EUA, o que possibilitou a diversificação das relações internacionais. Mas, a partir de 1964, retornou-se ao alinhamento preferencial com Portugal, e o Brasil voltou a apoiar o colonialismo.

Objetivando ampliar, bem como mostrar a relevância dos países pertencentes ao continente africano, Gibson Barbosa realizou, em 1972, uma viagem que ficou conhecida como “embaixada voadora”, marcando um novo contexto nas relações com a África. Nas palavras de Santos (2014), Gibson Barbosa elaborou várias estratégias para redefinir o relacionamento com Portugal em relação às independências das colônias africanas, mas sem dissociar-se das posições portuguesas nas Nações Unidas.

Em 1973, em visita ao Brasil, Arsene Usher Assouan, ministro de Relações Exteriores da Costa do Marfim, chegou a afirmar o quão benéfico seria uma atuação do

governo brasileiro junto ao governo português no sentido de Portugal conceder a independência às suas colônias.

Ao nosso ver – declarou o ministro – o auxílio do Brasil deve vincular-se ao conjunto de problemas das colônias lusitanas na África e não somente ao reconhecimento. O Brasil, com mais de 150 anos de independência, é o melhor exemplo para Portugal de que o relacionamento se estreita quando desaparece a situação de país dominado e de dominador (África aguardando mediação. *O Estado de S. Paulo*, 10/11/1973, p. 17).

Os países africanos compreendiam a necessidade de uma atuação ativa do Brasil relativamente à manutenção da colonização portuguesa. Até a definição da ONU de que Portugal deveria conceder a independência a seus territórios ultramarinos, o Brasil acompanhou os posicionamentos de Portugal favoráveis à manutenção de suas colônias.

Por conta da postura política adotada desde a década de 1950, Moçambique, a partir de sua independência, relutava em estreitar os vínculos diplomáticos com o Brasil, alegando passividade e falta de apoio à luta pela soberania e independência das colônias portuguesas. Por estes fatores, a relação entre Brasil e Moçambique efetiva-se apenas entre 1979 e 1980, quando se assinam acordos de cooperação técnica.

O início do processo de cooperação técnica com Moçambique ocorreu em abril de 1979, data em que começou a ser elaborado conjuntamente o projeto de Implementação do Centro de Formação Profissional para Escritórios e Administração. Neste período, o Serviço Nacional de aprendizagem Comercial (SENAC), enquadrou-se como ator responsável por prestar o apoio técnico a Moçambique visando promover a formação de estrangeiros moçambicanos em serviços de escritórios, administração e comércio por meio da *Empresa Fictícia de Treinamento*, instalada em Moçambique.

Nos anos 1980, mais precisamente em 08 de junho de 1980, a visita oficial realizada pelo embaixador brasileiro Ramiro Saraiva Guerreiro foi marcada pela coadunação dos posicionamentos brasileiros e moçambicanos com compreensão mútua em torno da política internacional. Este é um dos Atos Internacionais que mais bem expressam a proximidade ideológica e os próprios vínculos entre o Brasil e Moçambique, e abarca as seguintes questões: reafirmação do posicionamento de seus respectivos países quanto aos propósitos da Carta das Nações Unidas e os princípios que norteiam o Direito Internacional, sobretudo as questões relativas à soberania, independência, integridade territorial dos Estados,

autodeterminação dos povos, não ingerência externa, renúncia ao uso da força para a solução de controvérsias e a condenação do colonialismo.

Adicionalmente foi constatado o sucesso da *justa luta de libertação* nacional na África Austral e solidariedade aos países da região por conta do direito à autodeterminação e independência nacional. E foi também constatada a importância da independência de Zimbábue para a região, fato que constituiria em elemento de grande importância para o estabelecimento da paz, e ambas as partes externaram sua satisfação com a vitória da independência país.

Importa ressaltar que os Atos Internacionais deste período tratam a questão das lutas de libertação nacional, autodeterminação dos povos, não ingerência como “causas *justas*”. Em diversas passagens do Ato Internacional acima mencionado, surge a terminologia *justo* para designar o esforço empreendido por países da África Austral e sudeste asiático em prol de sua libertação nacional.

Em linhas gerais, com relação ao Zimbábue, apoiou-se sua independência e, ao mesmo tempo, condenou-se a África do Sul pelas agressões contra Angola e Zâmbia. O repúdio à política do *Apartheid* e a defesa por sua extinção também foram manifestados. O apoio ao Timor Leste e ao Saara Ocidental recebeu destaque pela necessidade de fazer valer a autodeterminação dos povos. Com relação ao Oriente Médio constatou-se a necessidade de “solução duradoura e global do conflito”.

No Comunicado Conjunto Moçambique-Brasil, de 08 de junho de 1980, nota-se também o progresso das relações entre Brasil e Moçambique, constatando-se o benefício do prosseguimento da cooperação bilateral, técnica e afloramento das relações comerciais. E, por fim, ambas as partes manifestam seu apoio à ordem econômica mundial justa e equânime e a necessidade de prover o desenvolvimento de países..

Dando continuidade aos princípios de integridade territorial, não ingerência nos assuntos internos e autodeterminação dos povos, Brasil e Moçambique firmaram, em 1981, o Acordo Geral de Cooperação. Neste Ato são estabelecidas relações de cooperação econômica, científica, técnica e cultural. Em razão dele, constituiu-se ainda uma estrutura uma Comissão Mista Permanente para a cooperação econômica, técnica e científica.

O processo de cooperação técnica entre os dois países é caracterizado por ganhos mútuos, razão pela qual permite a melhor compreensão acerca do engajamento brasileiro

com o processo de cooperação técnica. Segundo o Artigo VIII do Ato Internacional de 15 de maio de 1987, que versa sobre o Ajuste Complementar ao acordo Geral de Cooperação, o aprofundamento da cooperação técnica na área das telecomunicações permite o “incentivo ao comércio bilateral de equipamentos e serviços na área de comunicações para o que manterão adequados o intercâmbio de informações”.

No decorrer do governo de José Sarney, foram mantidos os princípios de igualdade, não interferência, cooperação e solidariedade entre os Estados. Princípios estes defendidos nos governos brasileiros precedentes. Foram resgatados e reiterados os posicionamentos de ambos os países no início dos anos 1980, quando da visita de Ramiro Saraiva Guerreiro a Moçambique, permanecendo a contestação referente à política interna e externa da África do Sul, dada a manutenção do regime *apartheid*; a ingerência externa; invasão promovida pelo país em Angola; o banimento de diversas organizações democráticas que faziam oposição legal e pacífica ao regime do *apartheid* e a responsabilização da África do Sul pela quebra do Acordo Incomati e do Compromisso de Lusaka.

A partir de 1989, os acordos de cooperação são complementares ao Acordo Geral de Cooperação, de 1981. Os demais acordos preveem: cooperação na área da cultura, educação, artes, esportes e comunicação social; intercâmbio e cooperação científica, técnica e tecnológica no setor de minério, agrícola, agroindústria, bem como o estímulo de projetos de coprodução cinematográficos, cooperação técnica e científica nas áreas agrícolas, transporte, formação e apoio institucional.

5.2 Múltiplos temas: Moçambique nos editoriais do *O Estado de S. Paulo*

Independência

Foram constatados nos editoriais apresentados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* 27 notícias sobre o processo de independência de Moçambique. As notícias expõem o cenário de incerteza que poderia se seguir após a independência do país, a configuração de forças partidárias e os conflitos entre o governo de Samora Machel e seus opositores regionais. As notícias sobre a independência do país publicadas no ano de 1975 apresentaram o novo Estado como 43º membro da Organização da Unidade Africana, sem, no entanto, expor os

fatores que condicionaram a situação de crise política no país logo após a sua independência. Portugal permaneceu incólume nas notícias sobre o processo de independência veiculados pelo periódico, não sendo apresentadas as responsabilidades da ex-metrópole pela situação de crise que se seguiu após o alcance de sua autonomia política.

Ao assinar os documentos de transferência, o novo presidente do Banco de Moçambique Alberto Chissamo, disse que a independência não significa o rompimento entre Moçambique e Portugal. “Nunca combateremos o povo português – concluiu – mas sim, o regime colonial fascista” Moçambique herdou uma dívida externa de 570 milhões de dólares, cerca de quatro bilhões e meio de cruzeiros²⁰.

Os monumentos erigidos em memória dos heróis lusitanos encontram-se apeados ou destruídos. Boa parte das empresas industriais, comerciais, agrícolas e pecuárias foi abandonada. O êxodo não teve como simples motivo a transferência do poder, mas a insegurança que em quase todo o território se implantou, as vinganças e os assaltos, violações de mulheres e assassinatos indiscriminados de brancos e de pretos²¹.

Os editoriais enfatizam o cenário vivenciado por Moçambique sem resgatar sua história política, consequentemente, privilegia-se a perspectiva eurocentrada do processo de independência. Em outras palavras, a forma como foram veiculadas as informações nos editoriais, neutralizou o passado de uma sociedade em construção política e institucional, que, assim como as demais ex-colônias portuguesas se viram sozinhas no processo de condução política. A forma como foram apresentados os editoriais e notícias demonstra uma espécie de tendência de apresentar novos Estados na arena internacional. Embora as

²⁰ Arriada bandeira portuguesa em Moçambique. (*O Estado de S. Paulo*. p. 7, 25. jun 1975) Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750625-30750-spo-0007-999-7-not/busca/Mo%C3%A7ambique> Data de acesso: 12/05/017

²¹ Moçambique, muitos problemas a resolver *O Estado de S. Paulo*. p.181,22. jun. 1975) Disponível em:<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750622-30748-spo-0181-999-181-not/busca/Mo%C3%A7ambique> Data de acesso: 12/05/2017

realidades políticos-institucionais sejam distintas, o tratamento dispensado aos últimos países a serem descolonizados é horizontalizado, sendo-lhes requeridas implicitamente as mesmas condições relativamente às suas atribuições estatais. Um entendimento verticalizado do processo de emancipação política seria capaz de considerar as especificidades destes novos países.

A migração em massa dos colonos portugueses é um bom exemplo da forma como foram apresentadas as notícias sobre o país, pois não são trazidas à tona a realidade da população moçambicana e os antecedentes do processo de independência, bem como a permanência e administração portuguesa no território no decorrer de cinco séculos. O regime de trabalho forçado imposto à população moçambicana foi silenciado frente à migração dos colonos portugueses, por exemplo. Importa ressaltar que se atribui reiteradamente o cenário de crise à administração pós-independência e não à administração anterior.

A não apresentação do legado administrativo português limita a compreensão do leitor acerca dos desdobramentos políticos vivenciados pelo país, creditando a animosidade entre o governo e seus opositores à nova conjuntura política, e não aos aspectos históricos que norteiam a realidade do jovem Estado. Embora o periódico faça breve menção aos problemas econômicos e sociais deixados pela administração portuguesa, não são apresentadas as especificidades herdadas dos quinhentos anos de colonização.

Tanto no que se refere à independência quanto no que se refere condução da política interna, a questão do controle, da moralização e reeducação da população são expostas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, ainda que de forma indireta, demonstrando tanto um aspecto fundamental do partido político de oposição – objetivando o alcance do poder, quanto à concepção de revolução do governo de Samora Machal, que determinava uma efetiva emancipação e cisão com as concepções políticas, sociais e econômicas de Portugal.

A FRELIMO estava também empenhada em esmagar as estruturas tradicionais que, na sua opinião, já não serviam o povo. Todavia, esta perspectiva sobre a tradição era profundamente influenciada pelos antecedentes sociais dos líderes revolucionários, que aspiravam à modernidade e se ressentiam profundamente do facto de o colonialismo lhes ter negado o acesso total à mesma (SUMICH, 2008, p. 328).

De acordo com Lorenzo Macagno (2009), era necessário extirpar a mentalidade do “inimigo”, os vestígios coloniais, sendo necessária, a reeducação. Ainda segundo Macagno, “o objetivo de impor uma autêntica campanha pedagógica e moralizadora, a propaganda da Frelimo chegou a idealizar e a popularizar um desenho, cuja personagem, Xiconhoca, era o portador de todos os predicados que definiam o ‘inimigo’” (MACAGNO, 2009, p. 26).

A coerção implementada sobre a sociedade objetivava, na visão da Frelimo, a unidade da nação e, nesse sentido, houve o programa de Moralização das Forças Armadas, a instauração de Centros de Reeducação, a destituição dos poderes de Chefes Locais que, conforme já mencionado, possuem grande importância na estrutura social de algumas ex-colônias portuguesas, sendo, inclusive, um aspecto de resistência contemporânea aos padrões políticos dos países ocidentais no processo de reestruturação estatal.

A importância dos Chefes Locais (régulos) reside no fato de que estes representam a institucionalização do poder no país (embora, não legitimada pelos padrões ocidentais). Em linhas gerais, pode-se enquadrar a atuação dos régulos locais em três fases distintas: a primeira fase referente ao contato com o colonizador português, na qual prevaleciam os conchavos políticos para efetiva penetração lusitana nos territórios ambicionados; a segunda ocorrida no período pós-independência, onde o sistema de chefeatura auxiliava no processo de resistência nacional enfatizando a existência de uma cultura autônoma e, por fim, a terceira fase, na qual a atuação dos chefes locais busca resgatar valores sociais por meio do aspecto tradicional.

Neste sentido, é possível considerar que os recentes processos de construção da paz, por exemplo, demonstram o quão distintas podem ser as compreensões internas e externas acerca da edificação da paz em países emergentes de conflito, chamando atenção para as especificidades e demandas político-institucionais desses países que tiveram, em grande parte das vezes, seu passado obscurecido pelo discurso eurocêntrico.

Como nos lembra Necla Tschirgi (2014), os anos 1990, trouxeram consigo a reconfiguração dos conflitos internacionais. Ocupando o epicentro da arena internacional, os novos conflitos internacionais exigiam iniciativas que minorassem o risco de *spillover*, demonstrassem a efetividade da atuação da Organização das Nações Unidas e, eficácia das demais Organizações Internacionais nas resoluções dos crescentes conflitos. No início dos anos 1990, delineou-se, portanto, as estratégias de coordenação e atuação para construção

da paz, inicialmente, através do documento *Uma Agenda para a Paz*, de 1992. No entanto, diante da impossibilidade de abordar tais conflitos de forma sequencial, passou-se a reconhecer as limitações dos mandatos, requerendo um trabalho que envolvesse ajuda humanitária, segurança e desenvolvimento. Neste sentido, transcendeu-se a abordagem exclusivamente estatal e dando vassão às abordagens multissetoriais, fato que contribuiu para a ampliação dos processos de cooperação internacional.

Se por um lado o novo cenário ampliou em diversas frentes o processo de cooperação internacional e a atuação das Organizações Internacionais, por outro, edificou uma estrutura de atuação, governança ocidentalizada. Ainda segundo Tschirgi (2014), os programas e políticas implementadas nos países em conflito tinham como pilar os valores liberais, tais como: Estado de Direito, Direitos Humanos; boa governança, participação política, igualdade de gênero, mercado livre, transparência etc. Os princípios liberais aplicados às realidades políticas, sociais e econômicas distintas dos valores ocidentais, demonstravam um baixo alcance de metas estabelecidas.

A distinta compreensão das necessidades estatais logo se traduziu em necessidade de revisão da construção da paz sob o prisma liberal – estabelecido a partir de bases exógenas, ou seja, considerando o padrão determinado pela comunidade internacional.

Ao promover uma agenda liberal de construção da paz, a abordagem dominante tem apelado a estratégias internacionais diferenciadas, com base em esforços determinados pelo contexto, com sustentação local e sensíveis ao conflito, em colaboração com parceiros locais. Por seu lado, acadêmicos críticos têm progressivamente vindo a argumentar que, na melhor das hipóteses, a construção da paz pode produzir resultados híbridos em resultado do encontro entre a agenda liberal ambicionada e as dinâmicas políticas complexas em países afetados por conflitos (TSCHIRGI, 2014, p. 28).

Em linhas gerais, ainda que de suma importância, as três fases de atuação dos régulos locais são preteridas na história, no caso de Moçambique, ora por conta da penetração portuguesa no país, diluindo o poder das chefaturas, ora imediatamente após a independência do país, quando os régulos locais são destituídos de seus poderes, e, por fim, no período de reconstrução do país, quando deixaram de considerar as especificidades das instituições políticas tradicionais em detrimento da implementação de modelos

institucionais ocidentais, neste ultimo caso, não só relativamente a Moçambique, mas à maioria dos países emergentes de conflito.

Guerra

A questão *guerra* foi a temática mais explorada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* recebendo atenção entre 1975 e 1990. Ao todo, foram mapeadas 131 notícias de Moçambique a respeito da guerra entre a FRELIMO, a RENAMO e seus respectivos aliados. Em 1976, registraram-se 41 notícias sobre a guerra em Moçambique, o maior índice registrado entre os anos de 1975 a 1996, abarcando questões referentes ao comportamento de parte dos soldados frente às determinações disciplinares do presidente Samora Machel. Nos conflitos que se seguiram à Independência, os opositores ao governo da FRELIMO buscavam dividir o exercito e, assim, enfraquecer o governo. Os demais conflitos que se seguiram após a independência do país envolvem os países vizinhos contra o governo da FRELIMO e a atuação da ultima, contando com o respaldo de países como Cuba e União soviética.

O jornal *O Estado de S. Paulo* adotou uma abordagem focada na atuação dos Estados que se envolveram no conflito moçambicano. A atuação de demais atores no conflito foi proeminentemente noticiada pelo periódico. Entre esses países figuram: Cuba, União Soviética, África do Sul e Rodésia, que tiveram suas participações detalhadas, do envio de armas, instalação de bases militares, treinamento militar ao posicionamento acerca do *apartheid*. As notícias de tal natureza foram amplamente noticiadas em detrimento da difusão dos impactos para a sociedade. Em outras palavras, a guerra de guerrilha e a atuação dos atores internacionais no conflito Moçambicano obteve maior espaço no periódico do que seus impactos.

O periódico explorou de forma intensiva as correlações de forças e articulações político-ideológicas entre o governo e seus aliados, e a Renamo juntamente com a África do Sul e a Rodésia. As questões fronteiriças entre Moçambique e a Rodésia também foram difundidas. Relativamente ao posicionamento de Moçambique, foram trazidos à tona não somente as advertências recebidas por sua atuação contra seus inimigos internos e externos contrários com à Cuba, União Soviética e demais países socialistas, mas, também, foram

trabalhadas pelo jornal as hipóteses de uma *guerra racial*, e o potencial fator de instabilidade que a presença soviética poderia trazer ao continente africano. “Principalmente pela tática soviética de explorar situações favoráveis a seu objetivo de domínio mundial”²². O periódico, mais uma vez, não apresentou as causas do conflito, mas a existência do mesmo. Foram feitas menções sobre a política segregacionista de Ian Smith, mas a motivação para a luta contra a política do *Apartheid* e as consequências de tal regime não foram trazidas à tona, contribuindo para que o argumento da pretensa luta contra os países direcionados ao socialismo dominasse a agenda midiática.

As notícias publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* acompanharam a evolução do conflito moçambicano chamando atenção às acusações de combates nas fronteiras e os seus fechamentos, capazes de inviabilizar as relações comerciais entre Moçambique e Rodésia. Entre os fatores primordiais da guerra em Moçambique, encontra-se o apoio irrestrito obtido e prestado por Cuba. Além de receber o apoio militar cubano no decorrer da guerra, Moçambique auxiliou incondicionalmente os guerrilheiros atuantes nos países aliados à Remano. Importa ressaltar que a atuação dos governos socialistas raramente foi acompanhada por justificativas ou contextualizações para suas ações. No caso da Rodésia, por exemplo, foram apresentados os dados de seu comando militar, no entanto, a apresentação de tais dados não se mostra vinculada às motivações das atuações moçambicanas e cubanas na região.

O comando militar da Rodésia informou ontem que 29 guerrilheiros nacionalistas negros e 13 civis foram mortos nas últimas 48 horas. Dessa forma, eleva-se a 3.508 o número de guerrilheiros mortos em combate desde o início dos conflitos na Rodésia, há cinco anos. O comunicado do comando militar indica que cinco civis negros “que auxiliavam uma quadrilha terrorista” foram mortos durante um combate entre guerrilheiros e forças de segurança²³.

²² A decisão de Moçambique é condenada pela África do Sul. (*O Estado de S. Paulo*. p.6, 5. mar. 1976) Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760305-30965-nac-0006-999-6-not/busca/Mo%C3%A7ambique+condenada> Data de acesso: 22/05/2017.

²³ Cuba e Moçambique falam em agressão. (*O Estado de S. Paulo*. p. 13, 18. out 1977) Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19771018-31468-nac-0013-999-13-not/busca/Mo%C3%A7ambique> Data de acesso: 22/05/2017

Em 1976, foram publicadas 39 notícias sobre a guerra no país; em 1979, o número de notícias caiu para dez, declinando ano após ano e cedendo lugar a temas relacionados à política externa de Moçambique e à gestão doméstica do governo pós-independência. Somente a partir de 1984, os temas concernentes ao conflito voltaram à tona, tratando das negociações entre as partes em conflito, conclusão dos pactos de não agressão, como por exemplo, os acordos firmados entre Moçambique e África do Sul.

As remessas de armas à Moçambique intensificaram-se recentemente, segundo analistas norte-americanos e ingleses. Esses analistas acreditam que estes armamentos serão entregues às forças de guerrilheiros negros que lutam contra o governo minoritário da Rodésia, formado por brancos (objetivos desse governo) (...) “como se deu com Angola – disse um observador – a Rodésia representa para os russos uma oportunidade de mostrar à África negra que são eles, não os chineses, os que têm meios e vontade de apoiar as guerras de Libertação nacional”.

A partir da década de 1980, ocorreu um deslocamento significativo nas temáticas apresentadas pelo periódico, as notícias sobre a guerra (findada em 1992) cederam espaço às notícias sobre a aproximação Brasil-Moçambique, nomeadamente a respeito dos processos de cooperação técnica entre os dois países. A guerra passou a ser tema secundário na agenda de notícias do jornal, que deixou de privilegiar a centralidade do conflito em Moçambique, em prol da atuação conjunta dos Estados africanos envolvidos tanto com a contenção da ideologia defendida por Cuba e União Soviética, como apresentando o apoio destes países aos guerrilheiros atuantes no continente africano. Os impactos da guerra passaram a ser noticiados somente em 1987, expondo as táticas de atuação dos guerrilheiros no país, ou seja, os assassinatos, mutilações e violações realizadas contra a população, bem como, a degradação da população frente aos anos de conflito.

No início da década de 1990, o jornal *O Estado de S. Paulo* direcionou suas publicações às movimentações para a assinatura do acordo de paz. Cabe registrar que, a partir da década de 1990, nos editoriais onde é possível verificar os posicionamentos do periódico, não são apresentadas as oportunidades de investimento no país, advindas dos processos de cooperações técnica entre Brasil e Moçambique. O caráter noticioso atrelado à divulgação do posicionamento específico do periódico foi determinante. Seria possível difundir um maior conhecimento acerca da história de uma nação considerada “irmã” e, consequentemente possibilitar investimentos comerciais vantajosos para os dois países.

Embora o país estivesse em guerra e, portanto, o conflito interno fosse o principal tema abordado pelo periódico, um tom e uma forma distinta de abordar a questão trariam melhores oportunidades para ambos os países.

Em termos de política interna

As agressões, condenações, combates e acusações foram os principais temas apresentados pelo jornal até o início da década de 1980, quando - embora o conflito estivesse em vigor -, os impactos da guerra se tornaram proeminentes e, as medidas vinculadas de governabilidade e gestão estatal se tornaram notórias.

O governo da República Popular de Moçambique decretou ontem a dissolução da Cruz Vermelha local, passando à propriedade do Estado todos os bens, inclusive instalações e ambulâncias. Como parte do governo da Frelimo, foram estatizadas também todas as empresas funerárias²⁴.

Relativamente à política interna de Moçambique, foram mapeadas e analisadas trinta e nove notícias publicadas pelo periódico. As notícias versam sobre as novas diretrizes políticas do país, que dizem respeito tanto à necessidade de emancipação efetiva quanto as medidas de nacionalização empreendidas pelo governo.

O governo de Moçambique nacionalizou ontem a refinaria de petróleo Sonarep e sua companhia distribuidora Sonap, ambas de propriedade de empresas ocidentais, se apossando de todas as suas instalações e equipamentos. A refinaria avaliada em vários milhões de dólares integra a nova companhia estatal Petrolmoque. O governo anunciou que foram adotadas medidas para “evitar qualquer tentativa de sabotagem, destruição, prejuízo ou paralização contra as companhias nacionalizadas”.

O ministro da economia Marcelino dos Santos, anunciou pessoalmente a nacionalização nas instalações da Sonarep, localizadas nos subúrbios de Maputo, e conclamou o povo a manter a vigilância “porque nossos

²⁴ Moçambique sem a Cruz Vermelha (*O Estado de S. Paulo*. p.8, 22. ago 1975) Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750822-30800-nac-0008-999-8-not/busca/Mo%C3%A7ambique+sem> Data de acesso: 22/05/2017.

inimigos não se alegram com essa medida e planejarão a qualquer manobra para destruir essa conquista do povo de Moçambique”²⁵.

Uma revolução agrícola esta sendo realizada em Moçambique, ex-colônia portuguesa situada na África meridional, junto ao oceano índico. O sistema agrícola do país ficou enfraquecido, quando 90 % dos fazendeiros e pequenos agricultores portugueses que viviam no interior de Moçambique deixaram o país há dois anos, em consequência da independência da colônia (...). As propriedades agrícolas dos ex-colônos portugueses foram facilmente transformadas em fazendas agrícolas, devido à infraestrutura existente como maquinaria, silos e sistemas de irrigação. O agrônomo francês Denis Herbal, entusiasta do governo comunista moçambicano, foi contratado para criar um novo sistema agrícola em Niassa. “Os colonos portugueses empregavam os moçambicanos para trabalhar” afirmou Herbal. “Eles, porém nunca os ensinaram como e porque as máquinas funcionavam, o resultado é que agora, os moçambicanos sabem dirigir um trator, mas não conseguem consertar um pequeno defeito mecânico, caso seja necessário.”²⁶

A partir de dos anos 1981, com os processos de cooperação técnica empreendidos pelos Brasil, o setor agrícola recebeu significativa atenção através da formação de quadros técnicos, da recepção a empresários, e do fornecimento de corpo técnico de auxílio na utilização de maquinários. Este último aspecto é relevante dada a falta de preparo pela qual a população passou no decorrer dos anos de colonização.

Inserção Regional

Chama-se atenção para o alerta feito por Moçambique a respeito de seu estado total de guerra e confiança nos aliados naturais do país: Cuba, União Soviética e demais países socialistas. A grande problemática do rompimento das relações com a Rodésia, o fechamento de suas fronteiras, segundo o argumento rodesiano seriam as perdas comerciais,

²⁵ Empresas de petróleo são estatizadas em Moçambique (*O Estado de S. Paulo*. p.2, mai 1977) Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770503-31324-nac-0002-999-2-not/busca/Mo%C3%A7ambique> Data de acesso: 22/05/2017

²⁶ Moçambique tenta superar crise no setor agrícola (*O Estado de S. Paulo*. p.20, jan. 1978) Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19780105-31535-nac-0020-999-20-not/busca/Mo%C3%A7ambique> Data de acesso: 12/05/2017

considerando que quarenta por cento das importações e exportações passam por Moçambique²⁷.

A respeito da cooperação entre União Soviética e Moçambique relativamente ao fornecimento de armas, o governo norte americano entendia que tal cooperação respaldava-se na necessidade de conter o exercito “minoritário” da Rodésia formado por brancos. A forma como a correlação de forças é, neste caso apresentada pelo jornal, seguindo as análises norte-americanas e inglesas, não expõe o fato de que o governo Rodesiano era afeito ao regime do *apartheid* sul-africano. A notícia veiculada apresenta em detalhes a tipificação dos armamentos fornecidos e a sistematização de uma guerra de guerrilha, no entanto, não aponta profundamente as motivações para a investida moçambicana contra o governo rodesiano.

Relações Brasil- Moçambique e o Processo de Cooperação

O governo de Moçambique está interessado em conhecer a realidade brasileira no campo da saúde, segundo informou ontem, no Rio, o primeiro ministro da Saúde daquele país. Fernando Everardo Rosário Vaz (...) no encontro que manterá com os Ministros das Relações Exteriores e da saúde, Rosário Vaz transmitirá uma mensagem do governo de Moçambique, na qual expressa o interesse na criação de campos de cooperação em diversas atividades. O vice-primeiro-ministro lamentou que muitos negócios realizados entre o seu país e o Brasil sofrem influências do Ocidente e pregou a necessidade de ligações mais diretas, como por exemplo, no transporte aéreo.²⁸

O dinamismo da política externa brasileira, bem como o crescimento econômico e a estabilidade política, contribuíram para que o Brasil se firmasse no cenário internacional como um ator promotor de cooperação para o desenvolvimento; fruto este, entre outros

²⁷ MIDDLETON, Drew. URSS intensifica remessas de armas à Moçambique. *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760311-30970-nac-0007-999-7-not/busca/Mo%C3%A7ambique+armas> Data de acesso: 21/05/2017.

²⁸ Interesse de Moçambique (*O Estado de S. Paulo*. p.13, jul. 1980) Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19800726-32321-nac-0012-999-12-not/busca/Mo%C3%A7ambique> Data de acesso: 10/04/2017.

fatores, da busca de oportunidades para diversos setores nacionais. Relativamente ao papel exercido pelos países africanos de renda média e baixa, destacam-se Moçambique e Angola, sobretudo a partir dos anos 1990 por conta dos reflexos dos anos de guerra.

O processo de cooperação técnica internacional tem como *ethos* o aspecto humanista, que objetiva, como afirma Cervo (1994, p. 37), “preparar o homem para o domínio do conhecimento inerente ao controle do processo produtivo”. Tal tipo de cooperação tem como intenção transferir de forma não comercial técnicas e conhecimentos.

Entre os anos 1960 e 1990, passou-se a considerar a cooperação técnica um dos fatores capazes de modificar o perfil do desenvolvimento, sendo atribuída a este processo uma função específica: disseminar resultados sociais do desenvolvimento.

No Brasil, os processos de cooperação possuem um estreito vínculo com a política externa e, com o passar do tempo, ocorreu a evolução do próprio conceito, que passou da concepção de assistência técnica ao conceito de cooperação para o desenvolvimento.

Segundo Cervo (1994, p. 41), o conceito de cooperação no Brasil foi elaborado historicamente com base em três categorias de elementos: significado político; fins econômicos e *modos faciendi*. O primeiro aspecto, referindo-se a forma sintética e a essência da política exterior, realçava o caráter pacifista e não confrontacionista dessa política; no segundo caso, considera-se o alvo da cooperação, e ela era procurada buscando as metas de desenvolvimento em três níveis: indústria de base, a de transformação e a de ponta; por fim, *modus faciendi* representa o pragmatismo da política exterior caracterizava a conduta brasileira na captação e implementação da cooperação internacional.

A partir dos anos 1980, o Brasil passa de receptor a promotor de cooperação técnica internacional, caracterizando a diversificação de suas relações com países em desenvolvimento e, dessa forma, fortalecendo seus interesses no cenário internacional.

Nos anos 1960 havia significativa limitação ao apoio aos Estados em situação de vulnerabilidade. Para estes Estados, o principal atrativo passou a ser o auxílio prestado pelas Organizações Internacionais, como o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD) e a *Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial* (ONUDI), que focavam seus esforços no desenvolvimento de setores estratégicos destes países em desenvolvimento.

Segundo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), tanto o PNUD, como a ONUDI objetivavam capacitar tecnicamente os países em situação de vulnerabilidade atuando em áreas consideradas sensíveis e estratégicas, recrutando especialista para o desenvolvimento das atividades, e apoiando financeiramente a implementação de projetos.

Com o amadurecimento conceitual e prático relativo do processo de cooperação técnica, as Nações Unidas desenvolveram o conceito de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), ou também chamada de Cooperação Horizontal, opondo-se à ideia de cooperação norte-sul. Tanto os editoriais quanto o cronograma das relações Brasil-Moçambique demonstram o amplo interesse do ator receptor em estabelecer maior proximidade e estabelecimento de uma atuação mais autônoma que viabilizasse o compartilhamento de conhecimento em múltiplas áreas, capazes de contribuir para edificação institucional e estrutural de Moçambique.

Chamam atenção as iniciativas voltadas para o setor agrícola, cultural (cinematográfico), e a formação de quadros técnicos. O potencial agrícola do país não se coadunava ao preparo técnico para a promoção do desenvolvimento de tal setor; o aspecto cultural, por sua vez, parece, na atualidade, distante de seus propósitos. A formação de quadros técnicos, bem como os projetos relacionados à área educacional, configuram-se como principal escopo de atuação no processo de cooperação. A partir da análise dos dados disponibilizados pela Agência Brasileira de Cooperação, verificou-se que este quadro não se alterou, ou seja, a cooperação no cenário educacional é constante., como a ilustração abaixo busca resumir:

Ilustração XVI Cronologia das Relações Brasil - Moçambique

Atos Internacionais por anos	Cronologia das Relações Brasil Moçambique – Pautas de Atos Internacionais 1975-1991
1975	Independência de Moçambique – reconhecimento do novo Estado por parte do Brasil Estabelecimento de relações diplomáticas a nível de embaixada. Embaixadores: Antônio F. Azeredo da Silveira e Joaquim Alberto Chissano.
1980	Cooperação Técnica- Implantação de um Centro de Formação Profissional para

	Escritórios e Administração -Projeto de formação de estrangeiros. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) apoio técnico ao Ministério do Trabalho da República Popular de Moçambique. Acordo de Fornecimento de corpo técnico, <i>Know How</i>, maquinário. Visita oficial à Moçambique - Visita de Ramiro Saraiva Guerreiro à Moçambique a convite de Joaquim Alberto Chissano.
1981	Acordo Geral de Cooperação - Áreas: técnica, científica, econômica e cultural. Estabelecimento de uma Comissão Mista de Acompanhamento responsável por: acompanhar e dinamizar propostas.
1987	Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação de 15/09/81, no Campo das Comunicações Estreitamento dos laços de cooperação. Intensificação das missões técnicas e projeto referentes ao sistema de telecomunicações e postais.
1988	Comunicado Conjunto - A convite do presidente José Sarney, Joaquim Alberto Chissano realiza visita oficial e de amizade ao Brasil.
1989	Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação de 15 de novembro de 1981 - Fortalecimento de cooperação técnica na área de agricultura irrigada. O Acordo prevê o envio de missão para Moçambique, recepção de estagiários moçambicanos, troca de delegações de empresários, elaboração e implementação de projetos, formação profissional. Cooperação na área da cultura, educação, artes, esportes e comunicação social – desenvolvimento de ações projetos, programas de intercâmbio cultural. Protocolo complementar ao Acordo Geral de Cooperação no Campo da Meteorologia (em tramitação) - Cooperação científica, técnica e tecnológica no setor de minério, agrícola, agroindústria, agro exportação, setor de transporte Acordo de Coprodução Cinematográfica (em tramitação) apoio e estímulo de projetos de coprodução cinematográficas e para melhor conhecimento de suas realidades

	culturais e sociais. Protocolo Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica(em tramitação) cooperação técnica e científica nas áreas agrícolas, setor de minério, reabilitação industrial, setor de transporte, formação e apoio institucional. Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica (em tramitação) elaboração de programas, projetos de cooperação científica, técnica e tecnológica.
1991	Comunicado à Imprensa – Visita de Fernando Collor à Moçambique.

O início do processo de cooperação técnica com Moçambique ocorreu em abril de 1979, mês em que começou a ser elaborado conjuntamente o projeto de Implementação de um centro de formação Profissional para Escritórios e Administração. Neste período, o Serviço Nacional de aprendizagem Comercial (SENAC) enquadra-se como ator responsável por prestar o apoio técnico a Moçambique, visando promover a formação de estrangeiros moçambicanos em escritórios, na administração e no comércio por meio da “Empresa Fictícia de Treinamento” em Moçambique.

No início dos anos 1980, mais precisamente em 08 de junho de 1980, a visita oficial realizada pelo embaixador brasileiro Ramiro Saraiva Guerreiro foi marcada pela coadunação dos posicionamentos brasileiros e moçambicanos, com compreensão mútua relativamente à política internacional. Este é um dos Atos Internacionais que melhor expressam a proximidade ideológica e os vínculos entre o Brasil e Moçambique. Segundo o Comunicado Conjunto do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no que se refere às relações internacionais, tanto Ramiro Saraiva Guerreiro quanto Joaquim Alberto Chissano reafirmaram o posicionamento de seus respectivos países quanto aos propósitos da Carta das Nações Unidas e pelos princípios que norteiam o Direito Internacional: as questões relativas à soberania, independência, integridade territorial dos Estados, autodeterminação dos povos e não ingerência externa, renúncia ao uso da força para a solução de controvérsias, a condenação do colonialismo etc. Adicionalmente, foi constatado o sucesso

da *justa luta de libertação* nacional na África Austral e da solidariedade aos países da região por conta do direito à autodeterminação e independência nacional.

Assim como foi constatada a importância da independência de Zimbábue para a região, fato que constituiria em elemento de grande importância para o estabelecimento da paz na região, ambas as partes externaram sua satisfação com a vitória da independência do referido país.

Importa ressaltar que os Atos Internacionais deste período tratam a questão das lutas de libertação nacional, autodeterminação dos povos, não ingerência como “*causas justas*” em diversas passagens do Ato Internacional acima mencionado. Surge a terminologia “justas” para designar o esforço empreendido por países da África Austral e sudeste asiático em prol de sua libertação nacional. Em linhas gerais, em Zimbábue houve a satisfação pela independência, condenação da África do Sul pelas agressões contra Angola e Zâmbia, repúdio à política do *Apartheid* e sua extinção. Neste Ato Internacional, é evidenciado também o progresso das relações entre Brasil e Moçambique, constatando-se o benefício do prosseguimento da cooperação bilateral, técnica e afluência das relações comerciais.

Vale ressaltar o fato de que no início da década de 1970, o Brasil abstinha-se nos casos de condenação à política do *Apartheid*, ao apoio ao Timor Leste e ao Saara Ocidental, pela necessidade de fazer valer a autodeterminação dos povos. Com relação ao Oriente Médio, defendia-se a necessidade de “solução duradoura e global do conflito”.

Dando continuidade aos princípios de integridade territorial, de não ingerência nos assuntos internos e de autodeterminação dos povos, Brasil e Moçambique firmam, em 1981 o Acordo Geral de Cooperação. Neste Ato foram estabelecidas relações de cooperação econômica, científica, técnica e cultural. Constituindo, ainda, uma estrutura uma Comissão Mista Permanente para a cooperação econômica, técnica e científica.

O processo de cooperação técnica entre os dois países é caracterizado por ganhos mútuos, o que permite a melhor compreensão acerca do engajamento brasileiro com o processo de cooperação técnica. Segundo o Artigo VIII do Ato Internacional de 15 de maio de 1987, o Ajuste Complementar ao acordo Geral de Cooperação e o aprofundamento da cooperação técnica na área das telecomunicações permitem o “incentivo ao comércio bilateral de equipamentos e serviços na área de comunicações para o que manterão adequado intercâmbio de informações”.

No decorrer do governo de José Sarney, foram mantidos os princípios de igualdade, de não intervenção, de cooperação e de solidariedade entre os Estados defendidos nos governos brasileiros precedentes. Foram resgatados e reiterados os posicionamentos de ambos os países no início dos anos 1980, quando da visita de Ramiro Saraiva Guerreiro à Moçambique, permanecendo a contestação da política interna e externa da África do Sul, dada a manutenção do regime *Apartheid*, da ingerência externa, da invasão promovida pelo país em Angola, do banimento de diversas organização democráticas que faziam oposição legal e pacífica ao regime do *Apartheid*; e reiterada a responsabilização da África do Sul pela quebra do Acordo Incomati e do Compromisso de Lusaka por continuarem a apoiar as forças irregulares no território moçambicano.

Desenvolvimento Social e Cultura

Moçambique quer acordos com o Brasil para debater “formas de promoção de um intercambio cultural entre Brasil e Moçambique” chegou ontem em São Paulo o escritor e Ministro da Cultura moçambicano, Luís Bernardo Honwana, que atendeu a um convite da secretária da cultura, Bete Mendes, está no Brasil para prepara a reunião da Comissão Mista Brasil-Moçambique, destinada a estudar acordos entre os dois países na área técnica, científica e econômica. “Brasil e Moçambique tem objetivos comuns, querem melhorar as condições de vida de seus povos. Esta aproximação entre os dois países, portanto, é de grande importância.” – afirmou o ministro moçambicano. Ele vai levar a seu país um relatório completo sobre a campanha SOS Moçambique, lançada em São Paulo em maio deste ano. Honwana recebeu os promotores dessa campanha que tem por finalidade arrecadar fundos para socorrer as vítimas das secas que atingem uma parte do território moçambicano há seis anos.²⁹

Em consonância com os atos internacionais estabelecidos com Moçambique, o periódico em questão trouxe à tona as iniciativas de cooperação entre os dois países expondo a vulnerabilidade do país às catástrofes naturais, bem como, o auxílio recebido. Nas palavras de Christie e Hanlon (2001), no início da primeira década do século XXI, Moçambique continuava extremamente pobre, inserido na arena internacional como um

²⁹ Moçambique quer acordos com o Brasil (*O Estado de S. Paulo*. p.6, out. 1987) Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19871014-34549-nac-0006-999-6-not/busca/Mo%C3%A7ambique> Data de acesso: 19/05/2017.

“bom aluno” do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, continuando “na moda” entre a comunidade internacional doadora.

5.3 Múltiplos temas: Angola nos editoriais do *O Estado de S. Paulo*

Independência de Angola

A África está correndo perigo, de Christian D'Epenoux:

O apoio total concedido pela URSS ao Movimento Popular de Libertação de Angola ameaça romper o frágil equilíbrio africano às claras, e com obstinação desconcertante que põe termo à sua tradicional prudência, comprometeu-se a fundo no conflito Angolano. Face à provocação, os Estados Unidos começam a fungar. E o que se receava há meses já está acontecendo. A escalada soviética em Angola assume proporções alarmantes, que não permitem mais dúvidas quanto aos objetivos.

*A vez de Angola*³⁰

A capital de Angola tem bairros asfaltados e bairros pobres, de ruas de terra; os muceques. O país, como se sabe, é rico, tem petróleo, ferro, café, e detém uma posição estratégica para o domínio do Atlântico Sul. Por isso, na luta para chegar à América do Sul, Angola é essencial aos russos. Durante a guerra de guerrilhas, começada em 1961, por massacres diversos, firmaram-se em Angola três organizações subversivas que, hoje, disputam o poder às vésperas da independência... O poder nas ruas foi solto pelo MPLA, que o armou. Daí os massacres e assaltos em Luanda. Daí a perspectiva do Brasil dentro de pouco tempo, ter dois problemas a enfrentar:

A absoluta falta de uma política nacional em relação à Angola, onde uma nova nação está surgindo que pode ser nossa amiga ou nossa perigosa inimiga, nessa vizinha do outro lado da rua atlântica, porta que se abre para um grande Brasil chegar à África ou trampolim comunista para o salto sobre o Brasil – o trampolim que faltou em 1964 mas desta vez está

³⁰ LACERDA, Carlos. A vez de Angola 10/05/1975 *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750510-30711-nac-0007-999-7-not/busca/vez+Angola>
Acesso em: 19/05/2017

sendo preparado sem que se deem conta. E a prova de que não se dão conta é que os instrumentos de que o Brasil dispõe para ajudar Angola a ser uma nação democrática são silenciados e hostilizados. Exemplo: o general Spínola. A essa política do avestruz dá-se o nome de “realismo-pragmático” sob a alegação esfarrapada da “não ingerência nos negócios de outras nações” o Brasil se omite, e o que é pior, não só se omite como intervém contra os democratas portugueses. Com isto na prática ajuda os comunistas de Lisboa a tumultuarem o processo de formação de Angola como nação africana independente e alinhada com as nações ocidentais de tendência democrática.

A existência, no mundo de língua portuguesa, de duas nações dominadas pelo comunismo. Uma, através do governo e é Portugal. Outra, através do tumulto e da coação, que é Angola leva necessariamente à um êxodo de populações tangidas pelo terror e pela coação econômica, política e social.

A literatura concernente à atuação da URSS e dos Estados Unidos no continente africano não raramente atribui à União Soviética o papel de vilão do sistema internacional contra os Estados Unidos que detinham a “missão” de vigilância nos mais diversos contextos políticos (KHAPOYA, 2015). Embora seja de conhecimento geral, muitas vezes os discursos adotados tendem a negligenciar o fato de que ambas as superpotências estavam ávidas por moldar o sistema internacional respeitando suas próprias ideologias, cujo conteúdo consideravam como verdade única e exclusiva. Seguindo a tendência discursiva, o jornal *O Estado de São Paulo* posicionou-se conforme sua natureza conservadora, procurando chamar atenção dos leitores em suas manchetes, notícias e editoriais sobre o caráter nocivo da atuação dos países alinhados aos ideais marxistas.

Pairava no discurso jornalístico o temor pela disseminação de uma ideologia subversiva. Os editoriais e as notícias analisadas que traziam à tona os termos Cuba e União Soviética comumente foram apresentados demonstrando as potencialidades nocivas da atuação dos dois países, principalmente no continente africano, sem, no entanto, contrapor através de uma análise crítica (no caso dos editoriais) a forma de atuação norte-americana na região.

No caso do Brasil, no final da década de 1960 e o final da década de 1970, mais especificamente entre 1967 e 1979, o direcionamento específico da política externa relativamente ao continente africano foi permeado pelo vínculo a Portugal nas votações das Organizações Unidas acerca do colonialismo até o ano de 1973. Abstenções nos assuntos referentes à política do *Apartheid*, e, já no decorrer do governo Médici, uma postura de

maior alinhamento aos países africanos – decorrente da necessidade de reinserção do país no mercado internacional, que, por sua vez, viria a dar vazão à ampliação da cooperação sul-sul anos mais tarde.

Guerra

Angola é apenas o mais recente exemplo da expansão do poderio soviético na África. A URSS está instalando uma base aeronaval na Guiné, e enviando aviões para a Nigéria, a fim de estender no continente uma presença, que já está consolidada na Somália... Com um Executivo fraco e um Legislativo mal informado, é difícil agir eficientemente no exterior. A posição dos Estados Unidos começa a vacilar, em várias áreas. Embora se afirme com frequência que a teoria do dominó aplicada à Ásia foi um erro, a verdade é exatamente o contrário: os americanos foram incapazes de estabilizar as coisas. A ideia que a teoria do dominó preconizava é que a tomada do poder pelos comunistas vietnamitas teria impactos, repercussões profundas em toda a região do sudeste asiático³¹.

De acordo com a passagem do editorial supracitado, *vigilância*, *ingerência* e *estabilização* são os termos que bem expressam o posicionamento requerido dos Estados Unidos relativamente aos países africanos que possuíam como orientação política o Marxismo. A ideia de *vigilância* implícita no editorial reconhece os Estados Unidos como detentores da autoridade legítima de garantir uma ordem política específica, mesmo vivenciando as dificuldades políticas domésticas e, ainda assim, teriam como missão a estabilização dos demais atores do sistema internacional. Embora faça menção à região asiática, o editorial expressa seu posicionamento reiterando a necessidade de conter a expansão soviética na África. Portanto, até mesmo por conta de seu conservadorismo, possivelmente não adotaria outro posicionamento senão o de oposição às ideologias consideradas subversivas. A questão que se impõe não se assenta sobre uma possível crítica do posicionamento político adotado pelo periódico ou pela qualidade (inquestionável) de suas informações, mas sim, no fato de que a imprensa é componente fundamental dos

³¹ SULZBEERGER C. L. “Teoria do dominó” é confirmada da África –08/01/1976 O Estado de S. Paulo. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760108-30917-nac-0002-999-2-not> Acesso em: 19/05/2017.

processos de reflexão da história; e da maneira como são disseminadas a informações consolidam discursos universais, que, muitas vezes, podem distanciar-se de um entendimento sofisticado de múltiplos contextos.

Relações Brasil-Angola e o Processo de Cooperação

Angola gasta 60% de seu orçamento com a guerra, e agora assinado o acordo de paz com a África do Sul pretende investir na reconstrução. A UNITA ainda atua em Luanda, mas ninguém acredita que possa viver sem a ajuda sul-africana. É nessa reconstrução que o governo Angolano espera a participação brasileira. A construtora Norberto Odebrecht já constrói a maior barragem de Angola, Kapanda. E os angolanos querem que o exemplo se reproduza. Acenam com grandes perspectivas para as empresas brasileiras, na agropecuária, construção civil, indústria alimentícia e educação. Os investimentos brasileiros serão facilitados, não apenas pelos laços especiais que os angolanos querem ter com o Brasil, mas também pela profunda reforma econômico- financeira que o governo “de operação socialista” está promovendo³².

No decorrer do governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), o Brasil objetivou uma inserção no sistema capitalista capaz de contribuir para superação da situação de subdesenvolvimento. Entretanto, o acesso ao mercado internacional não se coadunava com anseios político-comerciais do país, fazendo-o buscar novas rotas de implementação de parcerias e de cooperação. Em linhas gerais, enquanto os países desenvolvidos e, conseqüentemente, com industrialização consolidada adotavam medidas protecionistas, o Brasil necessitava ampliar o grau de exportação, para que, dessa forma, ocorresse o superávit comercial. O foco, então, passou a ser regiões onde o país tivesse condições de obter vantagens comparativas capazes de promover sua expansão comercial. Nessa conjuntura, os países africanos tornaram-se um grande atrativo, fato que demonstra que os interesses comerciais transcendiam os discursos de aproximação por conta dos vínculos históricos e culturais. A esse respeito, por exemplo, já na década de 1980, Joaquim Chissano adotava um posicionamento bastante crítico, por conta do ressentimento existente

³² DOYLE, Hélio. Angola espera maior cooperação do Brasil –*O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19890126-34949-nac-0005-999-5-not> Data de acesso: 10/04/2017.

fruto do tradicional apoio do Brasil à política colonialista de Portugal nas décadas anteriores. Mesmo diante desse contexto e com as relações políticas menos intensas, Moçambique sempre fez reiteradas menções à amizade entre os dois países.

A ideia de união entre os países subdesenvolvidos mostrava-se latente não somente por meio do governo angolano de Agostino Neto. Cuba posicionava-se favoravelmente à união dos países subdesenvolvidos para demonstrar a capacidade de manutenção de seus governos e de crescimento econômico, findados os anos de colonialismo. No entanto, a verificação do conteúdo divulgado pelo periódico *O Estado de S. Paulo* demonstra quantitativamente a atenção dada ao envio de contingente militar a conflitos fronteiriços, em detrimento das concepções dos Estados que objetivavam sua emancipação concreta.

No que se refere à relação Brasil-Angola, o processo de aceleração de cooperação entre os dois países ocorreu em 1989, quando da instauração da “comissão de emergência” que objetivava ampliar e dinamizar a cooperação entre os dois países. O argumento fundamental que justificou tal processo de aceleração foi a perspectiva de paz no Sudoeste africano. Os presidentes da Braspetro, interessada na exploração de petróleo, e de Furnas, focada na melhora da transmissão do sistema de energia, acompanhavam neste período as discussões acerca do alargamento do processo de cooperação, resgatando os interesses fundamentais da aproximação como continente africano ao final da década de 1970.

Ilustração XVII Cronologia das Relações Brasil Angola

Atos Internacionais por anos	Cronologia das Relações Brasil Angola– Pautas de Atos Internacionais
1975	Independência de Angola – O Brasil é o primeiro país a reconhecer a Independência de Angola
1980	Acordo de Cooperação Cultural e Científica – prevê a cooperação mútua nos domínios da cultura, da educação e da ciência, da arte, dos desportos e de comunicação social. Estímulo aos estabelecimentos de ensino superior, concessão de bolsas de estudo. Acordo de Cooperação Econômica, científica e técnica – Promoção de cooperação

	econômica, técnica e científica entre os países visando contribuir com seus recursos naturais e humanos. O acordo prevê: intercâmbio de informações; aperfeiçoamento profissional projetos conjuntos em áreas científicas; o intercâmbio de peritos, cientistas a organização de seminários e conferências e o envio de equipamentos e materiais necessários à realização de projetos específicos.
1982	I Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral
1983	II Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral Ajuste Complementar “Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica Cooperação” prevê a regularização do abastecimento de Angola em bens alimentares e consumo corrente, matérias-primas, mediante exportação brasileira. Visa ainda promover a execução do Complexo Hidrelétrico de Capanda, cujas obras são realizadas por empresa brasileira. Financiamento da operação realizado via moeda alternativa de pagamento, créditos decorrentes da compra de petróleo angolano pelo Brasil. Fornecimento dos primeiros embarques de petróleo da Sonangol à Petrobrás, a serem efetuados a partir da data de assinatura do presente Ajuste. Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica objetiva estabelecer um mecanismo de colaboração no campo das comunicações, visando contribuir para o desenvolvimento do referido setor no país. Tal mecanismo de colaboração envolva: planejamento das comunicações; formação e treino de pessoal em correios e telecomunicações; supervisão, operação de serviços de telecomunicações e de serviços postais; desenvolvimento industrial e tecnológico e estudos de especialização. Acordo de Transporte Aéreo (em tramitação) exploração de serviços aéreos regulares.
1984	III Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral
1988	Comunicado Conjunto à Imprensa contrato de reestruturação da dívida de Angola para com o Brasil; Convênios de crédito, contrato de fornecimento de petróleo para o Brasil.
1989	Comunicado Conjunto à Imprensa 27 a 28 de janeiro de 1989, visita de José Sarney a Angola. Estreitamento dos laços de cooperação técnica, econômica, comercial e infra

	estrutural (barragem hidrelétrica de Capanda). Manifestação do posicionamento do Brasil posicionamentos quanto à conjuntura angolana e da África Austral. Acordo de Coprodução Cinematográfica (em tramitação) visa difundir, através da coprodução de filmes, o acervo cultural dos dois povos, além de promover e incrementar os interesses comerciais das indústrias cinematográficas respectivas. Acordo sobre a Ampliação das Instalações da Embaixada do Brasil em Luanda (em tramitação) Ampliação da Embaixada do Brasil e Luanda. Brasil se compromete a ceder, caso seja solicitado, um terreno para a representação diplomática de Angola. Acordo no Domínio dos Transportes Marítimos. (em tramitação) Incremento do intercâmbio comercial e promover o comércio recíproco mediante o fortalecimento e adequada proteção da estabilidade econômica das respectivas Marinhas Mercantes. As Marinhas Mercantes dos dois países têm direito de transportar prioritariamente as cargas que são objetos de intercâmbio comercial recíproco, assegurar a eficiência e a regularidade dos transportes marítimos e a adoção de tarifas de fretes adequadas e estáveis. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica na Área de Pesquisa Agrícola e Extensão Rural. (em tramitação) Cooperação entre o Brasil e Angola na área de pesquisa agrícola e extensão rural. Cooperação técnica, científica e tecnológica no campo agropecuário.
1991	Visita Fernando Collor á Angola. Análise do cenário interno de ambos os países e do cenário internacional destacando a situação e a necessidade de implementar reformas capazes de edificar uma sociedade democrática e plurirracial na África do Sul. As partes exprimiram sua profunda satisfação pelo excelente desenvolvimento do Projeto Capanda. Protocolo de Intenções na Área de Desenvolvimento Educacional. Cooperação técnica no âmbito da educação integrada da criança – experiência Centros Integrados de Assistência à Criança (CIACs) no Brasil.

1992	V Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral
1995	Acordo para Reescalonamento de Dívida. Normalização das relações econômico-financeiras, retomada, no último trimestre de 1995, do fornecimento de petróleo ao Brasil. O Brasil, por sua vez, acordou em reabrir a Angola os créditos de exportação, ao amparo do PROEX,
25/11/1996	Ata de Cerimônia de entrega da Contribuição do Governo do Brasil ao Programa de Reabilitação Nacional do Governo de Angola. Entrega da contribuição brasileira ao Programa de Reabilitação Comunitária e Reconciliação Nacional de Angola.

Assim como em Moçambique, o ano de 1980 marca o início da implementação do processo de cooperação técnica entre Brasil e Angola. A cooperação técnica na área cultural é predominante, visando à educação, à ciência, às artes e aos esportes. Importa ressaltar o processo de coordenação de atividades junto às instituições de ensino superior através da concessão de bolsas de estudo, fato que se coaduna com a formação de corpo técnico para posterior atuação nos quadros profissionais do país.

A promoção da cooperação econômica visava, no início dos anos 1980, contribuir com os recursos naturais e humanos, privilegiando-se o intercâmbio de informações, o aperfeiçoamento profissional, os projetos conjuntos em áreas científicas e o intercâmbio de peritos e cientistas.

Em 1983, o processo de cooperação passa a abranger os fatores de cunho infraestrutural, contemplando a atuação de empresas brasileiras em Moçambique e prevendo embarques de petróleo da Sonangol à Petrobrás. Neste mesmo ano, o campo das comunicações também recebe atenção, e o foco do processo de cooperação consiste na formação de pessoal para atuação no setor de telecomunicações e nos serviços postais, bem como na formação de recursos humanos para atuação nos desenvolvimentos industrial e tecnológico, e na exploração de serviços regulares aéreos do país.

Em meados de 1980, já se ambicionava uma plataforma continental em Angola para que fosse possível a exploração de petróleo mediante contrato de risco. “Por intermédio da subsidiária Braspetro, pretende a Petrobras desenvolver em Angola política idêntica à

exercida na Argélia, caracterizada por participação no esforço exploratório com vistas a obter maior volume de fornecimento de petróleo” (O Estado de S. Paulo, 20/06/1980, p. 25).

Já no final da década, em 1988, são estabelecidos contratos de crédito e de reestruturação da dívida angolana com o Brasil. O contrato de reestruturação da dívida deveu-se à situação política pela qual Angola passava, necessitando concentrar todos os recursos disponíveis para a defesa soberania do país. Como forma de demonstrar apoio à causa, o Brasil se dispôs a realizar negociações econômicas que minorassem os efeitos econômicos do conflito em Angola.

Houve o reconhecimento por parte do Governo brasileiro referente ao reforço das relações econômico-comerciais entre os dois países, além da manifestação do governo angolano em prosseguir no Programa de Saneamento Econômico e Financeiro, capaz de dinamizar as estruturas produtivas e propiciar sua integração na comunidade financeira internacional. A avaliação era de que o incremento da participação de empresas brasileiras nos programas de desenvolvimento da economia angolana poderia ser mais promissor, principalmente quando considerada a posição de Angola no contexto de desenvolvimento da África Austral. No referido ano, foi ampliado o fornecimento de petróleo angolano para o Brasil e o governo brasileiro manifestou seu interesse em intensificar os vínculos no setor petrolífero com aquele país.

O ano de 1989 mostrou-se intenso, tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos, evidenciando o estreitamento dos laços de cooperação técnica, econômica, comercial e infraestrutural entre os dois países. Tanto questões econômicas, quanto questões culturais foram amplamente beneficiadas. No âmbito cultural, aumentou o interesse pela produção cinematográfica, como vistas a criar e difundir matéria cultural entre os dois países. Neste mesmo ano, houve a ampliação da Embaixada do Brasil em Luanda e o fortalecimento e a adequação da proteção da estabilidade econômica das respectivas marinhas mercantes. E, por fim, estabeleceu-se a cooperação entre o Brasil e Angola na área de pesquisa agrícola.

Em 1991, Fernando Collor visitou Angola a fim de analisar o cenário político do Brasil, de Angola e da arena internacional. Além de avaliar o desenvolvimento do Projeto

Capanda³³, principal projeto de cooperação Brasil-Angola. A construção da Hidrelétrica de Capanda foi de suma importância por conta de seu gigantismo, uma vez que era considerada a principal obra de infraestrutura do continente, envolvendo setor público e privado de outro país. O Projeto Capanda norteou os primeiros processos de internacionalização de empresas brasileiras, como, por exemplo, o processo de internacionalização da empresa brasileira Odebrecht. A partir de então, o incentivo do governo brasileiro passou a ser cada vez maior para que iniciativa privada participasse do processo de reconstrução do país. O posicionamento da imprensa brasileira com relação à visita de Fernando Collor a Angola foi de intensa crítica, por considerá-la inoportuna e desnecessária, mesmo tratando-se de um processo de cooperação fundamental para o Brasil e Angola. Para o Brasil, tal processo representava a abertura para os processos de internacionalização de empresas brasileiras, que se reverteria em ganhos para o país. Para Angola, o processo de cooperação mostrava-se fundamental para edificar a infraestrutura comprometida do país.

Mapeando as notícias publicadas em 1975, 1985 e 1995, é possível notar que quantitativamente, as notícias acerca de outros países do continente africano sempre superaram as notícias publicadas sobre Moçambique e Angola.

O jornal *O Estado de S. Paulo* apresentou 190 notícias sobre Moçambique no ano de 1975; 607 notícias sobre Angola; 917 notícias a respeito da África do Sul, e 686 notícias relativas ao Egito. A disparidade percebida numérica registrada é mantida nas décadas posteriores. A título de comparação, foram apresentadas no mesmo período um número expressivamente maior de notícias de outros países da região, que, comparativamente, possuem um número menor de atos bilaterais com o país, demonstrando, ainda que implicitamente, uma visibilidade maior do que aos países considerados importantes por conta de seus vínculos histórico-culturais.

Tabela I

1975	País	Número de notícias	1985	País	Número de notícias	1995	País	Número de notícias

³³ O Projeto Capanda caracterizou-se como mais importante projeto de infraestrutura de Angola e a pedra angular da cooperação Brasil-Angola e demonstrava a possibilidade de cooperação sul-sul.

	Moçambique	190		Moçambique	119		Moçambique	60
	Angola	607		Angola	169		Angola	137
	África do Sul	917		África do Sul	1152		África do Sul	655
	Guiné Bissau	49		Guiné Bissau	16		Guiné Bissau	20
	Cabo Verde	189		Cabo Verde	245		Cabo Verde	277
	Guiné Equatorial	6		Guiné Equatorial	-		Guiné Equatorial	2
	São Tomé e Príncipe	45		São Tomé e Príncipe	23		São Tomé e Príncipe	32
	Egito	686		Egito	520		Egito	509
	Líbia	208		Líbia	251		Líbia	99
	Arábia Saudita	337		Arábia Saudita	220		Arábia Saudita	122

Organizado por GALDINO, C. F Fonte: O Estado de S. Paulo

No ano de 1975, nenhum ato bilateral foi celerado entre o Brasil e a África do Sul, igualmente não foram registrados acordos bilaterais em 1985 e 1995. Em linhas gerais, o Brasil possui 26 atos bilaterais junto à África do Sul. No caso do Egito, seguindo o período estabelecido para análise quantitativa da publicação de notícias sobre os países africanos no jornal *O Estado de S. Paulo*, verificou-se que somente em 1985 foram firmados atos bilaterais, mais especificamente dois atos entre os vinte existentes. No caso de Angola foram contabilizados respectivamente setenta e três atos bilaterais firmados desde o estabelecimento das relações diplomáticas e, relativamente a Moçambique, foram contabilizados, desde o estabelecimento das relações diplomáticas até o ano de 2015, 99 atos bilaterais com o Brasil.

A análise de tais dados reforça o entendimento de que a difusão das notícias sobre Angola e Moçambique, por esse veículo de comunicação, não se coaduna quantitativamente ao grau de relacionamento estabelecido com Brasil. Em outras palavras, o grau de noticiabilidade dos dois países africanos não acompanha o seu grau de importância política e/ou econômica para o Brasil. Ademais, conforme a análise dos editoriais, são apresentadas com maior notoriedade as questões concenentes às instabilidades políticas do que as potencialidades de ganhos econômicos, frutos da relação entre o Brasil e os dois países.

5.4 Indicadores socioeconômicos

O acompanhamento do desenvolvimento de países emergentes de conflito configura-se como fator de grande relevância para uma compreensão melhor das opções e

estratégias adotadas de edificação estatal. O presente subitem visa realizar uma avaliação comparada bastante ligeira e baseada exclusivamente em dados gerais acerca dos resultados de desenvolvimento de variados países, mais especificamente, Brasil, Estados Unidos e países africanos, tais como: África do Sul, Angola, Moçambique, Nigéria, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial. O objetivo é apenas o de situar Moçambique e Angola no cenário internacional, com isso buscando compreender melhor a relação entre independência tardia, conflitos intermitentes e desenvolvimento sócio-econômico.

Tabela II PIB Per Capita

	PIB Per Capita					
País	1990	1995	2000	2005	2010	2015
África do Sul	10364	9730	9927	11151	12092	12390
Angola	4806	3245	3831	4311	6492	6937
Brasil	10246	11012	11308	12197	14406	14455
Cabo verde	1660	2423	3803	4647	5971	6296
Estados Unidos	37062	39476	45986	49762	49373	52549
Guiné- Equatorial	1125	1045	1132	1199	1171	1135
Guiné-Bissau	1505	1573	1286	1260	1327	1367
Moçambique	375	370	556	735	914	1116
Nigéria	3030	2740	2836	4129	5123	5639

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Em Angola, entre 2003 e 2008 a demanda por petróleo contribuiu significativamente para que a receita do país alcançasse crescimento expressivo e, dessa forma, fosse possível investir na reconstrução do país, sendo o investimento público o elemento propulsor de crescimento do Produto Interno Bruto. Segundo Rocha (2014, p.5), foi então possível investir na reconstrução/modernização das infraestruturas materiais da economia e dar assim início a uma fase em que, a par das exportações de petróleo.

A partir dos anos 1990, as taxas de crescimento do continente africano passaram a crescer. De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento, em 2014, a expectativa de crescimento para os países da região era de 6%, com possibilidade de duplicar até o ano de 2026. Ainda de acordo com os dados da Organização, entre 1990 e 2000, a taxa média de crescimento foi de 3,4%; entre 2000 e 2013, o crescimento médio foi de 4,6%, seguido 5,1% em 2014.

O quadro de crescimento constata estimula os processos de investimentos estrangeiros nos países pertencentes ao continente. O Banco Africano de Desenvolvimento atribui o crescimento da região à consolidação de governos estáveis, ambientes comerciais favoráveis, bem como o surgimento de uma classe média. Os dados abaixo apontam parecem apontar nessa direção.

Tabela III Índice de desenvolvimento Humano IDH

	Índice de desenvolvimento Humano IDH					
País	1990	1995	2000	2005	2010	2015
África do Sul	0.621	0.653	0.629	0.609	0.638	0.666
Angola	-----	-----	0.391	0.439	0.495	0.533
Brasil	0.611	0.649	0.685	0.698	0.724	0.754
Cabo verde	----	-----	0.562	0.596	0.632	0.648
Estados Unidos	0.860	0.877	0.884	0.898	0.910	0.920
Guiné- Equatorial	0.271	0.290	0.322	0.356	0.385	0.414
Guiné-Bissau	-----	-----	-----	0.388	0.410	0.424
Moçambique	0.209	0.230	0.298	0.353	0.397	0.418
Nigéria	----	-----	-----	0.466	0.500	0.527

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

A medida comparativa e classificatória apresentada por meio do Índice de Desenvolvimento Humano aponta o grau de desenvolvimento dos Estados que compõem a arena internacional, classificando-os como altamente desenvolvidos, ou seja, com desenvolvimento humano muito alto; em desenvolvimento, classificando-os com desenvolvimento médio e alto, e, por fim, países com desenvolvimento humano baixo. Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Nigéria só passaram a ter seus dados divulgados a partir da década de 2000.

Um aspecto que chama atenção é o baixo distanciamento entre o grau de desenvolvimento do Brasil com relação à África do Sul que, em 1990 e 1995, possui um grau mais elevado do que o Brasil. Moçambique, país com o qual o Brasil possui vasto número de iniciativas de cooperação dobrou o seu posicionamento de desenvolvimento no mesmo período. Importa ressaltar que “a cooperação técnica é o eixo do relacionamento do Brasil com Moçambique, havendo parcerias em áreas como saúde, agricultura, educação e formação profissional. Alguns dos projetos de cooperação bilateral com Moçambique estão dentre os de maior vulto já realizados pelo Brasil” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL). A Nigéria também possui um resultado peculiar, além de figurar entre os dez principais parceiros comerciais do Brasil, sendo, o principal no continente africano.

Nas palavras de Cierco e Belo (2016), na Nigéria a pobreza, a corrupção generalizada, a ausência de autoridade, os conflitos étnico-religiosos mostram a incapacidade que o país tem de lidar com a instabilidade clima de insegurança. Dessa forma, os lucros advindos do petróleo foram e são incapazes de inserir a população em um ambiente de constante desenvolvimento. O petróleo abundante condiciona o país à dependência, atrelada à ineficiência de gestão, traduzidos nos indicadores de pobreza, mortalidade infantil, falta de saneamento básico, baixa expectativa de vida e sensação de insegurança da população, condicionam seus baixos índices de desenvolvimento.

Tabela IV Investimento Estrangeiro Direto %

	Investimento Estrangeiro Direto %					
País	1990	1995	2000	2005	2010	2015
África do Sul	-0.1	0.8	0.7	2.5	1.0	0.5

Angola	-3.3	9.5	9.6	-4.6	-3.9	8.5
Brasil	0.2	0.6	5.0	1.7	4.0	4.2
Cabo verde	0.1	5.4	6.2	8.3	7.0	4.6
Estados Unidos	0.8	0.8	3.4	1.1	1.7	2.1
Guiné- Equatorial	0.7	0.0	0.3	3.6	2.1	1.3
Guiné-Bissau	0.8	0.0	0.2	1.5	3.1	1.7
Moçambique	0.4	1.8	2.8	1.6	12.4	25.3
Nigéria	1.9	3.8	2.5	4.4	1.6	0.6

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

De acordo com o Programa de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, o resultado referente à soma das importações e das exportações de bens e serviços configura-se como indicador elementar para averiguação da abertura comercial ao exterior, bem como o grau de dependência dos produtores domésticos relativamente à demanda externa, e dos consumidores internos e produtores sobre as importações.

Grande parceiro comercial do Brasil, Angola é o país que possui maior visibilidade nas notícias referentes ao comércio brasileiro com o continente africano. Angola é um país dependente do setor petrolífero e vulnerável às oscilações do mineral; no entanto, são os investimentos estrangeiros que contribuem para que sejam crescentes as perspectivas de crescimento do país. De acordo com Mendes (2013), diversas iniciativas incentivam o setor privado a investir em projetos de desenvolvimento econômico e social no país. Holanda, Estados Unidos, Bélgica, China e Reino Unido, junto com Brasil e Portugal, formam o rol de atores com intensa participação nos investimentos do país.

Cabo Verde atua intensivamente no primeiro setor, assim como a grande maioria dos países em processo de desenvolvimento. Relativamente aos investimentos, o setor turístico apresenta-se como setor promissor, mas ainda pouco explorado doméstica e internacionalmente em termos de investimento. Já Guiné-Bissau possui uma estrutura igualmente direcionada ao primeiro setor, com potencial de explorar o setor turístico, no

entanto, seus potenciais são ofuscados pela instabilidade política do país que compromete seu desenvolvimento sustentável. O declínio no grau de investimento estrangeiro direto entre os anos de 2010 e 2015, expõe o cenário complexo para o crescimento efetivo e, maior participação estrangeira na promoção do desenvolvimento do país. Importa mencionar que, atualmente, Guiné-Bissau é o país membro da CPLP que mais carece de reformulação em sua estrutura administrativa, para assim se tornar um polo atrativo de investimentos e, também, conseguir lidar com suas atribuições político institucionais de forma eficiente.

As atividades econômicas de Moçambique, voltadas para subsistência de seus habitantes, não difere da estrutura produtiva dos demais países africanos. Segundo Mendes (2013), há um movimento do governo moçambicano para dotar o país de infra-estrutura em setores como o de energia elétrica e de ferrovias que interligam o país a seus vizinhos, justamente para viabilizar a ampliação dos investimentos estrangeiros no país; razão pela qual, assim como Singapura (22.3) e Irlanda (85.5), o país apresentou significativo aumento na obtenção de investimento estrangeiro direto.

Os dados concernentes ao crescimento e potencial de investimento dos países africanos dificilmente ocupam local de destaque na mídia impressa. Conforme exposto, dentre os países africanos de língua portuguesa, relativamente às informações comerciais, Angola é o ator que possui maior destaque referente às oportunidades de investimento. Não só as questões de cunho comercial e oportunidades de negócios, mas as notícias acerca dos países pertencentes ao outro lado do Atlântico, comumente referem-se às instabilidades políticas e conflitos regionais.

Ainda que existam economicamente oportunidades de negócios, essas são silenciadas. Ainda que existam instrumentos e iniciativas para maior proximidade com os países pertencentes ao continente africano, são poucas as notícias (que podem ser consideradas positivas) que se têm destes países. Segundo Fiorin (2009, p. 152) “não existe objeto que não seja cercado, envolto, embebido em discurso, todo discurso dialoga com outros discursos, toda palavra é cercada de outras palavras”, neste sentido, o “pensar” África ainda é permeado por discursos que não correspondem integralmente à realidade da região, pois na mídia impressa, ainda há colonialidade do saber, contraproducente para emancipação do pensamento, da visão e do discurso de países do sul.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expropriação realizada na África subsaariana transcende a materialidade e alcança o patamar mais profundo que compreende a existência de uma comunidade politicamente organizada: o silenciamento. A configuração política, econômica e social da África subsaariana é fruto dos discursos que foram responsáveis por edificá-la, tal como ainda hoje é apresentada, enaltecendo os aspectos negativos em detrimento de suas potencialidades. Suprimiram-se de tais atores estatais o espaço e a possibilidade de *fala*, razão pela qual, o discurso aparece como ferramenta primeira de sua subjugação. Os detentores de poder, usufruindo seus espaços privilegiados de fala, “construíram” a história dessa região do continente africano.

O primeiro movimento de “construção” da História dessa região data do século IX, tendo como pilar os fatores religiosos respaldados na teoria hamítica. A teoria hamítica foi precursora no estabelecimento da classificação entre os homens tendo como base suas características anatômicas. Importa ressaltar que além da tradição oral, a tradição escrita da região norte do continente africano contribuiu tanto para a difusão quanto para a legitimação desse pressuposto teórico, utilizado séculos mais tarde para promover e justificar a exploração humana e material através da escravidão.

Discursos criam discursos; e discursos criam a realidade. Por este motivo, pode-se viabilizar a construção ou desconstrução de um ator. Historicamente, os países africanos situados ao sul do continente sofreram o processo de desconstrução por meio de narrativas; durante séculos, foram desconsiderados o passado e o presente dessa região, sendo necessário, na contemporaneidade, descolonizar o conhecimento eurocentrado que se têm sobre esses países. Assim, não basta o colonizador deixar o espaço político, mas deve ainda ser vencido, pelo colonizado, na constituição das mentalidades, das visões de mundo.

Por conta do processo de escravidão e de suas externalidades, a inserção portuguesa em Moçambique e em Angola logo conduziu os dois países à desestabilização, à expropriação e à marginalização. Portugal foi incapaz de conduzir seus territórios ultramarinos à mínima condição de desenvolvimento. Portugal sempre almejou ocupar lugar de relevo no sistema internacional, entretanto, suas características e condições

políticas e econômicas o caracterizavam, muito mais, como um Estado periférico situado no centro.

Os países que alcançaram a independência de Portugal possuem uma trajetória política similar: a metrópole não teve condições econômicas de viabilizar investimentos e inovações no território; o nacionalismo constituiu-se como principal invólucro da configuração da formação dos partidos políticos que se organizaram a fim de conquistar a emancipação; a disputa pelo poder interno redundou em guerras-civis; o cenário pós-independência foi permeado por conflitos internos e, no contexto pós-conflito, estes Estados dependentes de ajuda externa, contam com a confiabilidade dos processos de cooperação técnica para se reedificaram.

Faz-se necessária a adequada representação dos atores emergentes de conflito nos meios de comunicação para que seja possível ampliar suas oportunidades de desenvolvimento, expressas nos processos de cooperação e também na atração de investimentos externos. Historicamente, a adesão às narrativas negativas sedimentou uma perspectiva específica sobre parte do continente africano; e como resultado, Estados foram subjugados e condicionados à situação de vulnerabilidade.

Defendeu-se ao longo desta obra que a cooperação é uma boa resposta à vulnerabilidade do desenvolvimento. Para que se possa empreender de forma arrobustada, trazendo benefícios mútuos às partes envolvidas, é necessária a existência de duas condições fundamentais: a segurança na região de atuação ao Estado promotor; e a adequada apresentação da realidade do país receptor. Para o país receptor, é necessário, portanto, que sua imagem projetada nos meios de comunicação se coadunem com a realidade e favoreça a ampliação da implementação de medidas capazes de auxiliar na superação de suas inabilidades. Em outras palavras, a cooperação e demais oportunidades de investimentos são influenciadas quantitativa e qualitativamente pelas informações difundidas pelos meios de comunicação.

Resgatando a história de parte do continente africano, bem como as estruturas criadas para promover a sua dominação, percebe-se um movimento de anaclose, no sentido de ser mantido, quantitativa e qualitativamente, no âmbito do discurso, um espaço *uno* de fala. A produção da notícia é norteadada pelos interesses do veículo que a divulga, motivo pelo qual a imprensa escolhe sobre quais temáticas deve se debruçar.

Os jornais, desde sua fundação, exercem no Brasil um importante papel junto à sociedade, papel esse que sofreu mudanças com o desenvolvimento tecnológico e evolução social do país. Por meio da incidência das notícias, é possível observar a atenção que um determinado periódico destina aos assuntos relativos a um país e, qualitativamente, o teor das temáticas demonstram se são atribuídas ao país referências positivas ou negativas.

A análise quantitativa comparada das notícias veiculadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* demonstra que a cooptação dos leitores não ocorre pela difusão de notícias relativas aos países pertencentes à África subsaariana; ao contrário, estas ainda aparecem vinculadas às temáticas tradicionais e que privilegiam questões negativas sobre os países pertencentes à região, em detrimento de aspectos positivos. Na atualidade, as temáticas relativas a alguns países africanos ainda são específicas, respondendo a uma espécie de tradicionalismo. No jornal *O Estado de S. Paulo*, o público leitor é conquistado através das informações sobre o centro, não sobre a periferia do sistema internacional.

Pelo fato de caracterizar-se como um meio de comunicação que tem como principal público consumidor a classes mais altas e ser um jornal de referência, o jornal *O Estado de S. Paulo* poderia exercer um papel fundamental na descolonização do saber, propiciado pela difusão de notícias que superem o viés eurocentrado e a abordagem tradicionalista sobre os países pertencentes à África subsaariana. No entanto, as notícias e editoriais mapeados demonstram, inicialmente, o temor pela disseminação de uma ideologia subversiva.

A questão da *guerra*, que se seguiu em Moçambique e Angola recebeu, assim como o próprio tema *Independência*, maior destaque entre as notícias mapeadas. Importa ressaltar que no ano de 1975, ano de independência de ambos os países, as notícias e editoriais parecem creditar exclusivamente às ex-colônias, a responsabilidade pelo cenário vigente.

Em linhas gerais, as notícias acerca de Angola e Moçambique pelo jornal *O Estado de S. Paulo* não corresponde quantitativamente ao grau de relacionamento estabelecido entre os dois países e o Brasil. Os atos internacionais estabelecidos com o Brasil demonstram que a importância política da relação com estes dois países parece, muitas vezes, não corresponder à sua importância de noticiabilidade.

Através da análise dos editoriais e notícias veiculadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, verificou-se a existência de uma tendência em difundir “*notícias duras*”, referentes

ao cenário político e militar em detrimento de notícias também consideradas “*duras*”, mas relacionadas às potencialidades e benefícios das relações bilaterais empreendidas pelo Brasil com Moçambique e Angola. Assim, pode-se concluir que se houve maior estreitamento de relações entre o Brasil com Angola e Moçambique, foi por interesses diversos, e até em detrimento àqueles defendidos pelos jornais analisados. Nesse aspecto, poder-se-ia aventar, para trabalhos futuros, que o poder do discurso, no caso abordado, não foi tão importante a ponto de formar ou transformar a opinião de governantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADGHIRNI, Zélia Leal. *Informação on-line: jornalista ou produtor de conteúdos?* In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciencias da Comunicacao, 2001, Campo Grande. Anais. Campo Grande. Intercom, 2001.

_____. *Valores-notícia e credibilidade no jornalismo on-line*. Anais do II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Salvador, 2004.

_____. *O jornalismo entre a comunicação e a informação: como as assessorias de imprensa agendam a mídia*. In: VII Colóquio Brasil-França de Ciências da Comunicação, 2004, Porto Alegre. XXVII INTERCOM, 2004.

_____. *A informação jornalística mediada pelas instituições de comunicação*. Ícone (Uberlândia), ppgcom/com UFPE Recife, v. 3, p. 140-152, 2004

_____. *O Jornalista: do mito ao mercado* In: Estudos em Jornalismo e mídia. Vol 2, nº 1. Santa Catarina: Editora Insular, 1º sem. 2005.

A DECISÃO de Moçambique é condenada pela África do Sul. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano97,n.30.965 , p.6, 5. mar. 1976 Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760305-30965-nac-0006-999-6-not/busca/Mo%C3%A7ambique+condenada> Acesso em: 18/05/2017

ADLER, Emanuel. *O construtivismo no estudo das relações internacionais*. Lua Nova, São Paulo, no.47 Aug. 1999.

AFONSO, Aniceto. *Guerra Colonial uma aliança escondida*, In: Nação e Defesa, nº 124 4ª edição. Que visão para a Defesa? Portugal – Europa – NATO. Outubro/inverno 2009. pp. 217-230.

AGNEZ, Luciana Fassarella. *A Convergência Digital na Produção da Notícia: Reconfigurações na rotina produtiva dos jornais Tribuna do Norte e Extra*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2011. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/agnez-luciane-aconvergencia-digital-na-producao-da-noticia.pdf>. Acesso: 29/12/2016

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1974.

ANAZ, Silvio. *Imperialismo Cultural: a Falibilidade do Paradigma Clássico da Comunicação*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Minas Gerais, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/R33-0709-1.pdf> Acesso em: 23/01/ 2017.

ANGOLA elege amanhã novo presidente. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 113, n. 36.139, p.9, 28 set. 1992. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19920928-36139-nac-0009-999-9-not/busca/Angola> Acesso em: 19/05/2017

ARRIADA bandeira portuguesa em Moçambique. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 96, n. 30.750 ,p. 7, 25. jun 1975 Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750625-30750-spo-0007-999-7-not/busca/Mo%C3%A7ambique> Data de acesso: 22/05/2017

ASSIS, Francisco de. *Jornalismo, desenvolvimento e cidadania: pensar conteúdo e forma para promover uma imprensa comprometida com a sociedade*. Mediação: Belo Horizonte. Vol. 14, Nº 14, jan/jun de 2012.

_____. *Jornalismo, desenvolvimento e cidadania: pensar conteúdo e forma para promover uma imprensa comprometida com a sociedade*. Mediação: Belo Horizonte. Vol. 14, Nº 14, jan/jun de 2012.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. *Do Colonialismo à Colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo*. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, Set./Dez. 2014.

AUGRAS, Monique. *Opinião Pública: Teoria e Pesquisa*. Petrópolis. RJ: Editora Vozes. 1980.

BARROSO, Luís. *O apoio de Salazar a Ian Smith*. *Relações Internacionais* [online]. 2010, n.25, pp. 107-118 *Relações Internacionais* março : 2010 25 [pp. 107-118]

BAUM, M.A. ; ZHUKOV, Y.M. *What Determines the News About Foreign Policy? Newspaper Ownership, Crisis Dynamics and the 2011 Libyan Uprising*. International Studies Association Annual Meeting. San Diego, California. 2012.

BAUM, M.A. 2004. *How Public Opinion Constrains the Use of Force: The Case of Operation Restore Hope*. *Presidential Studies Quarterly* 34(2):187-226

BECKER, Jean-Jacques. *A opinião pública*. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2003.

BERGER, Christa. *Comunicação, cultura midiática e jornalismo: afinidades dissonantes*. *Revista Rádio-Leituras*, Mariana-MG, v. 06, n. 01, pp. 183-199, jan./jun. 2015

BITTENCOURT, Marcelo. *A Criação do MPLA*. *Estudos Afro-Asiáticos*, 32: p.185 – 208, Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, dezembro, 1997.

BOUENE, Felizardo. *Moçambique: 30 anos de Independência*. Africana Studia. n.8, 2005. Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 69-84.

BRAGA, Luciano Vargas. *Moçambique: um novo olhar para a sua história*. São Paulo: Heccus Editora, 2014.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Tradução: DIAS, Maria Carmelita Pádua. Revisão técnica: VAZ, Paulo. 2a. Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

BROOKE, James. O Declínio Econômico de Angola *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 107, n. 34.068 p.15, 23 mar 1986. Disponível em:<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19860323-34068-nac-0015-999-15-not/busca/decl%C3%ADnio+econ%C3%B4mico+Angola> Acesso em: 18/15/2017

CABAÇO, José Luis de Oliveira. *Moçambique-Brasil: os caminhos da diplomacia*. Boletim de Economia e Política Internacional. Número 6 Abr./Jun. 2011.

CAMARGO, Julia Faria. *Ecos do Frigor: A invasão do Iraque em 2003. A mídia internacional e a imprensa brasileira*. 2008. Dissertação (em História das relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPOCO, Zeferino. *O Nacionalismo e o Estado: Um Estudo sobre a História Política de Angola (1961- 1991)*. Tese (Ciência Política e Relações Internacionais). Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013.

CAREY, James W. *A cultural approach to communication*. In: *Communication as culture. Essays on media and society*. Boston: Unwin Hyman, 1989.

CARLONI, Paola. *Esclarecimento e dominação: o preconceito no jornalismo*. *Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília*. Comunicologia - v.8 - n.2 - jul./dez.

CARVALHO, Clara. *Patrick Chabal e a África Lusófona*. *Cadernos de Estudos Africanos*, 27, 2014. pp. 13-20.

CASTELO BRANCO, Luís. *As missões da ONU na África Austral: sucessos e fracassos*. In: HENRIQUES, Mendo. *Portugal Parceiro Global: conjunturas e perspectivas*. Portugal: Instituto de Defesa Nacional, 200-. (Projeto de Investigação). Disponível em. Acesso em: 20. jul.2016.

CAYROL, Pierre. *Aproxima-se a independência de Angola, mas como será? O Estado de S. Paulo*, São Paulo, ano 96, n.30.868 ,p. 223, 09 nov.1975
Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19751109-30868-nac-0223-999-223-not/busca/Independ%C3%Aancia+Angola>> Acesso em: 12/05/2017

CAUNE, Jean. *Cultura e Comunicação: Convergências Teóricas e Lugares de Mediação*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CERVO, Amado Luiz Cervo. *Socializando o desenvolvimento; uma história da cooperação técnica internacional do Brasil*. Ver. Bras. Polít. Int. 37 (1): 37-63, 1994.

CIERCO, Teresa; BELO, António. *Será a Nigéria um Estado falhado? O grupo Boko Haram*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no 21. Brasília, setembro - dezembro de 2016, pp 121-146.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Indicadores da Qualidade no Jornalismo: políticas, padrões e preocupações de jornais e revistas brasileiros*. Debates CI, nº 3, nov. 2010. Disponível online: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001899/189915por.pdf>. Acesso em 20/12/2016.

COHEN, J., TSFATI, Y, & SHEAFER, T. (2008). *The influence of presumed media influence in politics: Do politicians' perceptions of media power matter*. Public Opinion Quarterly, 72, 331-344.

COHN, Gabriel. *Sociologia da Comunicação: Teoria e Ideologia*. São Paulo, Ed. Pioneira, 1973.

CONDE, Carlos. *Moçambique amplia diálogo com o Brasil*. O Estado de S. Paulo. São Paulo, ano 101, n. 32.279, p. 4, 07 jun. 1980. Disponível em:
<<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19800607-32279-nac-0004-999-4-not/busca/Mo%C3%A7ambique>> Acesso em: 18/05/2017

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *A Descoberta da África*. Lisboa: Editora: Edições 70. 1965

COSTA E SILVA, Alberto da. *Imagens da África: da Antiguidade ao Século XIX*. 1ª Ed. São Paulo: Penguin, 2012.

_____. *O Brasil, a África e o Atlântico no Século XIX*. COSTA E SILVA, 1994.

COSTA, Ângela Marques da. *A violência como marca: a pesquisa em história* In: SCHWARCZ, Lilia M.; REIS, Letícia V. de S. (Orgs.). *Negras imagens. Ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

CUBA e Moçambique falam em agressão. O Estado de S. Paulo. São Paulo, ano 98 , n.31.468 p. 13, 18. out 1977 Disponível em:
<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19771018-31468-nac-0013-999-13-not/busca/Mo%C3%A7ambique> Data de acesso: 22/05/2017

DELLAVIGNA, Stegano; KAPLAN Ethan. *The Political Impact of Media Bias In Fact Finder: How Media Reporting Affects Public Policy*, World Bank Publications.2008.

DÖPCKE, Wolfgang. *Uma nova política exterior depois do apartheid?* Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974 – 1998. Rev. bras. polít. int. vol.41 no.1 Brasília Jan./June 1998.

DOYLE, Hélio *Angola espera maior cooperação do Brasil – O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano110, n.36.959,p.5,26jan.1989.Disponívelem:

<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19890126-34949-nac-0005-999-5-not/busca/Angola+espera+maior+coopera%C3%A7%C3%A3o+Brasil> Data de acesso: 19/05/2017

EMPRESAS de petróleo são estatizadas em Moçambique *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 98, n. 31.324, p.2, mai 1977 Disponível em:

<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770503-31324-nac-0002-999-2-not/busca/Mo%C3%A7ambique> Data de acesso: 22/05/2017

ESOAVELOMANDROSO, Faranirina. *História Geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2. Ed.rev. – Brasília: UNESCO, 2010

ESTEVES, João Pissarra. *Espaço público e democracia: comunicação, processo de sentido e identidade social*. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2003.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FIORIN, José Luiz. *Língua, discurso e política*. Alea, v. 11, n.1, p. 148-165, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alea/v11n1/v11n1a12.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2017.

FONSECA, Francisco. *Mídia, poder e democracia: teoria e prática dos meios de comunicação*. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 6, p. 41-69, 2011.

_____. *Mídia, poder e democracia: teoria e prática dos meios de comunicação*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, Julho-Dezembro de 2011, pp. 41-69.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2001.

FRIEDMAN, Thomas L. *Angolanos já nem sabem porque guerreiam*. O Estado de S. Paulo. São Paulo, ano 117, n.37.360, p.12, fev. 1996. Disponível em:
<<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19960201-37360-spo-0012-int-a12-not/busca/Angola>> Acesso em: 19/05/2017

FRY, Peter. *Culturas da Diferença: Sequelas das Políticas Coloniais Portuguesas e Britânicas na África Austral*. Afro-Ásia, 29/30 (2003), 271-316.

GANS, Herbert. *What can journalists actually do for American democracy?* Press/ Politics, v.3, n.4, 1998, p.6-12.

GUERRA *Fria intensificou o conflito*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, ano 115, n. 36.923, p. 7, 21 nov. 1994. Disponível em:
<<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19941121-36923-nac-0007-int-a7-not/busca/ANGOLA>> Acesso em: 19/05/2017

GILBOA, Eytan. *Global Communication and Foreign Policy*. Journal Communication; Dec 1, 2002; 52, 4; ABI/INFORM Global.

_____. *Diplomacy in the media age: three models of uses and effects*. Diplomacy & Statecraft, v. 12, n. 2, p. 1-28, 2001.

_____. *Media and Conflict Resolution: A Framework for Analysis*. 93 Marq. L. Rev. 87 (2009). Disponível em: <http://scholarship.law.marquette.edu/mulr/vol93/iss1/9>. Acesso 28/12/2016.

GÓMEZ, Salustiano Álvarez. *Alteridade e Construção Da Sociedade*. Revista UFG / Julho 2011 / Ano XIII nº 10.

GONÇALVES, Adriana Carla Ap. de Oliveira; FIGUEIREDO Maria Flávia. *Desvendando as artimanhas argumentativas na construção de perguntas em entrevista televisiva*. ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, São Paulo, 42 (3): p. 1348-1362, set-dez 2013.

GONÇALVES, Jonuel. *Atlântico Sul XXI África Austral e América do Sul na virada do milênio*. São Paulo: Editora: UNESP; Salvador, BA: EDUNEB, 2009. 267p.

GROSFOGUEL, Ramón. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, p 115-147, março. 2008.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. Edições Loyola, São Paulo, 2002.

_____. *Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica*. Líbero - Ano XI - nº 21 - Jun 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*; tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro: Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HAMEL, Chouki El. “*Raça*”, *escravidão e Islã no Marrocos: a questão dos haratin*. Afro-Ásia, 31 (2004), 9-37.

HAMELINK, Cees J. *A política de comunicação global*. LOGOS 28: Globalização e comunicação internacional. Ano 15, 1º semestre 2008, p. 10-25.

HEDGES, David. *História de Moçambique – Moçambique no auge do colonialismo*. Maputo: Universidade Eduardo de Modlane, 1993.

HEINTZE, Beatrix. *Exploradores alemães em angola (1611-1954) apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência*. Tradução de Rita Coelho Brandes e Marina Santos, 2010.

HODGES, Tony. *Angola: do Afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*. Lisboa: Editora: Principia, 2002.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HOHLFELDT , Antônio .*Correio e Gazeta: comparações e influências*. Estudos em Jornalismo e Mídia - Ano V - n. 2 pp. XX - XX jul./ dez. 2008.

HOPF. Ted. *The Promise of Constructivism in International relations Theory*. International Security , 1998, p. 171-200.

IANNI, Octavio. *A política mudou de lugar*. São Paulo em Perspectiva, 11(3) 1997.

INTERESSE de Moçambique. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 101, n. 32.321, p.13, jul. 1980 Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19800726-32321-nac-0012-999-12-not/busca/Mo%C3%A7ambique> Data de acesso: 21/05/2017

JOGGING em Angola. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 112 ,n. 35.761 , p.3, 10 set. 1991. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19910910-35761-nac-0003-999-3-not/busca/Angola>> Acesso em: 18/05/2017

KAGIBANGA, Victor. *A questão da ruptura e da continuidade (proto) nacionalista na obra de Mário Pinto de Andrade (uma contribuição ao estudo sociológico do programa de pesquisa. 2.º volume da obra origens do nacionalismo africano)*. África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 20-21: 285-303, 1997/1998.

KHAPOYA, Vincent B. *A Experiência Africana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

Klein, Herbert S. *Novas Interpretações do Tráfico de Escravos do Atlântico*. R. História, São Paulo. 120. p. 3-25, jan/jul. 1989.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo – Norte e Sul: manual de comunicação*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2002.

KUNSCH, M.M.K.; FISCHMANN, R. (Org.). *Mídia e tolerância: a ciência construindo caminhos de liberdade*. São Paulo: EDUSP, 2001.

LACERDA, Carlos. A vez de Angola *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 96, n. 30.711, p. 7, 10 mai. 1975. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750510-30711-nac-0007-999-7-not/busca/vez+Angola> Data de acesso: 21/05/2017

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LOPES, Rita. *O poder dos media na sociedade contemporânea*. Disponível em: <http://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/04/lopes-rita-media-e-poder.pdf>. Acesso em: 16/01/2017.

MACARINGUE, Ilídio. *Políticas linguísticas e nacionalização do português*. Foz do Iguaçu: Ed. Epígrafe. 2014.

MACEDO, José Rivair. *História da África*. São Paulo:Contexto, 2015.

MAFFESOLI, Michel. *O imaginário é uma realidade*. Entrevista concedida a Revista FAMECOS. Porto Alegre, n. 15, agosto, quadrimestral. 2001.

MALOWIST, M. *A Luta pelo Comércio Internacional e suas implicações para a África*. In: OGOT, Bethwell Allan História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII. – Brasília : UNESCO, 2010.

MASANJALA, W., PAPAGEORGIOU, C., 2007. *Initial conditions, and post-war growth in sub-Saharan Africa*. Mimeo. Disponível em: https://www.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/mtec/cer-eth/resource-econ-dam/documents/research/ws-and-conf/papageorgiou-2007/masanjala_papageorgiou_07.pdf Acesso: 04/01/2017.

MASKI, Pierre. *Moçambique, primeira crise*. O Estado de S. Paulo. São Paulo, ano 97 n.30.926 , p. 113, 18 jan. 1976. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760118-30926-nac-0113-999-113-not/busca/Mo%C3%A7ambique>> Acesso em: 12/05/2017

MATTELART, Armand y Michéle. *Historia de las teorías de la comunicación*. Barcelona, España: Paidós Comunicación, 1997.

_____. *Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação*, in V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura. Salvador, 2005, disponível em [http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/ArmandMattelart Portugues.pdf](http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/ArmandMattelart%20Portugues.pdf) Acesso em 18/01/2017

McCLUHAN, Marshall. *The Medium is the Message*, 1964. Disponível em: <http://web.mit.edu/allanmc/www/mcluhan.mediummessage.pdf> Acesso em: 23/02/2017.

MELLO, Sérgio M. *Angola motiva visita de Kissinger. O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 97, n.30.936, p.7, 30 jan. 1976. Disponível em:

<<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760130-30936-nac-0007-999-7-not/busca/motiva+visita+Kissinger>> Acesso em: 12/05/2017

MENESES, Maria Paula. Poderes, direitos e cidadania: *O 'retorno' das autoridades tradicionais em Moçambique*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 87, Dezembro 2009: 9-42.

MENEZES, Solival. *Mamma Angola: Sociedade e Economia de uma País Nascente*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000.

MENDES Zilda. *Exportando para Países Africanos de Língua Portuguesa*. Coimbra: Edições Almedina, 2013.

MERRILL, John C.: *The Elite Press*. Great Newspapers of the World. Pitman 1968.

MESQUITA. Fernão Lara. *Angola era a oportunidade que faltava. O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 98, n. 31.306, p.14, 10 abr. 1977. Disponível em:

<<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770410-31306-nac-0014-999-14-not/busca/Angola>> Acesso em: 14/05/2017

MIGUEL, Luis Felipe. *Os meios de comunicação e a prática política*. Lua Nova n. 55-56 – 2002.

_____. *Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

_____. *Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

MIDDLETON, Drew. *URSS intensifica remessas de armas à Moçambique. O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 97, n.30.970, p.7, 11mar.1976 Disponível em:
<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760311-30970-nac-0007-999-7-not/busca/Mo%C3%A7ambique+armas> Data de acesso: 21/05/2017

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES <<http://dai-mre.serpro.gov.br/>> Acesso em: 20/05/2017

MINIUCI, Geraldo *Ação comunicativa e relações internacionais. novos estudos 73*, novembro 2005

MIYAMOTO, Shiguenoli. *O Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Rev. Bras. Polít. Int.* 52 (2): 22-42 [2009].

MOÇAMBIQUE enfrenta o desafio da democracia. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 115, n. 36.950, p. 28, 26, 18. dez 1994. Disponível em:
<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19941218-36950-nac-0028-int-a26-not/busca/Mo%C3%A7ambique+enfrenta+desafio+democracia> Acesso em: 18/05/2017

MOÇAMBIQUE quer acordos com o Brasil. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 108, n. 34.549 , p.6, 14 out. 1987 Disponível em:
<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19871014-34549-nac-0006-999-6-not/busca/Mo%C3%A7ambique> Data de acesso: 19/05/2017

MOÇAMBIQUE sem a Cruz Vermelha. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 96 , n. 30.800, p.8, 22. ago 1975 Disponível em
<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750822-30800-nac-0008-999-8-not/busca/Mo%C3%A7ambique+sem> Data de acesso: 22/05/2017

MOÇAMBIQUE tenta superar crise no setor agrícola. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 99 n.32.535 ,p.20, jan. 1978 Disponível em:

<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19780105-31535-nac-0020-999-20-not/busca/Mo%C3%A7ambique> Data de acesso: 21/05/2017

MOREIRA, Manoel Henrique Tavares. *A Transição do Jornalismo Partidário para o Jornalismo de Informação e a Formação dos Impérios Midiáticos no Brasil*. Universitas: Arquitetura e Comunicação Social, v. 11, n. 1, p. 49-57, jan./jun. 2014

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. *A comunicação pelo meio (teoria complexa da comunicação)*. Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre: Edipucrs, abr. 2003, n. 20, p. 7-12.

MORRE em *Moscou o presidente de Angola*. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano 100, n. 32.054, p. 7, 12 set. 1979. Disponível em:

<<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19790912-32054-nac-0007-999-7-not/busca/Angola>> Acesso em: 14/05/2017

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa : 1964-1969*. Topoi Revista de História, v. 14, n. 26, p. 62–85, 2013.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Múltiplas Faces da Identidade Africana. África*. Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 18-19(1): 5-21, 1995/1996

MUNANGA, Kabengele. *Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?* Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

NDANGAM, L. N. 2002. 'Heart of darkness' - Western media rhetoric on Africa: Constructing and associating meaning over time. Paper presented at 23rd Conference and General Assembly of the International Association for Mass Media Research, Barcelona July 21-26.

NEVES, João Alves da. *Moçambique: muitos problemas a resolver*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, ano 96, n.30.748, p.181, 22 jun.1975. Disponível em:

<<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750622-30748-spo-0181-999-181-not/busca/Mo%C3%A7ambique>> Acesso em: 12/05/2017

NIANE, Djibril Tamsir. *História Geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2. Ed.rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

NOGUEIRA, Emília da Costa. *O Movimento Republicano de Itu: Os Fazendeiros do Oeste Paulista e os Pródromos do Movimento Republicano*. In:Revista de História, nº 20, 1954.

NZONGOLA-NTALAJA, Georges. Desafios para a Formação do Estado na África. In LOPES, Carlos (Org.). *Desafios Contemporâneos da África: O legado de Amílcar Cabral*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. p. 107-132.

OLIVA, Anderson Ribeiro Oliva. *O Espelho Africano em Pedacos: Diálogos entre as representações da África no imaginário escolar e os livros didáticos de história, um estudo de caso no Recôncavo Baiano*. Recôncavos (Cachoeira), v. 1, p. 106-123, 2007.

PALETZ, David L. e D. LIPINSKI, *Political Culture and Political Communication*, Institut de Ciències Polítiques i Socials, WP n. 92, Barcelona, 1994.

PANTOJA, Selma. *Uma Antiga Civilização Africana: História da África Central Ocidental*, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2011. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. Novos Rumos, Marília, UNESP, ano 17, n. 37, 2002.

PEIXOTO, Carolina. *Por uma perspectiva histórica pós-colonial, um estudo de caso: a 'descolonização' de Angola e o retorno dos 'nacionais'*. Memories of Colonialism: Remembrance, Resistance and Transference in Anti-Colonial African Narratives, v. 1, n. 1, 2010.

PEREIRA, Fábio Henrique ; ADGHIRNI, Zélia Leal *O jornalismo em tempo de mudanças estruturais*. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 24, p. 38-57, janeiro/junho 2011.

PICARD, Robert. G. *Measuring Media Content, Quality, and Diversity*. Media Economics, Content and Diversity Project and Media Group, Business Research and Development Centre, Turku School of Economics and Business Administration, 2000. Disponível em: http://www.robertpicard.net/files/Measuring_Media_Content_Quality_Diversity_Book.pdf. Acesso em 16/03/2017.

PORTO, Mauro. *Muito Além da informação: mídia, cidadania e o dilema democrático*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 17-26, out./dez. 1998.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade, poder, globalização e democracia* Novos Rumos ano 17. No.37. 2002.

RIBEIRO, Margarida Calafate . *Uma história de regressos: Império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento, 2004.

ROTHBEG, Danilo. *Jornalismo Público: informação, cidadania e televisão*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

RYDER, Allan Frederick Charles. *Do rio Volta aos Camarões*. In: NIANE, Djibril Tamsir. História Geral da África, IV: África do século XII ao XVI. 2. Ed.rev. – Brasília: UNESCO, 2010. p. 379 – 413.

SAMPAIO, Inês Sílvia Vitorino. *Conceitos e modelos da comunicação*. Ciberlegenda: Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense 5, 2001. Disponível em: <http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/view/310>. Acesso 13/01/2017

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Estado e Sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português*. Análise Social, vol. XXI (87-88-89), 1985-3.º-4.º-5.º, 869-901

_____. *Do Pós-moderno ao Pós-colonial. E para Além de um e de Outro*. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra, mimeo. 2004

SANTOS, Susy. dos. *E-Sucupira: o coronelismo eletrônico como herança do coronelismo nas comunicações brasileiras* in Revista da Compós, vol. 1, dez- 2006, p.1-23.

SILVEIRA, M. *O jornalismo como usina de preconceito: a propagação de estereótipos nos países do Mercosul e o caso paraguaio*. In: Revista Latinoamericana de ciencias de la comunicacón, Año II, Nº 2, pp.32-43, ALAIC, 2005.

SIMÃO, Leonardo. *A África e os Desafios do Século XX*. III Conferência Internacional FLAD-IPRI – Portugal, The USA and Southern Africa/Portugal os Estados Unidos e a África Austral: pp. 21-27, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 4 Ed. 1999.

SOSA, Derocina Alves Campos. *Imprensa e História*. Rio Grande: Biblos, n.19, 2006.

SOUSA, Jorge Pedro de. *Elementos de Jornalismo Impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 2001.

STEINBERGER-ELIAS, Margarethe Born. *Desmidiatizar o pensamento: economia das representações e subdesenvolvimento informacional*. São Paulo em Perspectiva, Comunicação & Informação, revista da Fundação Seade, vol. 12/n.4 oct-dic. pp. 36-45. 1998.

STORCH, Laura. *O leitor imaginado no jornalismo de revista: uma proposta metodológica*. Tese de Doutorado. PPG em Comunicação e Informação. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

SULZBEERGER C. L. *Teoria do dominó é confirmada da África*. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, ano97,n.30.917 p.2, 08 jan.1976 *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760108-30917-nac-0002-999-2-not> Data de acesso: 19/05/2017

SUMICH, Jason. *Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana*. *Análise Social*, vol. XLIII (2.º), 2008, 319-345.

TIBERGHIE, Gilles. *Imaginário cartográfico na arte contemporânea sonhar o mapa nos dias de hoje*. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, São Paulo, n. 57, p. 233-252, dez. 2013.

TÉ, Wilson Pedro. *Relações Exteriores da Guiné-Bissau: um estudo das relações bilaterais Guiné-Bissau/Brasil (1974-2014)*. Dissertação de Mestrado / Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), 2015.

TODOROV, Tzvetan *O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações*. Rio de Janeiro, Vozes, 2010.

TSCHIRGI, Necla. *Construção da paz: A interface entre abordagens nacionais e internacionais*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp.21-44, 2014.

VAINFAS, Ronaldo & SOUZA, Marina de Mello e (1998). *Catolisação e Poder no Tempo do Tráfico: O Reino do Congo da Conversão Coroada ao Movimento Antoniano, Séculos XV-XVIII*. *Tempo*, nº 6, pp. 95-118.

VANSINA, Jan. *A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados*. In: NIANE, Djibril Tamsir. *História Geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2. Ed.rev. – Brasília: UNESCO, 2010. p. 623 – 653.

VARELA, Raquel. *Um, dois, três MFA...: o Movimento das Forças Armadas na Revolução dos Cravos – do prestígio à crise*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 403-425 – 2012.

VEHKOO Johanna. *What is quality journalism and how it can be saved*. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/What%20is%20Quality%20Journalism%20and%20how%20can%20it%20be%20saved%27.pdf>. Acesso em: 27/04/2017.

VICENTE, Maximiliano Martin e SANTOS, Augusto Junior da Silva. *O jornalismo como elo entre nações: a construção da notícia na Deutsche Welle Brasil*. *ALCEU* - v. 16 - n.32 - p. 75 a 89 - jan./jun. 2016.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevich. *História da África e dos Africanos*. 3.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WAINAINA, Binyavanga. *How to write about Africa*. *Granta* nº92 –The View from Africa 91-95, 2005. Disponível em: <http://www.granta.com/Magazine/92/How-to-Write-aboutAfrica/Page-1>

WEFFORT, Francisco. *Jornais são partidos?*. In *Revista Lua Nova*, vol.1, no. 2, jul/set 1984.

WICK, Alexis. *A Nação no Pensamento de Amílcar Cabral*. In LOPES, Carlos (Org.). *Desafios Contemporâneos da África: O legado de Amílcar Cabral*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. p. 69-105.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação de massa*. São Paulo: Martins Fontes: 2003.

WOOD Jr., Thomaz. *Organizações Cinematográficas*. São Paulo, EAESP / FGV, 1998, 264 páginas. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4496/1199900617.pdf?sequence=1> Acesso em 13/03/2017

ZAMIN, Ângela. *Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão*. Revista Famecos: Mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, set./dez. 2014.

ZIÉGLER, Jean. *O Poder Africano*. São Paulo: Editora Difusão Europeia do Livro, 1972.

ZONTA, Diego. *Moçambique no século XIX: do comércio de escravos ao comércio legítimo*. Dimensões, vol. 28, 2012, p. 315-338. ISSN: 2179-8869

ANEXO B – MAPA DE ANGOLA

